

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES – M. G.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2015-2024

Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014

GUANHÃES-MG
2015

GUANHÃES/MINAS GERAIS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Geraldo José Pereira

Prefeito de Guanhães

Mary Celeste de Miranda Soares

Vice-Prefeita

Emilia Aparecida de Pinho

Secretaria Municipal de Educação

Erlane Paula Dos Santos Pereira

Superintendente da SRE Guanhães

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Guanhães (MG). Secretaria Municipal de Educação.

Plano Municipal Decenal da Educação: 2015-2024: Lei 13.005, de 25 de Junho de 2014.

Guanhães: Prefeitura Municipal 2015

1. Educação. 2. Guanhães (MG). Plano Decenal da Educação.

4. Lei 13.005, de 25 de Junho de 2014

2015

Todos os direitos desta edição reservado à

Prefeitura de Guanhães/MG

Praça Néria Coelho Guimarães, 100, Centro,

CEP 39.740-000, Guanhães (MG)

LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014

**INSTITUI O PLANO DECENAL MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE GUANHÃES-MG E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A População do Município de Guanhães, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou, o Plano Decenal Municipal de Educação.

O Município de Guanhães, através da Secretaria Municipal de Educação e Comissão específica, procederá a avaliações periódicas da implementação do Plano Municipal de Educação

O PDME é um documento que define metas educacionais para o município por um período de 10 anos. Trata-se de uma exigência prevista na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE).

Guanhães, _____ de _____ de 2015.

Geraldo José Pereira
Prefeito

Emília Aparecida de Pinho
Secretaria Municipal de Educação

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher”.

(Cora Coralina)

SUMÁRIO

Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014	7
LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.....	9
1. INTRODUÇÃO.....	13
2. PLANOS DE EDUCAÇÃO	14
3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	16
5. EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO	23
CAPÍTULO I.....	25
6. METAS E ESTRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	25
6.1.1. GARANTIA DO DIREITO A EDUCAÇÃO BÁSICA COM QUALIDADE.....	25
6.2. SEGUNDO GRUPO DE METAS	48
6.2.1. SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES E A VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS.....	48
6.3. TERCEIRO GRUPO DE METAS	53
6.3.1. VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	53
6.4. QUARTO GRUPO DE METAS,	58
6.4.1. ABORDANDO O CONTEÚDO DAS METAS 13, 14 E 15 ENSINO SUPERIOR	58
CAPÍTULO II.....	64
7. INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO DE GUANHÃES MINAS GERAIS.....	64
CAPÍTULO III.....	91
8. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO	91
9. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL	174
9.4. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	176
9.4.4. ASPECTOS SOCIAIS	184
9.5.1. ASPECTOS ECONÔMICOS	191
9.5.1.5. MERCADO DE TRABALHO.....	195
9.5.1.7. SAÚDE	200
9.5.1.8. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	203
CAPACIDADE TÉCNICA	203

RECURSOS HUMANOS.....	203
10. FINANÇAS	206
10.1.2. EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO	209
11. CONSIDERAÇÕES FINAL.....	213
BIBLIOGRAFIA.....	214

1. INTRODUÇÃO

O Plano Decenal Municipal de Educação é um documento que orientará o desenvolvimento educacional de Guanhães durante dez anos – 2015 a 2024 – e servirá como referencial permanente de planejamento e orientação nas questões educacionais da Prefeitura de Guanhães, através da Secretaria Municipal de Educação, inserindo-se na prática da gestão do município.

A construção do Plano Decenal Municipal de Educação seguiu rigorosamente as instruções contidas nos mais diversos documentos legais: Constituição Federal de 1988, Lei Nº 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e na Lei Nº 13005/2014 onde prevê que os estados e municípios elaborem ou adéquam seus respectivos planos ao PNE no prazo de 01 ano.

A construção do Plano Decenal Municipal de Educação envolve diferentes atores sociais, culturais, políticos e educacionais, necessários para uma ampla visão e discussão acerca da educação e sua ação sobre as gerações futuras e sua respectiva qualidade de vida.

Por entender que a educação é um processo permanente, o presente documento traz as seguintes propostas: (1) planejar, direcionar e executar as políticas públicas de educação, visando à universalização da educação de qualidade; (2) valorizar o conhecimento cultural do aluno e da comunidade, tornando o processo de ensino-aprendizagem uma interação entre o conhecimento e o cultivo dos valores humanos, de forma implícita e explícita; (3) conduzir a educação de forma a propiciar oportunidade de contribuir na construção de uma sociedade organizada, política e culturalmente; (4) proporcionar igualdade de condições para o acesso, a permanência e o sucesso do aluno.

Sendo assim, convoca todos os setores do Poder Público, juntamente com a sociedade civil e organizações não governamentais, para tecer uma rede multidisciplinar de ações voltadas para o mesmo fim, que é realizar as demandas educacionais contidas neste documento, fruto do desejo e aspiração de toda uma comunidade, visando o desenvolvimento pleno do ser humano e a redução definitiva das desigualdades sociais.

2. PLANOS DE EDUCAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art.214, que deverá ser elaborado um Plano Nacional de Educação de duração decenal definidor de “diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades”. Como fruto de longa e complexa construção social, foi aprovado o novo Plano Nacional de Educação (2014-2024) por meio da Lei nº 13.005/2014, cujas diretrizes, indicadas no art.2º são:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Como uma das previsões do atual PNE, estabeleceu-se que os Estados e Municípios deverão elaborar ou adequar seus respectivos planos ao PNE no prazo de um ano a contar da publicação do referido PNE (art.8º, da Lei nº 13.005/2014).

No que concerne à esfera estadual, a Constituição Mineira afirma que o Plano Estadual de Educação deve visar à articulação, à integração do poder público e à adaptação ao Plano Nacional. No âmbito da legislação estadual, a lei 19.481/2011 aprovou o Plano de Educação do Estado (PEE) para o decênio 2011-2020, definindo diretrizes para a elaboração dos Planos de Educação dos Municípios. O PEE está atualmente passando por revisão para sua adequação ao PNE.

Já em relação ao âmbito do Município de Guanhães, foi enviado à Câmara Municipal para aprovação, o Plano Municipal de Educação. Foi encontrada a lei, a qual será revogada com este plano decenal porque não foi encontrado o plano que se refere à Lei nº 2.167, de 08 de março de 2006.

No entanto não é possível registrar se as metas foram alcançadas ou até mesmo acompanhadas.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

3.1. ASPECTOS GERAIS¹

Unidade Federativa: Minas Gerais

Mesorregião: Vale do Rio Doce *IBGE/2008*

Microrregião: Guanhães *IBGE/2008*

Área 1078,1 km ²	IDHM 2010 0,686	Faixa do IDHM Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699)	População (Censo 2010) 31.262 hab.
Densidade demográfica 29 hab/km ²	Ano de instalação 1875	Microrregião Guanhães	Mesorregião Vale do Rio Doce

3.2. INDICADORES

IDH: 0,686 (2010)

PIB: R\$ 361.017 mil (2011)

PIB per capita: R\$ 11.451,40 (2011)

População estimada: 33 297 (2014)

Clima: Tropical de altitude Cwa

Fuso horário: UTC-3

3.3. MUNICÍPIOS LIMÍTROFES:

Sabinópolis, São João Evangelista, Virginópolis e Senhora do Porto.

Distância até a capital: 240 km

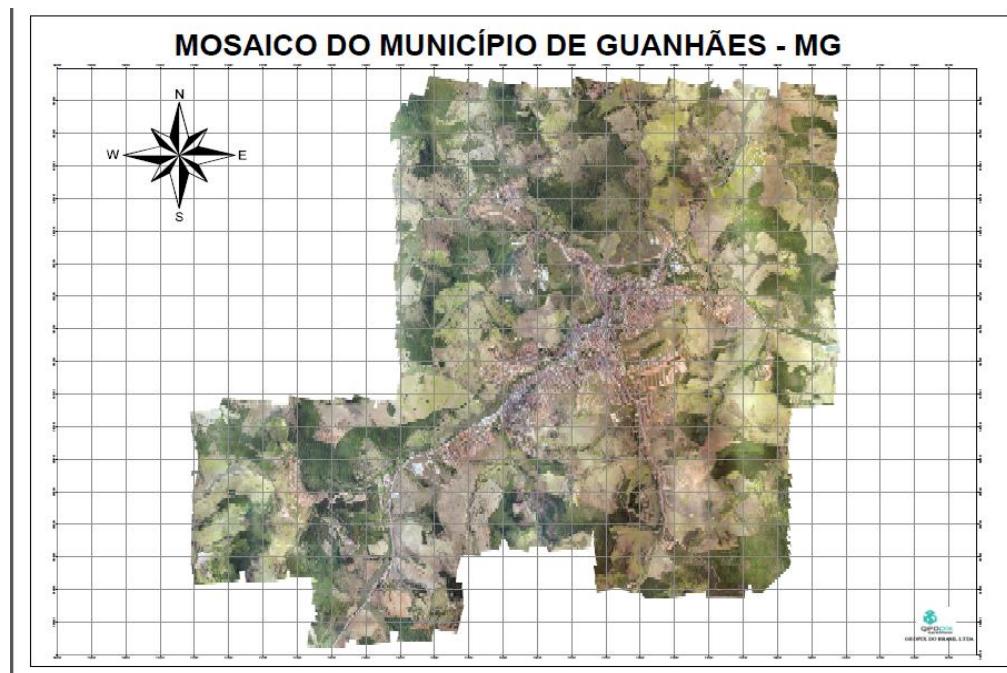
¹ Fonte: www.ibge.gov.br/home-canais-cidades@

Figura 1- Mapa de Guanhães – MG



Fonte: IBGE

Figura 2 - Mosaico de Guanhães / MG



Fonte: Geopix

Gentílico: guanhaneense

4. HISTÓRICO: GUANHÃES – MINAS GERAIS

Os primitivos habitantes da região onde hoje se acha localizado o Município de Guanhães foram os índios Guanaãns, de origem tapuia e do grupo selvagem dos Caingangues de Minas Gerais. Sendo a região habitada pelos índios Guanaãns, principalmente às margens do rio de igual nome, passou então a chamar-se Guanhães. No século XVII, vários conquistadores à procura de ouro e pedras preciosas, atingiram o Rio das Velhas, onde se estabeleceram com fazendas de gado e culturas em geral. Nenhum obstáculo os deteve. Em meados de 1714 foi criada a Comarca de Vila do Príncipe.

O tempo foi passando, e as jazidas se esgotando e os mineradores se dispersaram para outras regiões. Do Serro, descendo os Rios Guanhães e Santo Antônio, outros bandeirantes localizaram veios em Conceição e no Córrego das Almas, formando novos núcleos de povoação. Foi o serrano João Azevedo Leme que encontrou ouro nos "Descobertos auríferos do Graypu". A notícia despertou interesse e foi assim que ele fundou, nas imediações do local onde encontrara ouro, o Povoado de São Miguel e Almas. O Rio Guanhães, o maior caudal que passava nas vizinhanças do novo arraial, lhe deu o nome: São Miguel de Guanhães.

O povoado virou distrito, vila e cidade, a qual foi progredindo lentamente com a riqueza aurífera da terra. Em 1824, o fazendeiro Capitão Venâncio Gomes Chaves e outros, formaram a empresa para a exploração das lavras do Candonga, auxiliados nos trabalhos de mineração por Francisco José de Queiroz, até que em 1837, o povoado teve grande desenvolvimento com a exploração das lavras pela Companhia Inglesa "The Candonga Gold CoLimited". Depois do Candonga, a mais importante mineração do município foi a da Fazenda das Almas, na propriedade do Capitão Francisco Nunes Coelho.

Mais tarde outra lavra foi descoberta em São Miguel e Almas, à qual deram o nome de "Mexirico", devidos às intrigas entre seus exploradores. Para José Coelho da Rocha, o primeiro habitante de São Miguel e Almas, assim como para outros moradores, coube a glória da constituição do primitivo núcleo e de seu patrimônio, com a doação de terrenos. Sob a invocação de São Miguel, surgiu a primeira capela, a de São Miguel e Almas, erigida pelo Alvará Régio do Príncipe D. João VI, de 26 de janeiro de 1811, sendo, porém, instituída

canonicamente pela provisão de 17 de junho de 1828. A Paróquia foi criada no dia 14 de julho de 1832.

O aniversário de Guanhães é comemorado no dia 25 de outubro, data em que foi elevado à categoria de município.

4.1. FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Guanhães foi elevado à categoria de distrito em 1828, e à freguesia pela Resolução de 14 de julho de 1832, com a denominação de São Miguel e Almas. No dia 23 de março de 1840, a Freguesia de São Miguel e Almas, através da Lei Provincial nº 171, incorporou-se ao município de Conceição do Mato Dentro (ex-Conceição do Serro), face ao disposto na Lei nº 1301. Desmembrado do município de Conceição do Serro, alcançou à categoria de Vila, sede do novo município de São Miguel de Guanhães, pela Lei nº 21.132, de 25 de outubro de 1875 e, em 1879 emancipou-se do Serro.

Segundo documentos no arquivo do Cartório do 2º Ofício de Guanhães, consta o dia 09 de dezembro de 1879 como sendo o da instalação da Vila do Município de São Miguel de Guanhães, o qual passou a denominar-se Guanhães em 13 de setembro de 1881, através da Lei Provincial nº 2.766. Pelo parágrafo único da mesma Lei, Guanhães ficou constituído das paróquias de São Miguel e Almas, Nossa Senhora do Patrocínio e Capelinha de Nossa Senhora das Dores de Guanhães, as duas primeiras desmembradas do município de Serro, e a última do de Conceição.

Em sua primeira organização, Guanhães contava com os distritos de Divino, Gonzaga, Nossa Senhora do Patrocínio, Braúnas, Travessão, Jequitibá, Sapucaia, Farias e Correntinho (antigo Santo Antônio).

Pela Lei Estadual nº 843, de 07 de setembro de 1923, foi incorporado ao município de Guanhães, o distrito de Porto de Guanhães, oriundo do de Conceição, e pela mesma Lei, foram desmembrados os distritos de Nossa Senhora do Patrocínio (atual Virginópolis), Divino (atual Divinolândia de Minas), Gonzaga, que passaram para o Município de Virginópolis.

Através do Decreto-Lei 1058, de 31 de dezembro de 1943, que criou o distrito de Açucena, Guanhães perdeu os distritos de Travessão (hoje Açucena) e Jequitibá; pela Lei Estadual nº 1039, de 12 de dezembro de 1953, o distrito de

Braúnas que foi elevado à categoria de município e, finalmente, a Lei Estadual nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962, foi desmembrado o distrito de Dores de Guanhães, que passou a município.

Atualmente o município de Guanhães é composto dos distritos da sede, Correntinho, Farias, Sapucaia de Guanhães e Taquaral de Guanhães².

4.1.1.BENS TOMBADOS EM GUANHÃES

O Tombamento da Casa de Cultura foi realizado em 2003, por possuir relevante valor arquitetônico, cultural e histórico. Construída no início do século XX, a Casa de Cultura Laet Berto já serviu como Cadeia Pública, abrigou a Biblioteca Municipal e também a Administração Fazendária do Estado.



Figura 3 - Casa de Cultura Laet Berto

Iniciada como capela, em 1811, ela recebeu depois o alvará Régio de D. João VI autorizando a construção da igreja. A obra foi concluída em 1834. A Matriz já passou por duas reformas, está patrimônio histórico, em 2000.



Figura 4 - Igreja Matriz de São Miguel e Almas

² Fonte: IBGE

Localizada na Igreja Matriz, a imagem de São Miguel é uma das mais antigas do acervo da igreja, Padroeiro de Guanhães, o santo é homenageado na Festa de São Miguel, em 29 de setembro, fazendo parte do calendário diocesano.



Figura 5 - Imagem de São Miguel

O Sítio do Candonga foi tombado como bem cultural, em 2003 por possuir grande valor arquitetônico natural, paisagístico e histórico. A área assume importância por incluir as várias galerias associadas à antiga mina da mineradora inglesa Candonga e restos de mata original preservada. É testemunho material do período das explorações de ouro no Estado.



Figura 6 - Sítio Candonga

Localizada na APA – Área de Preservação Ambiental da Pedra da Gafurina, no Distrito de Farias, a 35 km de Guanhães, a Pedra da Gafurina é um maciço de granito e foi tombada como patrimônio Natural Paisagístico, em 2008. O local é procurado por pagadores de promessas e amantes do turismo ecológico.



Figura 7 - Pedra da Gafurina

A Capela Nossa Senhora do Carmo foi tombada em 1996 e passou por reforma em 2009. Construída ao lado do antigo hospital, em meados da década de 1920, a Capela possui traços do período tardio do barroco.



Figura 8 - Capela Nossa Senhora do Carmo

O Coreto, situado à Praça JK, foi tombado em 1998. Em 22 de dezembro de 2000 recebeu o nome de “Coreto Maestro Nunes Coelho”, homenagem ao ilustre músico da cidade conhecido como “Senhor Dú”.



Figura 9 - Coreto Municipal

Localizado no alto do Bairro Santa Tereza, o monumento ao Cristo Redentor foi tombado em 2002. Antes, havia no local um Cristo de madeira. A edificação atual foi concluída em 29 de setembro de 1998. O monumento possui 21 metros de altura desde a base até o topo e pesa 20 mil quilos.



Figura 10 - Cristo Redentor

Painel da Rodoviária: Painel em bronze localizado próximo à plataforma de embarque de passageiros que fala dos pioneiros do transporte da região.



Figura 11 - Pioneiros do Transporte da Região

4.1.2. ETIMOLOGIA

“Guanhães” deriva de “Guanaãns”, nome dos índios que habitavam a região e se traduz como “aquele que corre”. Os Guanaãns eram um grupo da nação Caingangues e do Estado de Minas Gerais.

5. EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

5.1. PERFIL DA EDUCAÇÃO EM GUANHÃES EM 2014.

O município de Guanhães/MG oferece as modalidades de ensino de acordo com a exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 que estabelece no art. 4º a “educação básica obrigatória e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: pré-escola; ensino fundamental e ensino médio”³.

Guanhães tem 04 (quatro) escolas⁴ na zona urbana que atendem crianças de Educação Infantil/pré-escola ao 5º ano do ensino fundamental e EJA (Educação de Jovens e Adultos, anos iniciais e anos finais) totalizando 1976 alunos, sendo as seguintes escolas: Escola Municipal “Pio Nunes Coelho” – 804 alunos, Escola Municipal “Dr. Inocente Soares Leão” – 477 alunos, Escola Municipal “Pingo de Luz” – 478 alunos, Escola Municipal “Gustavo Coelho” – 217 alunos e 08 (oito) escolas da zona rural com 242 alunos.

Na modalidade educação infantil/creche existem dois centros de educação infantil, sendo uma de acordo com modelo FNDE, Modalidade Inovadora, Centro Municipal de Educação Infantil Guilherme Nunes Caldeira Petrucelli – CMEI e outra privada, o Centro de Educação Infantil Lar dos Pequeninos – CEI totalizando 283 crianças de 0 a 48 meses atendidas em 2014.

Há o convênio da Prefeitura de Guanhães com APAE Guanhães que é uma escola privada de atendimento especializado disponibilizando funcionários, mas os 116 alunos atendidos não são cadastrados no educacenso do município e sim no estadual.

Na rede estadual existem 05 (cinco) escolas localizadas na zona urbana totalizando 3469 alunos, 01(uma) escola de supletivo totalizando 276 alunos com

³ Alínea acrescida pela Lei nº 12.796, de 04/04/2013

⁴ Dados segundo Educacenso 2014

atendimento do Ensino Fundamental ao Ensino Médio e 04 (quatro) na zona rural que são as escolas nos distritos de Correntinho, Farias, Sapucaia e Taquaral, totalizando 995 alunos atendidos do 6º ao 9º ano e ensino médio.

As escolas da rede Estadual são: Escola Estadual “Altivo Coelho” – 682 alunos, Escola Estadual “Fazenda São Sebastião” – 308 alunos, Escola Estadual “Padre Café” – 273 alunos, Escola Estadual “Senador Francisco Nunes Coelho” – 730 alunos, Escola Estadual “Odilon Behrens” – 1.476 alunos, Cesec Durcelino da Silva Reis – 276 alunos, Escola Estadual “Nossa Senhora do Carmo” – 216 alunos, Escola Estadual “Tenente José Coelho da Rocha” – 391 alunos, Escola Estadual “Alberto Calderia” – 171 alunos, Escola Estadual “Otávio Nunes Leite” – 217 alunos.

Compõem a rede particular de ensino dentro da exigência da educação básica o Colégio Vigotsky que atende alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio no total de 346 alunos e o Instituto Presbiteriano Gammon que atende alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio no total de 323 alunos.

O Ensino Superior é feito através de Atendimento presencial pelas PUCMinas⁵ e oferece o curso de Administração, mas não abre novas turmas. FACIG⁶ com o curso bacharelado em serviço social e na modalidade à distância a Universidade UNIUBE⁷ oferece cursos de Letras Português/Inglês, Letras Português/Espanhol, Matemática, Pedagogia, Recursos Humanos, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Administração, Gestão em Agronegócio, Geografia, História e Química, UNIFRAN⁸ oferece cursos de administração, serviço social, ciências contábeis, ciências sociais, licenciatura em história, geografia, matemática, letras, pedagogia, gestão ambiental, tecnologia da informação, gestão em Rh, gestão financeira e pública, logística, marketing, processos gerenciais e secretariado e IESGE⁹ oferece curso técnico de ambiente e saúde, controle ambiental, recursos naturais, mineração e segurança do trabalho.

⁵ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

⁶ Faculdade de Ciências de Guanhães

⁷ Universidade de Uberaba – Polo Guanhães

⁸ Universidade Franca – EAD – Polo Guanhães

⁹ Instituto de Ensino e Gestão Educacional

CAPÍTULO I

6. METAS E ESTRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

6.1. PRIMEIRO GRUPO DE METAS

6.1.1. GARANTIA DO DIREITO A EDUCAÇÃO BÁSICA COM QUALIDADE

META 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL

META NACIONAL

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE¹⁰.

META MUNICIPAL

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PME.

¹⁰ Plano Nacional da Educação

ESTRATÉGIA 1

COMBATE À DESIGUALDADE

Garantir que, ao final da vigência deste PME¹¹, seja inferior a 10% a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 3 anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo.

ESTRATÉGIA 2

OFERTA DE VAGAS EM CRECHES

Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades benfeicentes de assistência social na área de Educação com a expansão da oferta na rede escolar pública, construir e/ou ampliar creches com recursos oriundos de outros entes federados (Estado e União) e de outras parcerias desde que tenha necessidade para atendimento.

ESTRATÉGIA 3

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Promover a formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.

ESTRATÉGIA 4

ATENDIMENTO EM COMUNIDADES DO CAMPO

Atualizar a autorização de funcionamento para as escolas do campo para atendimento às turmas de Educação Infantil de 04 e 05 anos porque as crianças são atendidas nas escolas do campo, mas com autorização de 2º endereço de uma escola da mesma rede localizada na zona urbana;

¹¹ Plano Municipal da Educação

Criação de Unidade Executora – Uex para todas as escolas do campo, independente do número de alunos matriculados.

Fomentar o atendimento das populações do campo na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender as especificidades destas comunidades, garantido consulta prévia e informada.

ESTRATÉGIA 5

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

ESTRATÉGIA 6

TEMPO INTEGRAL

Estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 a 5 anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

META 2 – ENSINO FUNDAMENTAL

META NACIONAL:

Universalizar o Ensino Fundamental de 09 anos para toda a população de 06 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

META MUNICIPAL:

Universalizar o Ensino Fundamental de 09 anos para toda a população de 06 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

ESTRATÉGIA 1

DIREITO DE APRENDIZAGEM

Articular junto ao Ministério da Educação e em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PME, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os(as) alunos(as) do ensino fundamental.

ESTRATÉGIA 2

BUSCA ATIVA

Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e de proteção à infância, adolescência e juventude.

ESTRATÉGIA 3

FLEXIBILIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, identidade cultural e com as condições climáticas da região.

ESTRATÉGIA 4

ATENDIMENTO EM COMUNIDADES DO CAMPO

Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo nas próprias comunidades.

ESTRATÉGIA 5

ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.

META 3 – ENSINO MÉDIO

META NACIONAL:

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

META MUNICIPAL:

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

ESTRATÉGIA 1 **UNIVERSALIZAÇÃO DO ENEM**

Universalizar o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a Educação Básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridas dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à Educação superior.

ESTRATÉGIA 2 **ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO PROFISSIONAL**

Articular a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à Educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência.

ESTRATÉGIA 3

BUSCA ATIVA DA POPULAÇÃO DE 15 – 17 ANOS

Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e de proteção à adolescência e à juventude.

ESTRATÉGIA 4

OFERTA DE ENSINO MÉDIO

Acompanhar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos alunos.

6.1.2. ALFABETIZAÇÃO

META 1 – ALFABETIZAÇÃO

META NACIONAL:

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

META MUNICIPAL:

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

ESTRATÉGIA 1

ARTICULAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM A PRÉ-ESCOLA.

Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental articulados com estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.

ESTRATÉGIA 2

INOVAÇÃO

Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

ESTRATÉGIA 3

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

ESTRATÉGIA 3

ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICÊNCIA

Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

META 2 – ALFABETIZAÇÃO E ALFABETISMO FUNCIONAL DE JOVENS E ADULTOS.

META NACIONAL:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

META MUNICIPAL:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIA 1

OFERTA GRATUITA

Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria, nas escolas mais próximas de sua residência.

Solicitar à autorização de funcionamento para Educação de Jovens e Adultos para as escolas municipais.

ESTRATÉGIA 2

AÇÕES DE ATENDIMENTO SUPLEMENTAR (Transporte, Alimentação e Saúde)

Executar ações de atendimento ao estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.

ESTRATÉGIA 3

EJA EM ESTABELECIMENTOS PENAIS

Assegurar a oferta de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas de Ensino Fundamental e Médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.

ESTRATÉGIA 4

INTEGRAÇÃO ENTRE SEGMENTOS EMPREGADORES E SISTEMA DE ENSINO

Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos.

ESTRATÉGIA 5

IDOSOS

Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vista à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e

esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

META 3– EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

META NACIONAL:

Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.

META MUNICIPAL:

Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 01(uma) escola da rede municipal, de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) alunos(as) da Educação Básica.

ESTRATÉGIA 1 AMPLIAÇÃO DO TEMPO

Promover, com o apoio da União, a oferta de Educação Básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

ESTRATÉGIA 2

CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS

Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.

ESTRATÉGIA 3

RECURSOS – INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS, MATERIAL DIDÁTICO E FORMAÇÃO.

Articular e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a Educação em tempo integral.

ESTRATÉGIA 4

DIVERSIDADE LOCAL

Atender às escolas do campo na oferta de Educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando as peculiaridades locais.

ESTRATÉGIA 5

TEMPO INTEGRAL PARA PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Garantir a Educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

META 4 – APRENDIZADO ADEQUADO NA IDADE CERTA

META NACIONAL:

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB¹²: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

META MUNICIPAL:

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

¹² Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

ESTRATÉGIA 1 IDEB MUNICIPAL

Definir em regime de colaboração com a equipe de profissionais de cada escola o índice de desenvolvimento educacional da rede pública municipal.

ESTRATÉGIA 2 AUTOAVALIAÇÃO

Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da Educação e o aprimoramento da gestão democrática.

ESTRATÉGIA 3 PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)

Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

ESTRATÉGIA 4

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental, e incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da educação básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas.

ESTRATÉGIA 5

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.

ESTRATÉGIA 6

COMBATE À DESIGUALDADE

Articular com as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste. As diferenças entre as médias dos índices dos estados, inclusive do Distrito Federal, e dos Municípios.

ESTRATÉGIA 7

RESULTADOS PEDAGÓGICOS DOS INDICADORES

Fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da Educação Básica e do IDEB, relativos às escolas, às redes públicas de Educação Básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais

relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.

ESTRATÉGIA 8

PISA¹³

Melhorar o desempenho dos alunos da educação básica para que obtenha melhores resultados nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido.

ESTRATÉGIA 9

TRANSPORTE NA ZONA RURAL

Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da Educação do campo na faixa etária da Educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

¹³ Programme for International Student Assessment = Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

ESTRATÉGIA 10

MODELOS ALTERNATIVOS DE ATENDIMENTO NO CAMPO

Desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais.

ESTRATÉGIA 11

ACESSO À INTERNET E RELAÇÃO COMPUTADOR ALUNO.

Articular, até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno nas escolas da rede pública de Educação Básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

ESTRATÉGIA 12

INFRAESTRUTURA

Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

ESTRATÉGIA 13

RECURSOS TECNOLÓGICOS DIGITAIS

Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando inclusive mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet.

ESTRATÉGIA 14

CURRÍCULO ESPECÍFICO PARA GRUPOS ÉTNICOS

Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para Educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena; produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os alunos com deficiência.

ESTRATÉGIA 15

MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE E ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO FORMAL E EDUCAÇÃO POPULAR E CIDADÃ

Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a Educação formal com experiências de Educação popular e cidadã, com os propósitos de que a Educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

META 5 - EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META NACIONAL:

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no Ensino Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional.

META MUNICIPAL:

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no Ensino Fundamental e Médio na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIA 1

PARCERIA COM ESCOLAS TÉCNICAS

Criar parcerias com escolas técnicas que possam ampliar o acesso e as possibilidades profissionais dos estudantes desta modalidade.

ESTRATÉGIA 2

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO TRABALHADOR

Expandir as matrículas da Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.

ESTRATÉGIA 3

ATENDIMENTO A POPULAÇÕES ITINERANTES, DO CAMPO E DE COMUNIDADES INDÍGENAS

Fomentar a integração da Educação de jovens e adultos com a Educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da Educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas, inclusive na modalidade de Educação à distância.

ESTRATÉGIA 4

ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação profissional.

ESTRATÉGIA 5

REDE FÍSICA

Implantar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na Educação de jovens e adultos integrada à Educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

ESTRATÉGIA 6

MATERIAL DIDÁTICO

Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na Educação de jovens e adultos articulada à Educação profissional.

ESTRATÉGIA 7

ASSISTÊNCIA SOCIAL, FINANCEIRA E PSICOPEDAGÓGICA

Articular o programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da Educação de jovens e adultos articulada à Educação profissional.

ESTRATÉGIA 8

ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

Orientar a expansão da oferta de Educação de jovens e adultos articulada à Educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.

META 6 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META NACIONAL:

Triplidar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

META MUNICIPAL:

Triplidar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

Obs.: Não foi calculada a situação das mesorregiões e municípios nesta meta nacional e a meta só será alcançada caso tenha oferta de cursos da rede federal em parceira com o município.

ESTRATÉGIA 1

ACESSO À REDE FEDERAL

Divulgar as matrículas de Educação profissional técnica de nível médio na rede federal de Educação Profissional, científica e tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da Educação Profissional.

ESTRATÉGIA 2

ACESSO À REDE ESTADUAL

Divulgar a expansão da oferta de Educação Profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino.

ESTRATÉGIA 3

OFERTA DE MATRÍCULAS GRATUITAS POR ENTIDADES PRIVADAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ampliar a oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

ESTRATÉGIA 4

ATENDIMENTO A POPULAÇÕES DO CAMPO E COMUNIDADES INDÍGENAS.

Articular o atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas, de acordo com os seus interesses e necessidades.

ESTRATÉGIA 5

ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, TDAH E SUPERDOTAÇÃO

Expandir a oferta de Educação Profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

ESTRATÉGIA 6

DESIGUALDADE

Reducir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na Educação Profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

6.2. SEGUNDO GRUPO DE METAS

6.2.1. SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES E A VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS

META 7 – EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

META NACIONAL:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados

META MUNICIPAL:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIA 1

FINANCIAMENTO

Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos(as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na

educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007

ESTRATÉGIA 2

CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA

Implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas.

ESTRATÉGIA 3

ACESSO

Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno.

ESTRATÉGIA 4

ESPAÇO FÍSICO, MATERIAIS E TRANSPORTE

Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos(as) alunos(as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos(as) alunos(as) com altas habilidades ou superdotação.

ESTRATÉGIA 5

BRAILLE E EDUCAÇÃO BILÍNGUE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA

Garantir a oferta de Educação bilíngüe, em Língua Brasileira de Sinais (libras) como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e deficientes auditivos de 0 a 17 anos, em escolas e classes bilíngües inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos art. 24 e 30 da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos.

ESTRATÉGIA 6

ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA

Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência promovida à articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado

ESTRATÉGIA 7

BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários(as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude

ESTRATÉGIA 8

AMPLIAÇÃO DAS EQUIPES DE PROFISSIONAIS

Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos(das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores(as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores(as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngües.

ESTRATÉGIA 9

PARCERIA PARA AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E A PRODUÇÃO DE MATERIAL ACESSÍVEL

Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.

META 8 – ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE/DIVERSIDADE

META NACIONAL:

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do

campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados ao IBGE¹⁴.

META MUNICIPAL:

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no Município e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados ao IBGE.

ESTRATÉGIA 1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Implementar programas de Educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associada a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

¹⁴ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

6.3. TERCEIRO GRUPO DE METAS

6.3.1. VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

META 9 – FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

META NACIONAL:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 01 ano de vigência deste PNE, a política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os (as) professores (as) da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

META MUNICIPAL:

Participar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 01 ano de vigência deste PME, a política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os (as) professores (as) da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Obs: Não foi calculada a situação dos entes federativos nesta meta nacional. Os professores da rede municipal possuem habilitação mínima exigida para o cargo.

ESTRATÉGIA 1

QUALIFICAÇÃO

Implementar cursos e programas especiais para assegurar a formação específica na Educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes, com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em áreas diversas da de atuação docente, em efetivo exercício.

META 10

FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO

META NACIONAL:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

META MUNICIPAL:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIA 1

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Utilizar os momentos de planejamentos definidos no estatuto do município para formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de Educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

META 11 – REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO

META NACIONAL:

Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência deste PNE.

META MUNICIPAL:

Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência deste PME, desde que tenha recursos de outras esferas (estadual e federal) para complementação de recursos para valorização aliados a critérios de equiparação.

ESTRATÉGIA 1

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Definir critérios para incentivar a busca pela qualidade da educação através da avaliação de desempenho por área de atuação e que a valorização considere o resultado de cada profissional.

ESTRATÉGIA 2

PLANO DE CARREIRA

Promover a articulação e implementação no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, planos de carreira para os profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

ESTRATÉGIA 3

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO

Ampliar a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.

META 12 - PLANO DE CARREIRA

META NACIONAL:

Assegurar, no prazo de 02 anos, a existência de Planos de Carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da Educação Básica

pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

META MUNICIPAL:

Reestruturar, no prazo de 01 ano, os Planos de Carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Obs.: Não foi calculada a situação dos entes federativos nesta meta nacional.

ESTRATÉGIA 1

NÃO DOCENTES

Articular a rede pública Municipal de Educação Básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PNE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da Educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

ESTRATÉGIA 2

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Implantar, nas redes públicas de Educação Básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipes de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação dos profissionais da educação.

ESTRATÉGIA 3

PRIORIDADE DE REPASSES

Reestruturar o plano de carreira para que priorize o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado lei específica estabelecendo planos de Carreira para os(as) profissionais da educação.

6.4. QUARTO GRUPO DE METAS,

6.4.1. ABORDANDO O CONTEÚDO DAS METAS 13, 14 E 15 ENSINO SUPERIOR

META 13 – EDUCAÇÃO SUPERIOR

META NACIONAL:

Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

META MUNICIPAL:

Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

Obs.: Não foi calculada a situação das mesorregiões e municípios. Esta modalidade de ensino não é de responsabilidade dos municípios.

ESTRATÉGIA 1

FOMENTO À DIVERSIDADE

Apoiar a ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas, de Educação Superior e beneficiários do FIES¹⁵, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na Educação Superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na Educação Superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes, indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

META 14 - TITULAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

META NACIONAL:

Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

Obs.: Não foi calculada a situação das mesorregiões e municípios nesta meta nacional. Esta modalidade de ensino não é de responsabilidade dos municípios. Existe incentivo através do Plano de Carreira.

¹⁵ Fundo de Financiamento Estudantil

META 15 – PÓS-GRADUAÇÃO

META NACIONAL:

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Obs.: O município não oferece esta modalidade de pós-graduação stricto sensu. Existe incentivo através no Plano de Carreira. Não foi calculada a situação das mesorregiões e municípios nesta meta nacional.

META 16 – GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

META NACIONAL:

Assegurar condições, no prazo de 02 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

META MUNICIPAL:

Verificar condições, no prazo de 01 ano, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Obs.: Não foi calculada a situação dos entes federativos nesta meta nacional.

ESTRATÉGIA 1

LEGISLAÇÃO PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS

Reestruturar a forma de gestão escolar para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, com critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar para que a União priorize o repasse de transferências voluntárias na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional.

ESTRATÉGIA 2

FORMAÇÃO DOS CONSELHEIROS

Incentivar e aderir aos programas de apoio e formação aos (às)conselheiros(as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos(as) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

ESTRATÉGIA 3

FORTELECIMENTO DOS CONSELHOS

Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

ESTRATÉGIA 3

PARTICIPAÇÃO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Estimular a participação e a consulta de profissionais da Educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

ESTRATÉGIA 4

PROVA NACIONAL SELETIVA DE DIRETORES

Aderir ao desenvolvimento de programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

META 17 – FINANCIAMENTO

META NACIONAL:

Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 07% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Obs.: Não foi calculada a situação dos entes federativos nesta meta nacional. O município precisa do apoio técnico e recurso da União para que possa investir na educação. A arrecadação municipal é insuficiente para fazer o financiamento necessário.

ESTRATÉGIA 1

FONTES DE FINANCIAMENTO

Garantir a aplicação mínima de investimento na educação conforme determinações legais.

ESTRATÉGIA 2

CUSTO ALUNO – QUALIDADE INICIAL

Criar articulações com a União, na forma da lei, para possibilitar a complementação de recursos financeiros ao Município, caso não consiga atingir o valor do CAQi porque no prazo de 2 (dois) anos da vigência deste **PNE**, será implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial – CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade – CAQ.

CAPÍTULO II

7. INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO DE GUANHÃES MINAS GERAIS.

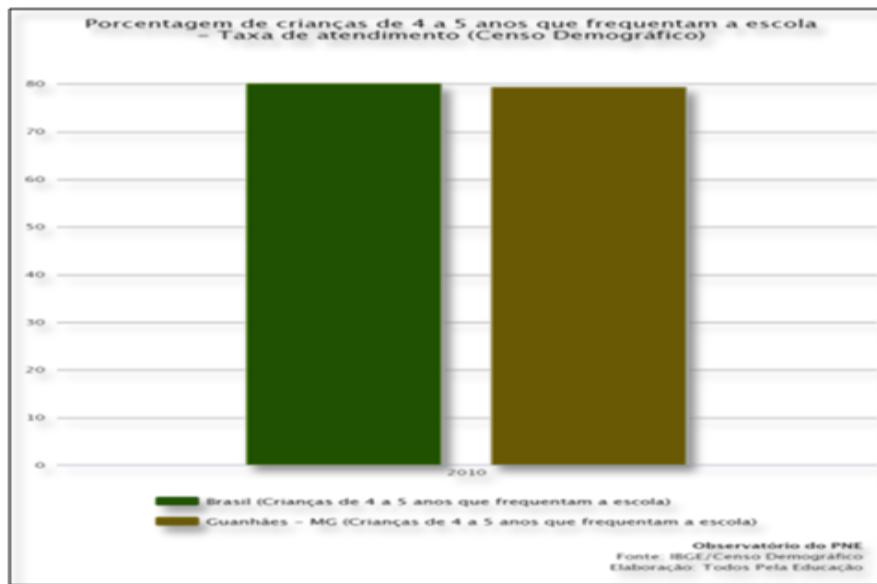
“Indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo. Por exemplo, para saber se uma pessoa está doente, usamos vários indicadores: febre, dor, desânimo. Para saber se a economia do país vai bem, utilizamos como indicadores a inflação e a taxa de juros. A variação dos indicadores nos possibilita constatar mudanças (a febre que baixou significa que a pessoa está melhor; a inflação mais baixa no último ano indica que a economia está melhorando). Aqui, os indicadores apresentam a qualidade da escola em relação a importantes elementos de sua realidade: as dimensões. (Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-MEC)”.

META 1 – INDICADOR

Este indicador permite verificar a taxa de atendimento das crianças de 4 e 5 anos nos municípios, a partir dos dados do Censo Demográfico realizado em 2010.

O indicador monitora indiretamente a meta já que considera a população de 4 e 5 anos na escola, independentemente da etapa de ensino na qual se encontra. O indicador é calculado a partir dos Resultados Gerais da Amostra disponibilizados pelo IBGE.

Gráfico 1 - Porcentagem de crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola - Taxa de atendimento (Censo Demográfico)



Este indicador permite verificar a taxa de atendimento das crianças de 0 a 03 anos nos municípios, a partir dos dados do Censo Demográfico realizado em 2010.

O indicador monitora indiretamente a meta já que considera a população de 0 a 3 anos na escola, independentemente da etapa de ensino na qual se encontra.

O indicador é calculado a partir dos Resultados Gerais da Amostra disponibilizados pelo IBGE.

Gráfico 2 - Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola - Taxa de atendimento (Censo Demográfico)

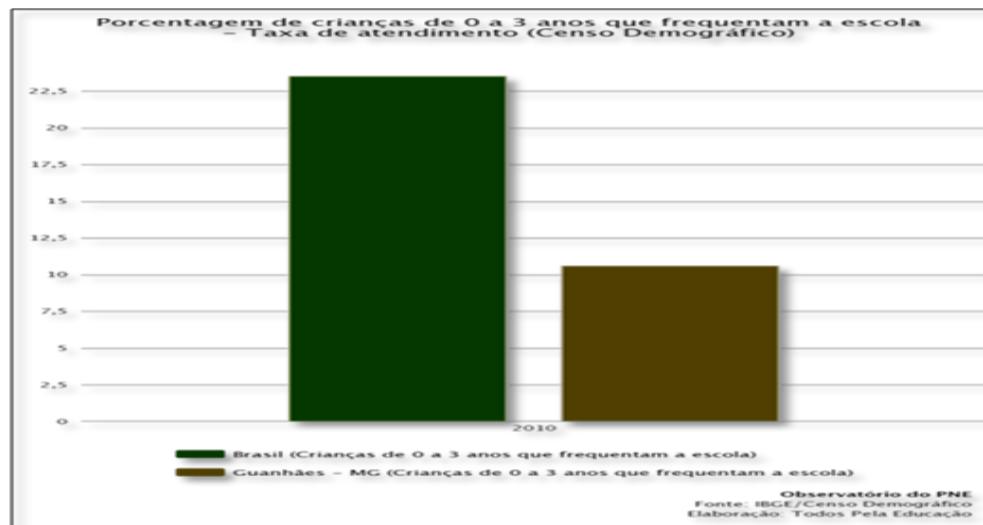
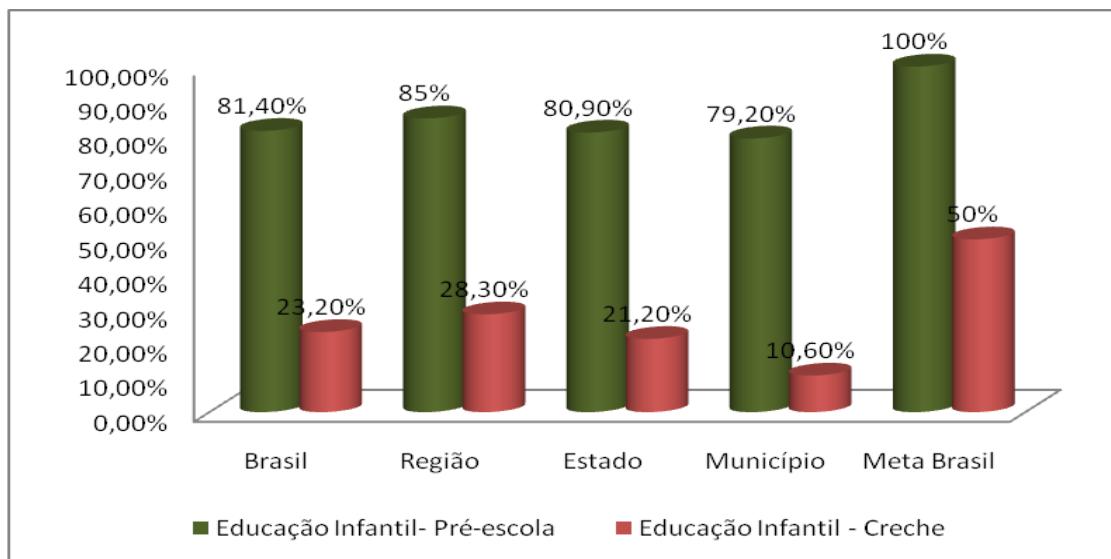


Gráfico 3 - Percentual de 0 a 5 anos que frequentam a escola



META 2 – INDICADOR

O indicador mostra a evolução da distorção idade-série para o Brasil, regiões, estados e municípios. Trata-se de um importante indicador de fluxo e representa a porcentagem dos alunos de determinada localidade que não estão matriculados em uma etapa compatível com sua idade escolar.

Como podemos observar, a taxa para a rede total (pública e privada) no Brasil (para os anos iniciais do Ensino Fundamental) passou de 23% em 2006 para 14,1% em 2014.

A taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Guanhães/MG em 2014 foi 6,5% Os dados para compor este indicador são disponibilizados pelo Inep.

Gráfico 4 - Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

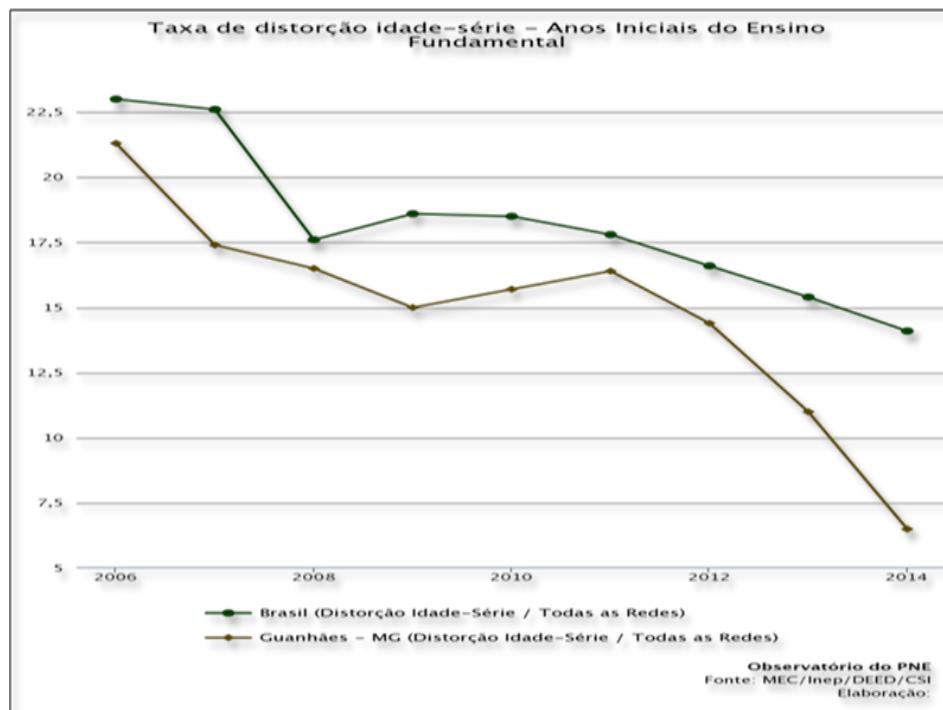
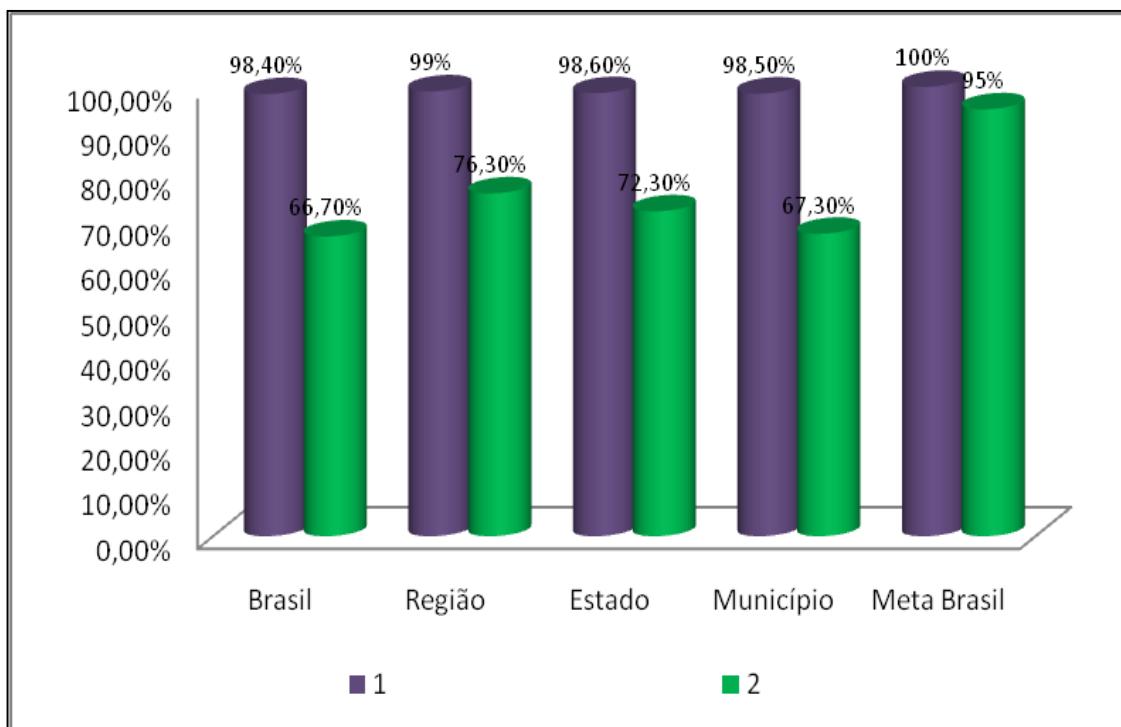


Gráfico 5 - População de 06 a 14 anos que frequenta e escola (1) Pessoa de 16 anos com pelo menos Ensino Fundamental concluído.

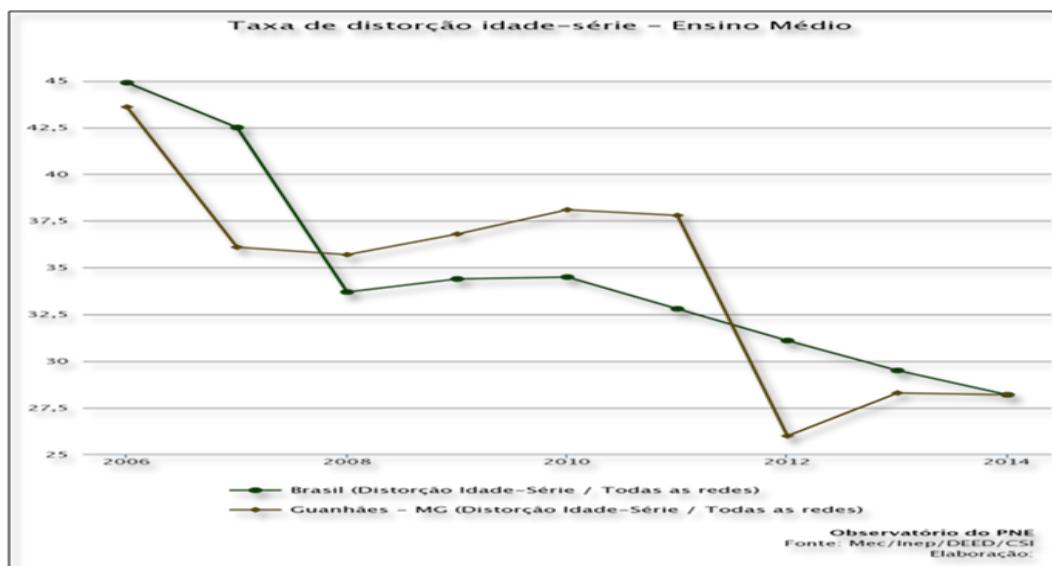


META 3 – INDICADOR

O indicador mostra a evolução da distorção idade-série para o Brasil, regiões, estados e municípios. Trata-se de um importante indicador de fluxo e representa a porcentagem dos alunos de determinada localidade que não estão matriculados em uma etapa compatível com sua idade escolar.

A taxa para a rede total (pública e privada) vem diminuindo ao longo dos anos, no entanto, em Guanhães ainda foi de 28,2% em 2014.

Gráfico 6 - Taxa de distorção idade - série - Ensino Médio



Este indicador permite verificar a taxa de atendimento das crianças de 15 a 17 anos nos municípios, a partir dos dados do Censo Demográfico realizado em 2010.

O indicador monitora indiretamente a meta já que considera a população de 15 a 17 anos na escola, independentemente da etapa de ensino na qual se encontra.

O indicador é calculado a partir dos Resultados Gerais da Amostra disponibilizados pelo IBGE

Gráfico 7 – Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que frequentam a escola - Taxa de atendimento (Censo Demográfico)

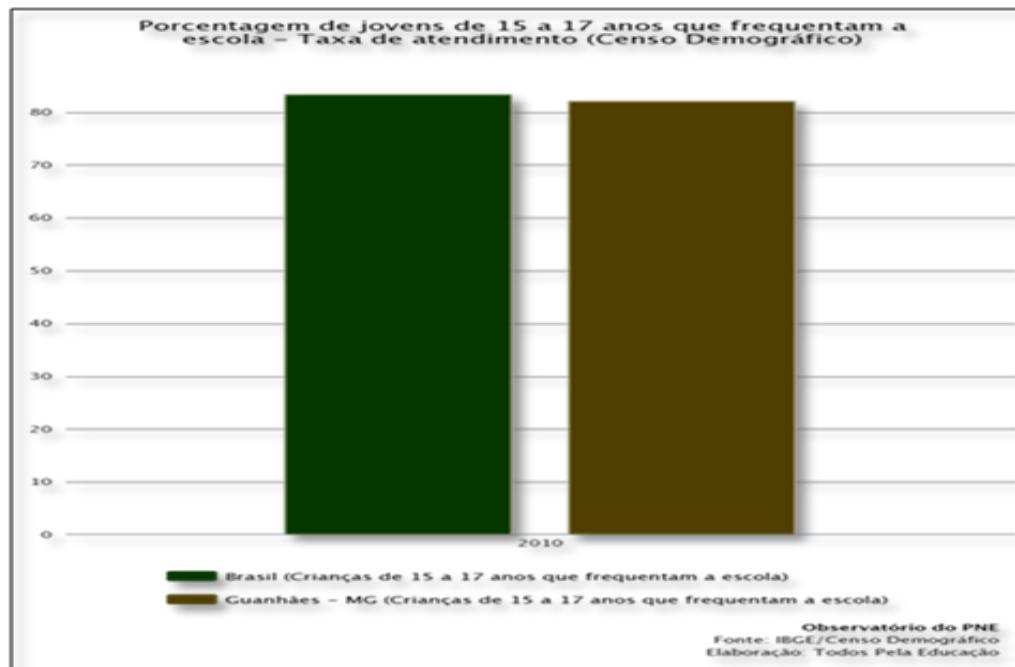
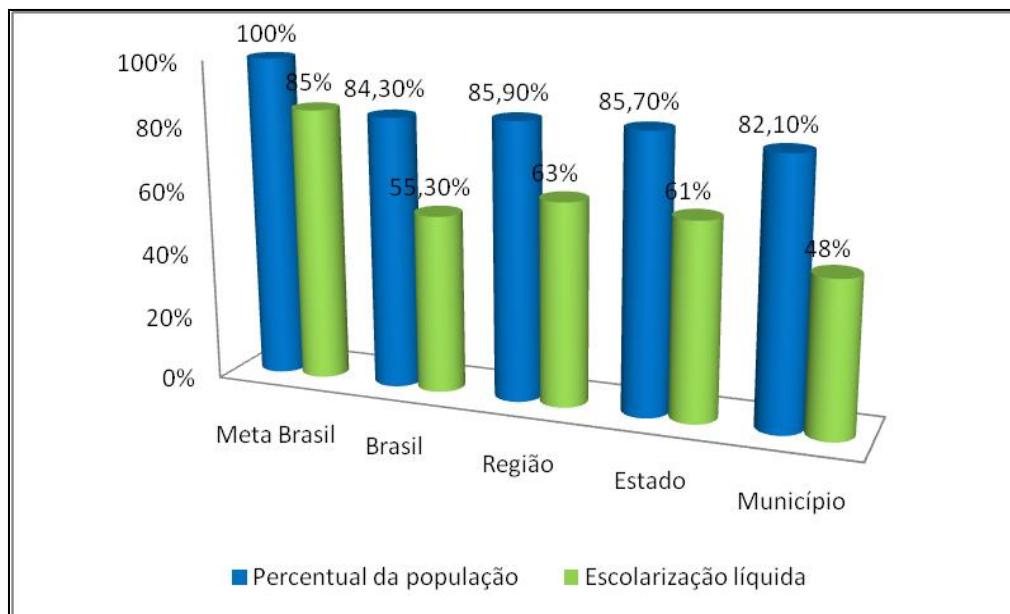


Gráfico 8 - Situação do município em relação à meta nacional.



META 4 – INDICADOR

Não há dados para o monitoramento desta meta. As pesquisas e o Censo do IBGE não levantam informações completas que permitam diagnosticar a situação. Tal descompasso é sintoma do descaso histórico em relação ao tema. Indicadores auxiliares ajudam a traçar um panorama geral da situação.

O indicador é calculado considerando todas as matrículas em classes comuns de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em relação ao total de matrículas destes alunos.

Apesar de não entrarem no cálculo as matrículas no atendimento complementar à escolarização, se o mesmo aluno tem duas matrículas de escolarização, ele será contabilizado duas vezes.

Como consta no texto da meta universalizar o atendimento preferencialmente na rede regular de ensino, considerou apenas as matrículas em classes comuns, ou seja, excluímos matrículas em classes especiais ou escolas exclusivas.

A porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns no município de Guanhães em 2007 foi 58,3 % e em 2014 38,6%.

Gráfico 9 - Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns.

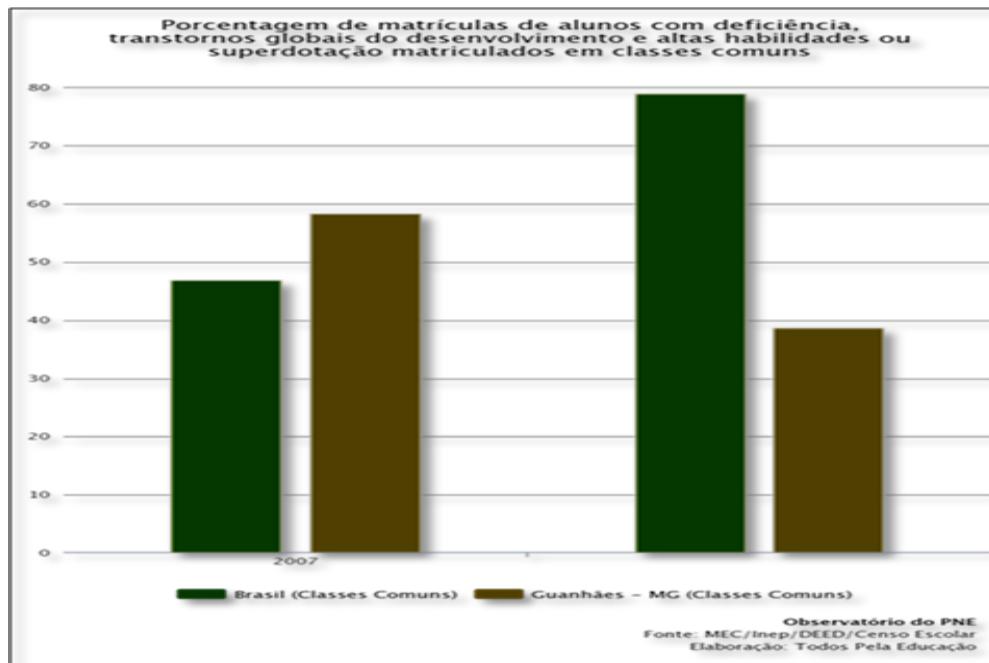
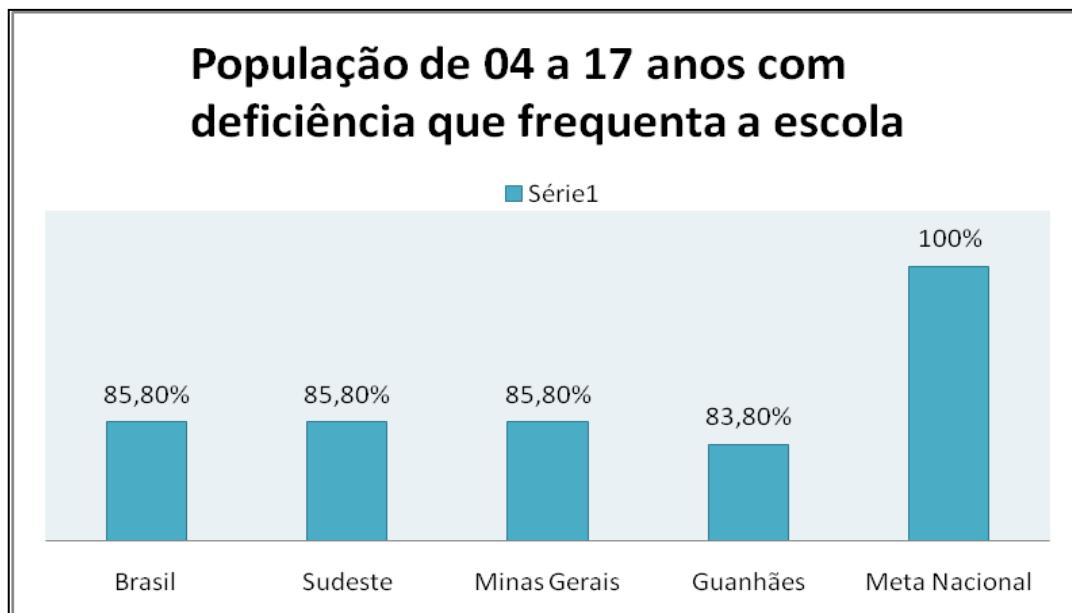


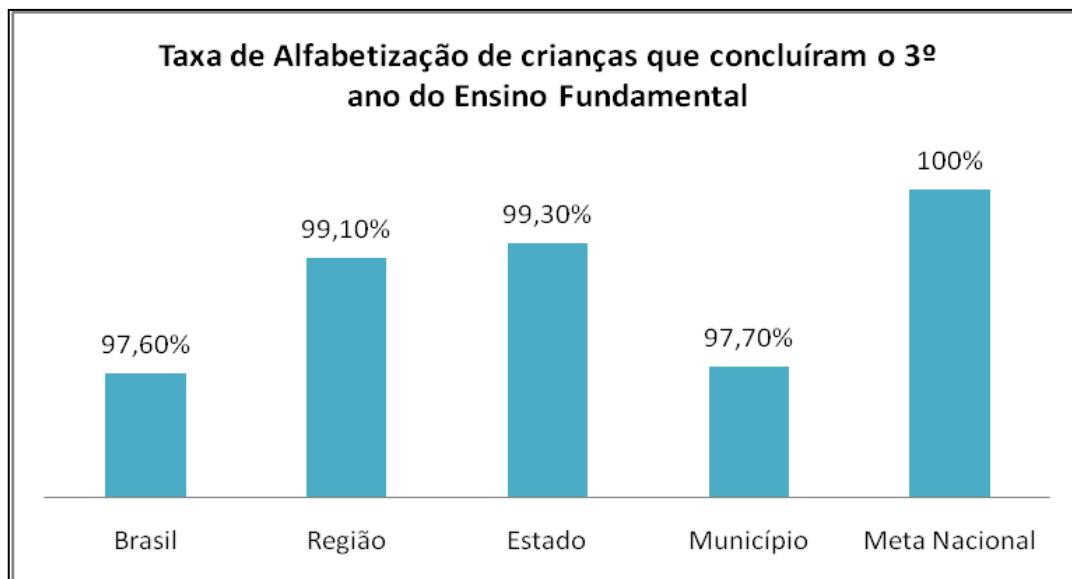
Gráfico 10 - Inclusão



META 5 – INDICADOR

O indicador mais apropriado para essa meta será construído quando os resultados da ANA¹⁶ estiverem disponíveis.

Gráfico 11 - Alfabetização Infantil

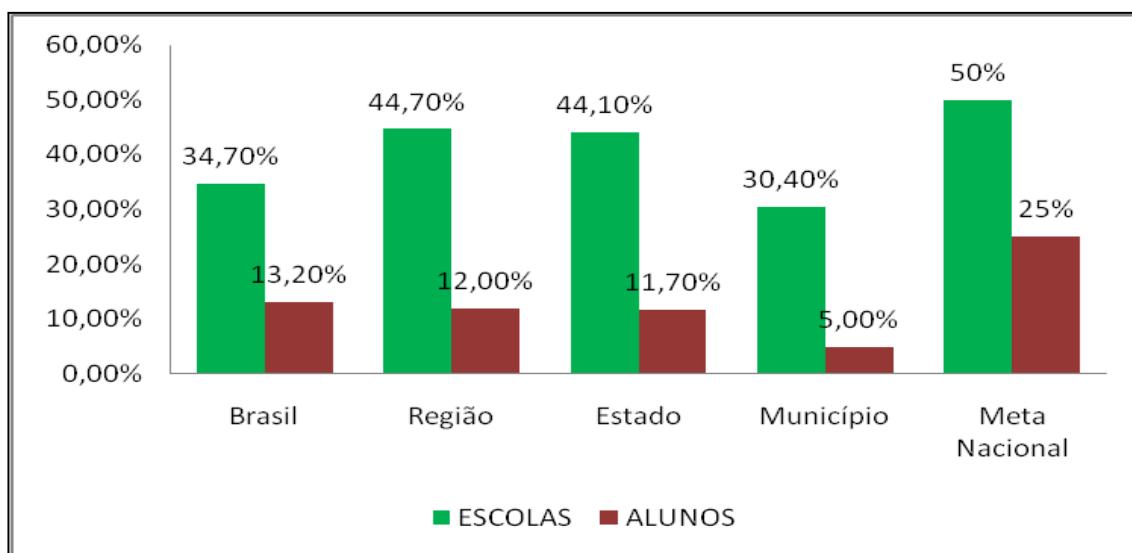


¹⁶ Avaliação Nacional da Alfabetização

META 6 – INDICADOR

Para a construção do Indicador 6 foram consideradas as matrículas do ensino regular nas etapas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Consideraram-se matrículas em tempo integral aqueles de escolarização acrescido a duração da Atividade Complementar do aluno independente da rede de ensino que forem iguais ou superiores a 7 horas.

Gráfico 12 - Educação Integral



META 7 – INDICADOR

O IDEB foi criado pelo INEP em 2007 e reúne em um só indicador dois conceitos: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. Ele é a principal ferramenta para acompanhamento de metas de qualidade da Educação.

Em 2009 a amostra do SAEB não foi representativa para a rede privada da região norte. Alguns municípios não têm IDEB calculado todos os anos.

Gráfico 13 - Índice de desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

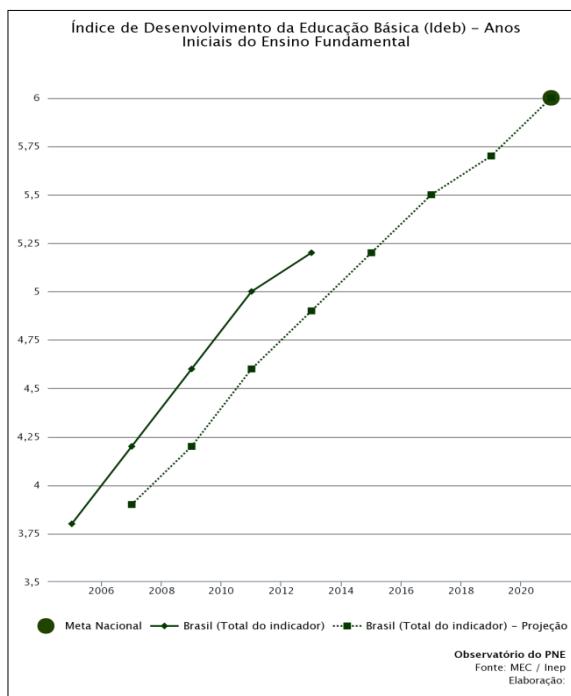


Gráfico 14 – IDEB Anos Finais do Ensino Fundamental

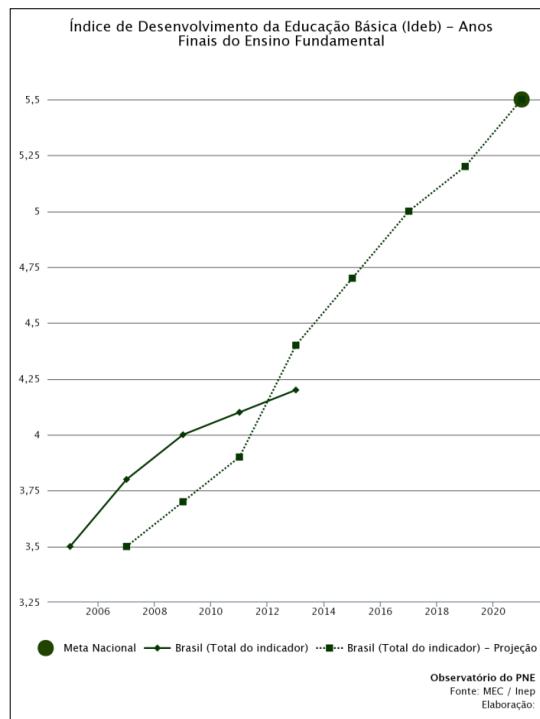


Gráfico 15 – IDEB Ensino Médio

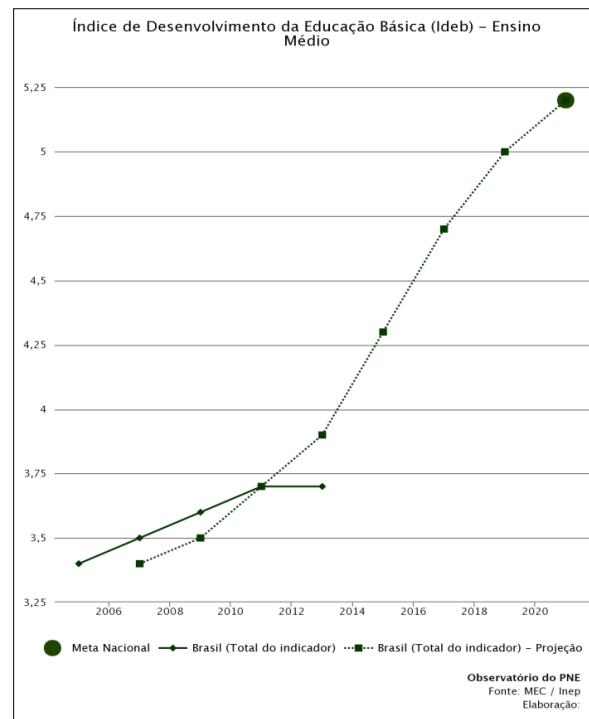


Gráfico 16 - Qualidade da Educação Básica / IDEB

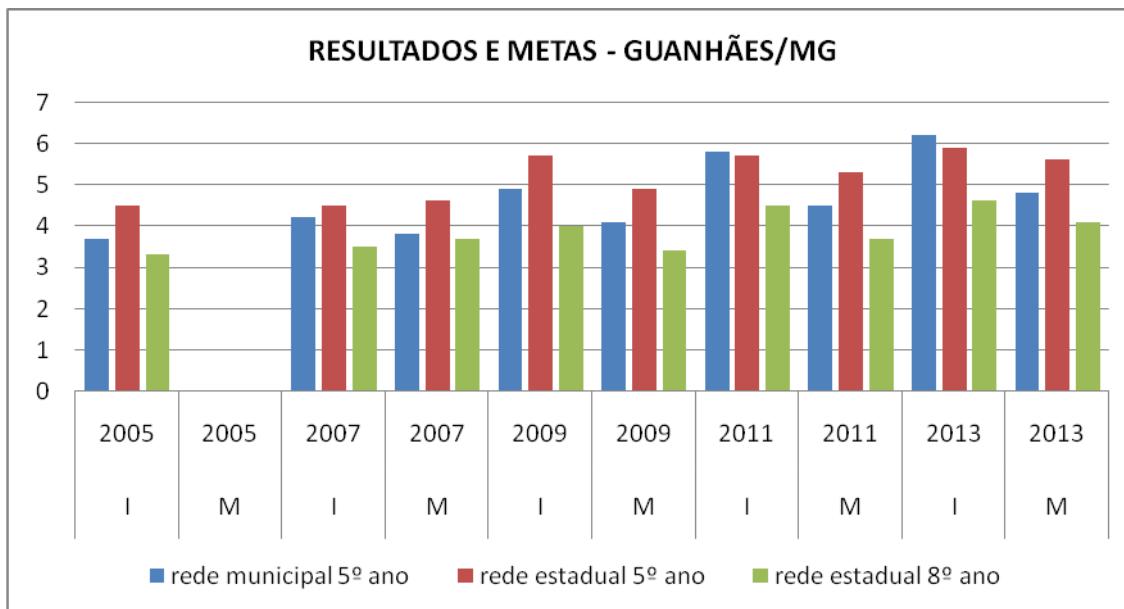


Gráfico 17 - Resultado

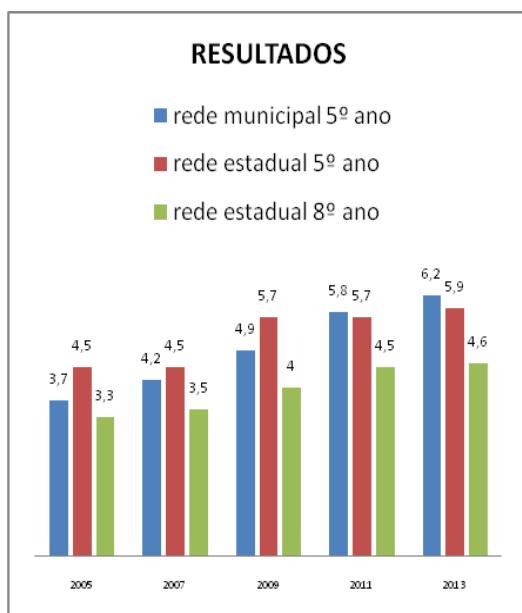
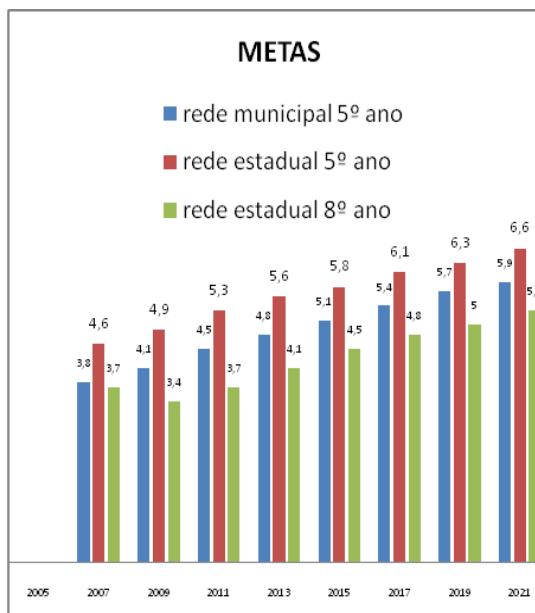


Gráfico 17B - Metas



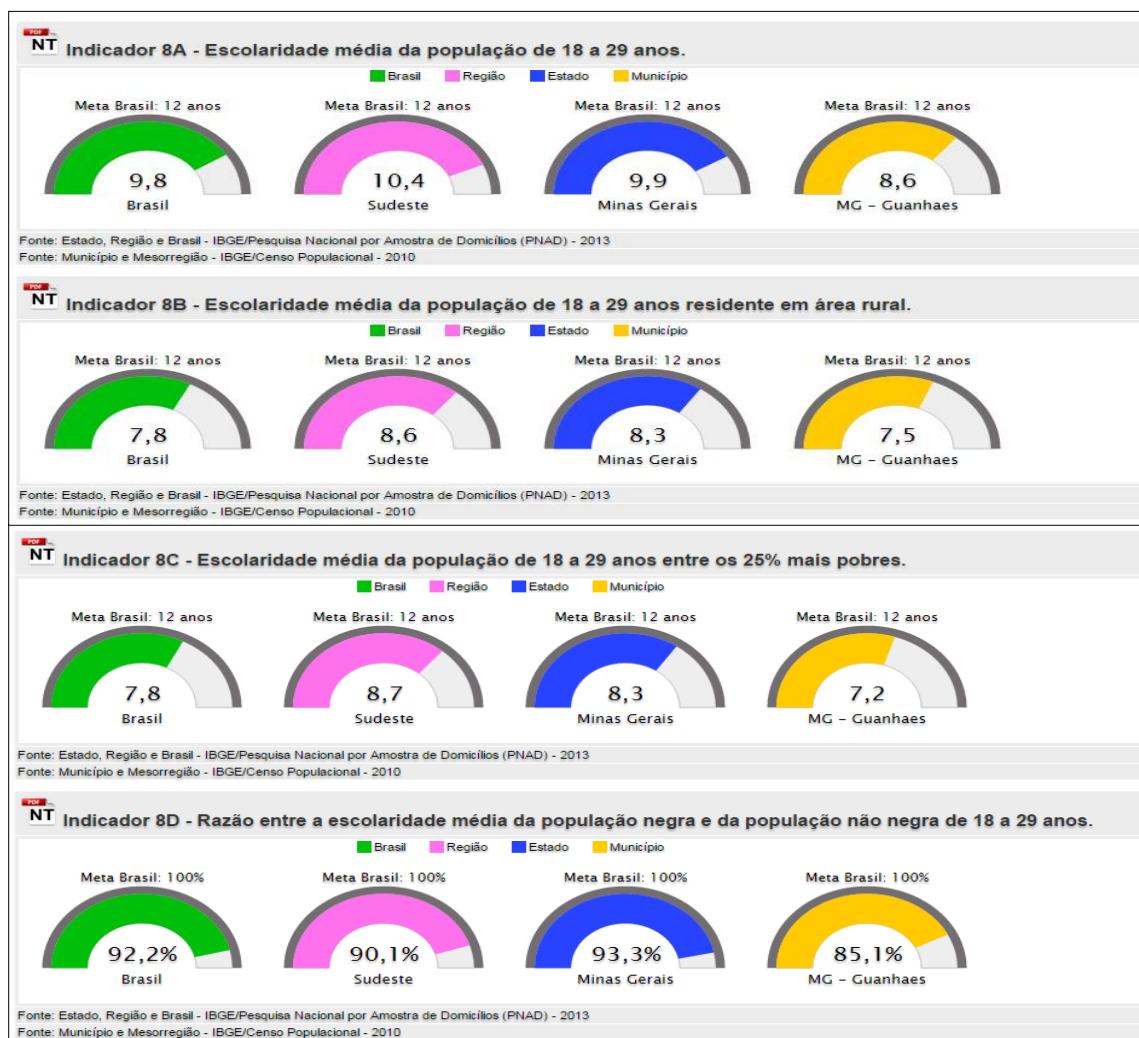
META 8 – INDICADOR

A Meta 8 traz um olhar específico para a desigualdade no acesso e o sucesso escolar dos grupos mais vulneráveis da população, neste caso a população do campo, com o objetivo de reduzir as desigualdades na Educação.

O indicador é calculado com base nos dados da PNAD¹⁷. As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da PNAD (última semana de setembro). No cálculo consideram-se os anos de estudo da população de 18 e 29 anos de idade, independentemente das etapas de ensino.

Os 12 anos aos que a meta se refere correspondem teoricamente ao número de anos no Ensino Fundamental e o Ensino Médio, no entanto, pela forma de coleta do dado, o indicador apurado poderá estar considerando os anos em outras etapas de ensino, como a Educação Infantil, o Ensino Profissional e a Educação Superior.

Gráfico 18 - Elevação da escolaridade / diversidade



¹⁷ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

META 9 – INDICADOR

Este indicador é a estimativa de analfabetismo funcional calculada pelo IBGE e define o analfabeto funcional como a pessoa que possui menos de quatro anos de estudos completos.

Na América Latina, a UNESCO ressalta que o processo de alfabetização só se consolida de fato para as pessoas que completaram a 4^a série. Entre aquelas que não concluíram esse ciclo de ensino, se tem verificado elevadas taxas de volta ao analfabetismo (Boletim: Proyecto Principal de Educación em America Latina y el Caribe, 1993).

As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da PNAD (última semana de setembro).

Por ser uma pesquisa amostral, a PNAD não permite o cálculo de indicadores para populações pequenas. É o caso das categorias amarela e indígena que não são apresentadas nas desagregações de raça/cor do Observatório/PNE. Os gráficos (19) abaixo mostram a Taxa de analfabetismo no Brasil 2007-2013 e a distribuição da população nos níveis de alfabetismo funcional definidos pelo indicador da alfabetismo funcional (gráfico 20)

Gráfico 19

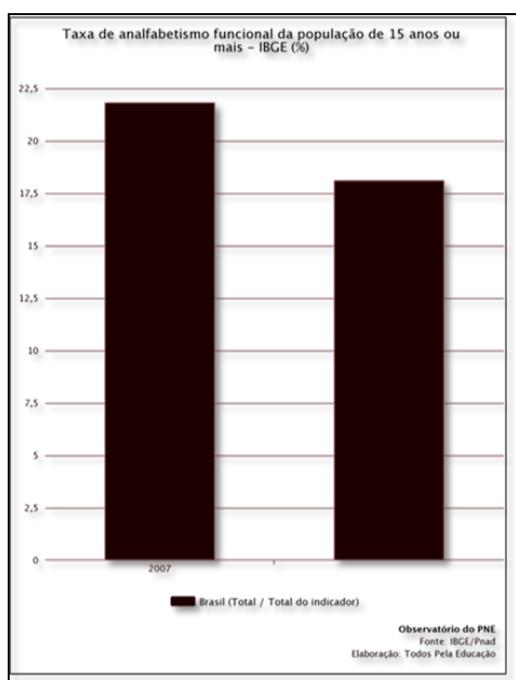


Gráfico 20

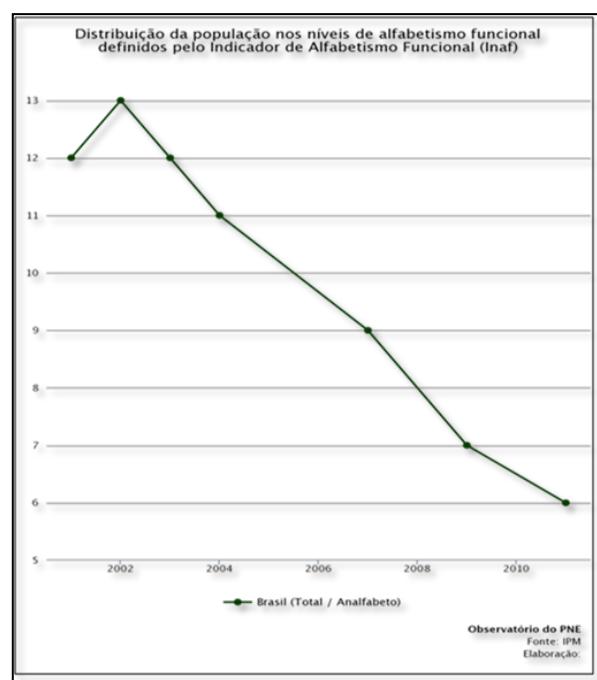


Gráfico 21 - Alfabetização de jovens e adultos

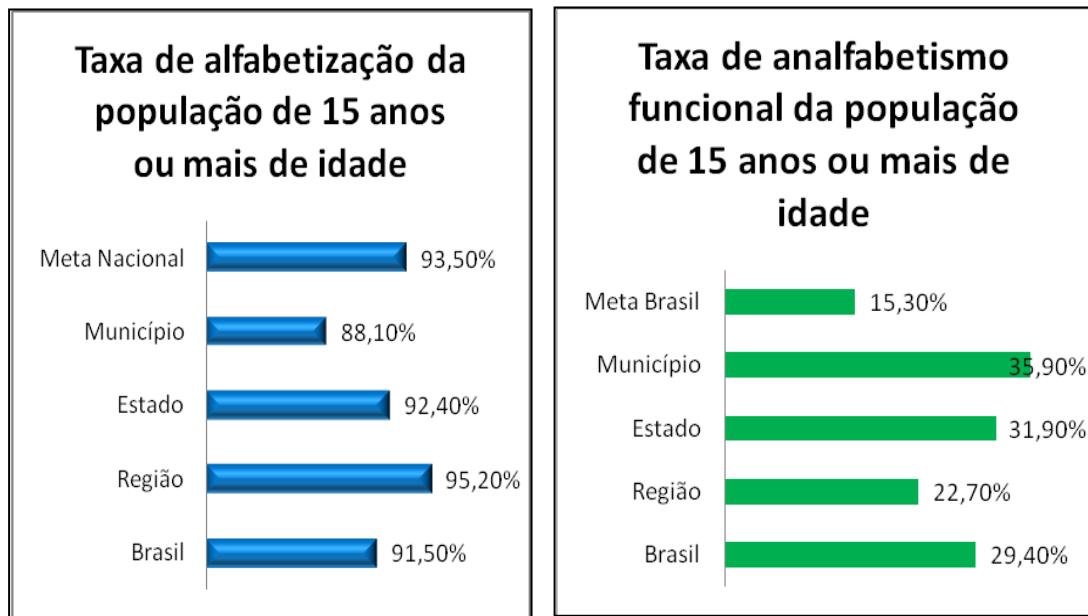
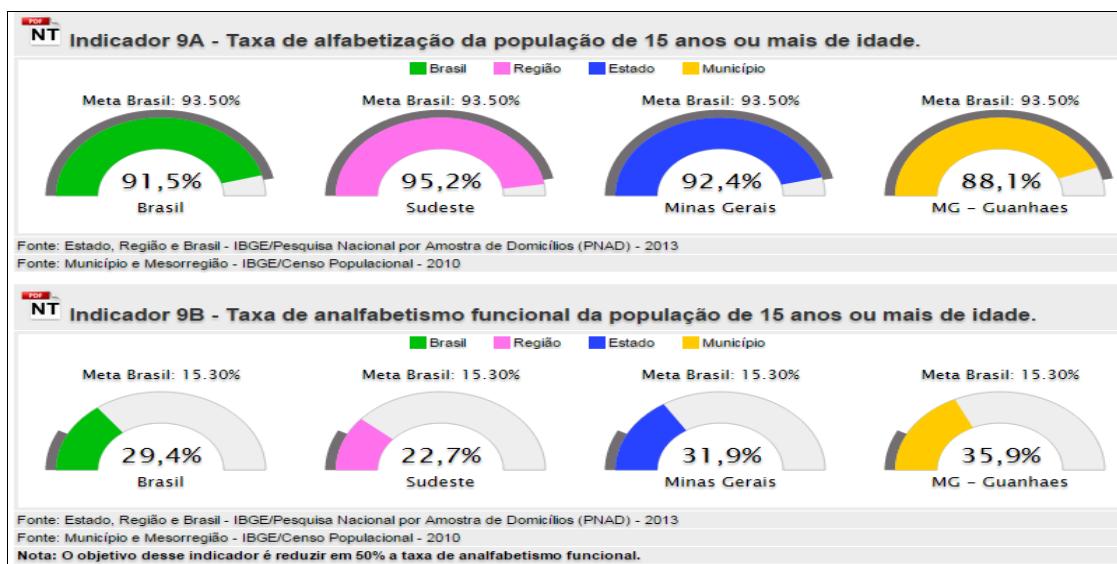


Gráfico 22 - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade



META 10 – INDICADOR

Este indicador, acompanha o número de matrículas de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental, integradas à Educação Profissional.

Podemos perceber que a evolução das matrículas nessa modalidade tem sido bem incipiente nos últimos anos.

Para o cálculo do indicador foi considerado o número de matrículas de Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos integradas à Educação

Profissional, nas modalidades semipresencial e presencial como proporção do total de matrículas de Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos.

Gráfico 23 - Matrículas no período de 2007 - 2013

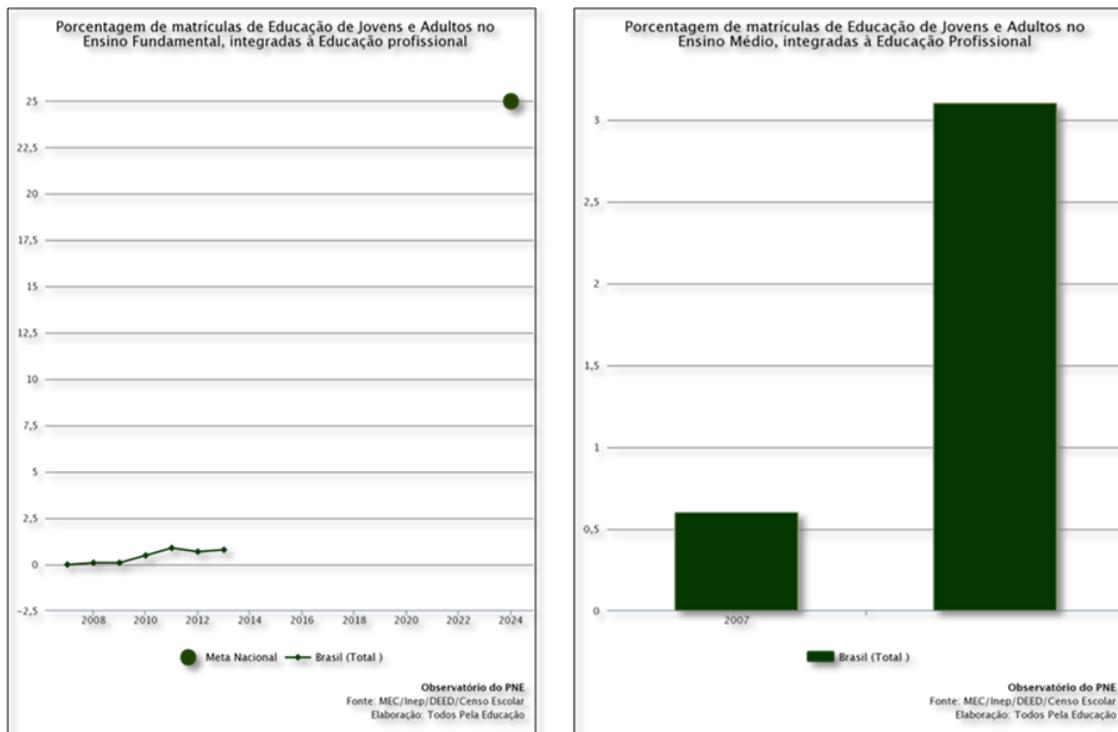
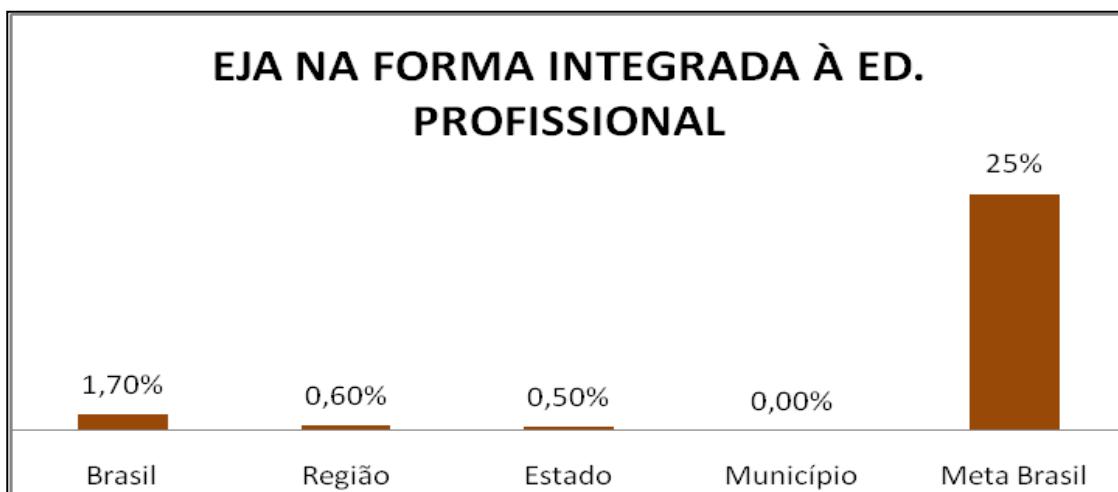


Gráfico 24 - EJA Integrada



META 11 – INDICADOR

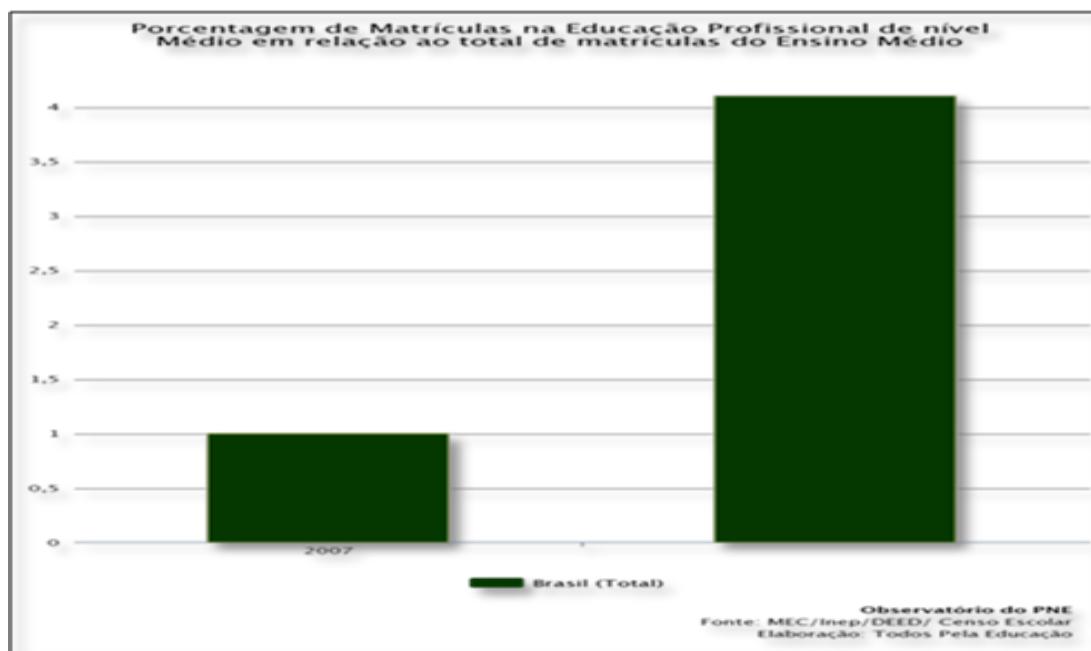
Este indicador acompanha a porcentagem de matrículas na Educação Profissional do Nível Médio em relação ao total de matrículas do Ensino Médio.

Observa-se, ao longo dos anos que houve um aumento tanto do número de matrículas na Educação Profissional do Nível Médio (em 2013 são 338.390

matrículas nesta modalidade) como na porcentagem das matrículas do Ensino Médio que são da Educação Profissional.

Para o cálculo deste indicador, considera-se a Educação Profissional do Nível Médio na modalidade integrada.

Gráfico 25 - Porcentagem de matrículas na Educação Profissional de nível médio em relação ao total de matrículas do Ensino Médio

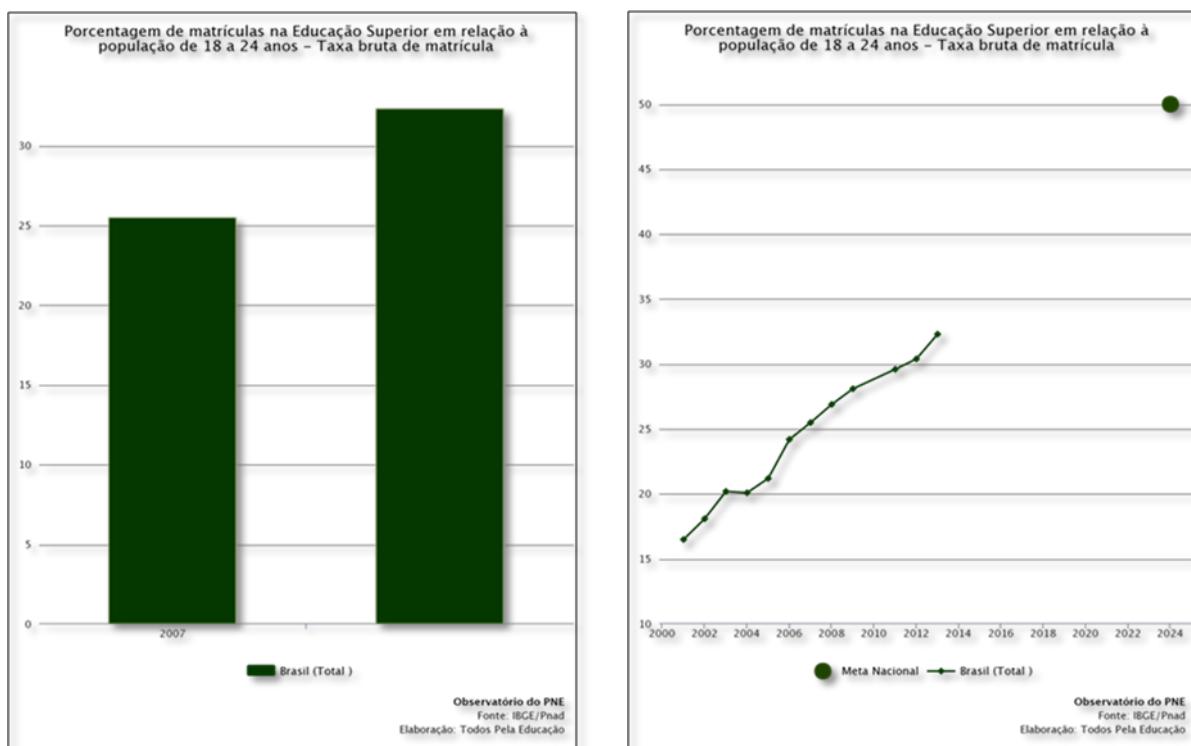


Obs.: Não foi calculada a situação das mesorregiões e municípios nesta meta nacional e a meta só será alcançada caso tenha oferta de cursos da rede estadual e federal em parceira com o município.

META 12 – INDICADOR

Considera todas as matrículas em cursos de graduação, mestrado e doutorado, em relação à população na faixa etária de 18 a 24 anos.

Gráfico 26 - Matrículas no período 2007 - 2013



Obs.: Não foi calculada a situação das mesorregiões e municípios nesta meta nacional. Esta modalidade não é de responsabilidade dos municípios.

META 13 - INDICADOR

A série apresentada foi construída com dados disponibilizados pelo MEC/INEP. O levantamento da informação até 2007 incluía os seguintes tipos de organizações acadêmicas: universidades, centros universitários, faculdades, e CET/FATs¹⁸. A partir de 2008 esta última forma de organização foi substituída por

¹⁸ Centros de Educação Tecnologia e Faculdades de Tecnologia

IF/CEFET¹⁹. Esta mudança de critérios de coleta pode gerar inconsistências na série histórica.

No cálculo são contabilizadas as funções docentes e por tanto um mesmo professor pode ser considerado duas vezes se trabalha em duas instituições.

Gráfico 27 - Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente das instituições de Educação Superior.

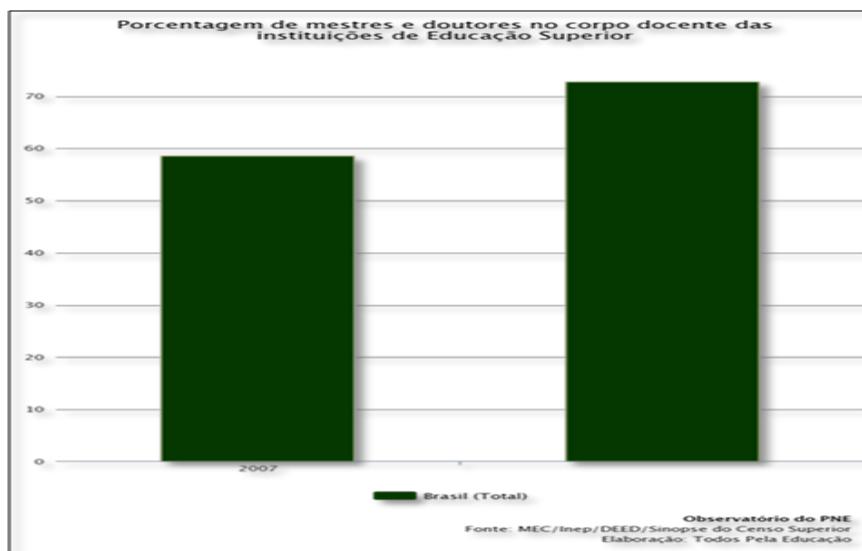
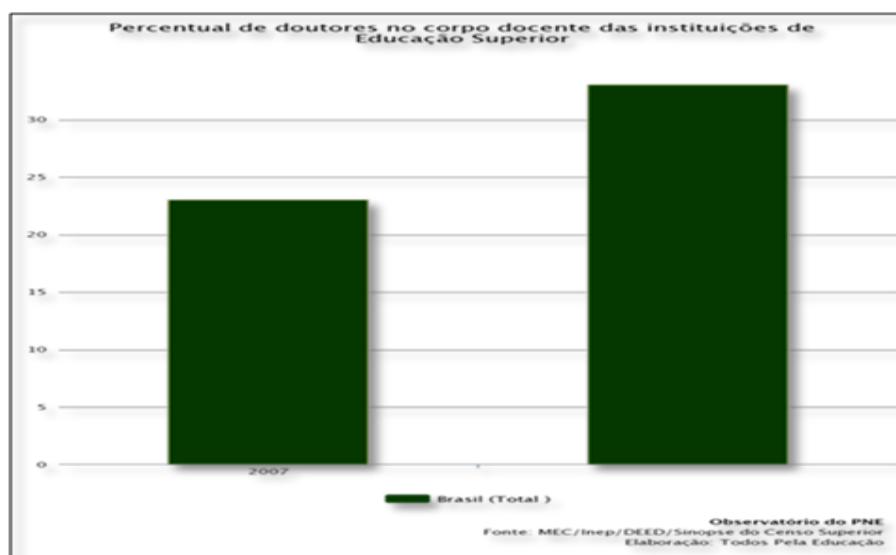


Gráfico 28 - Percentual de doutores no corpo docente das instituições de Educação Superior.



Obs.: Não foi calculada a situação das mesorregiões e municípios nesta meta nacional. Esta modalidade não é de responsabilidade dos municípios. Existe incentivo através do Plano de Carreira.

¹⁹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica

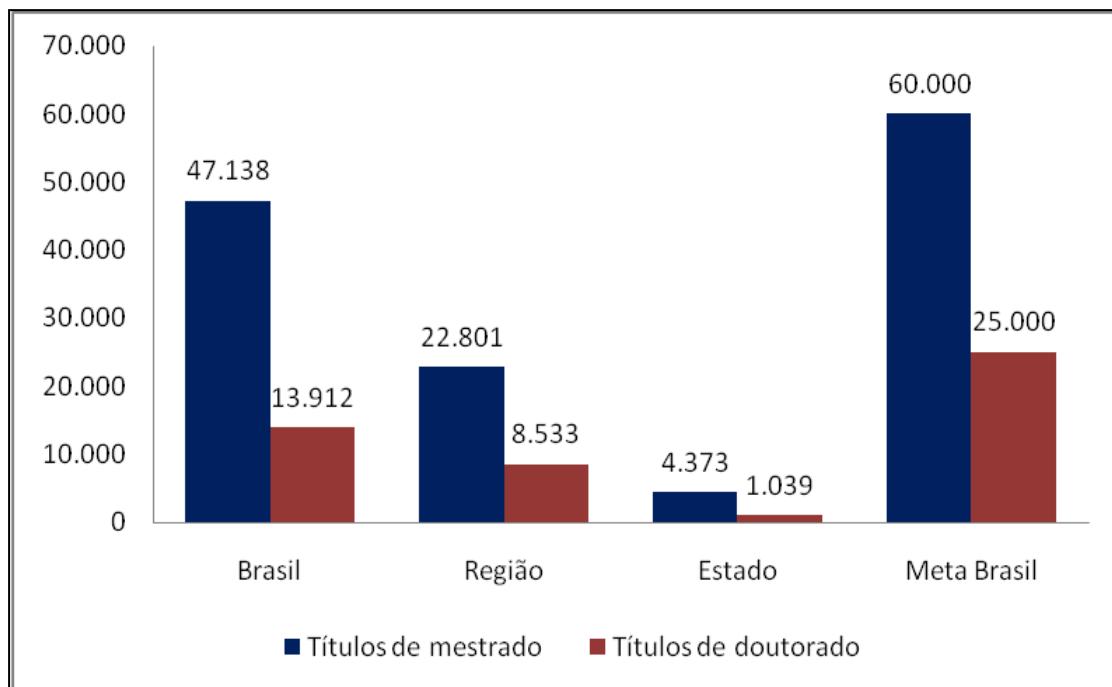
META 14 - INDICADOR

O indicador mostra o número de mestres que se titulam a cada ano, de acordo com informações da GEOCAPES, base de dados disponibilizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Possui dados nacionais, regionais e por estado.

Nota-se um crescimento importante no número de titulações de Mestres nos últimos anos.

Obs.: O município não oferece esta modalidade de ensino, pós-graduação stricto sensu. Existe incentivo através do Plano de Carreira. Não foi calculada a situação das mesorregiões e municípios nesta meta nacional.

Gráfico 29 - Pós- Graduação



META 15 - INDICADOR

Neste indicador, podemos acompanhar o número de professores da Educação Básica segundo sua formação: Ensino Fundamental (incompleto ou completo), Ensino Médio (Magistério/Normal) completo, Ensino Médio completo e Ensino Superior completo. Também é possível observar estes números para professores das seguintes etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Há uma tendência de aumento no número de docentes da Educação Básica com formação Ensino Superior.

Para o cálculo deste indicador, considera como professores os indivíduos que estavam em efetiva regência de classe. Não inclui os professores de turmas de atividade complementar e de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Professores são contados uma única vez em cada Unidade da Federação (UF), porém podem atuar em mais de uma UF.

Para Pré-escola, incluem-se professores de turmas de Educação Infantil – unificada. Não inclui auxiliares da Educação Infantil. Ensino Fundamental: inclui professores de turmas de 8 e 9 anos. Ensino Fundamental – anos iniciais: inclui os professores de turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental multi etapa(s). Ensino Fundamental – anos finais: inclui os professores de turmas multi, correção de fluxo e **multi8** e 9 anos.

Educação Especial: não inclui os professores que atuam em classes comuns do Ensino regular e da Educação de Jovens e Adultos. Educação de Jovens e Adultos total: inclui professores de turmas presenciais, semipresenciais e integradas à Educação Profissional. Educação de Jovens e Adultos presencial e semipresencial: não inclui professores de turmas integradas.

O indicador mostra a porcentagem de professores do Ensino Médio regular que tem licenciatura na disciplina em que atua. Em 2013, apenas 48,3% tinham a formação adequada.

Para a construção do indicador foram considerados os professores de matemática, língua portuguesa, história, geografia, química, física, biologia, filosofia, educação física, artes ou língua estrangeira. Professores são os indivíduos que estavam em efetiva regência da classe em 25/05/2012.

Não inclui os professores de turmas de atividade complementar e de atendimento educacional especializado.

Consideram-se professores com formação na disciplina em que atua aqueles cuja formação superior é em licenciatura na mesma matéria da disciplina. Para professores de artes, considera-se formado na disciplina em que atua aqueles que são formados nas licenciaturas de Educação Artística, Artes Visuais, Dança, Música, ou Teatro.

Gráfico 30 - Período 2007-2013

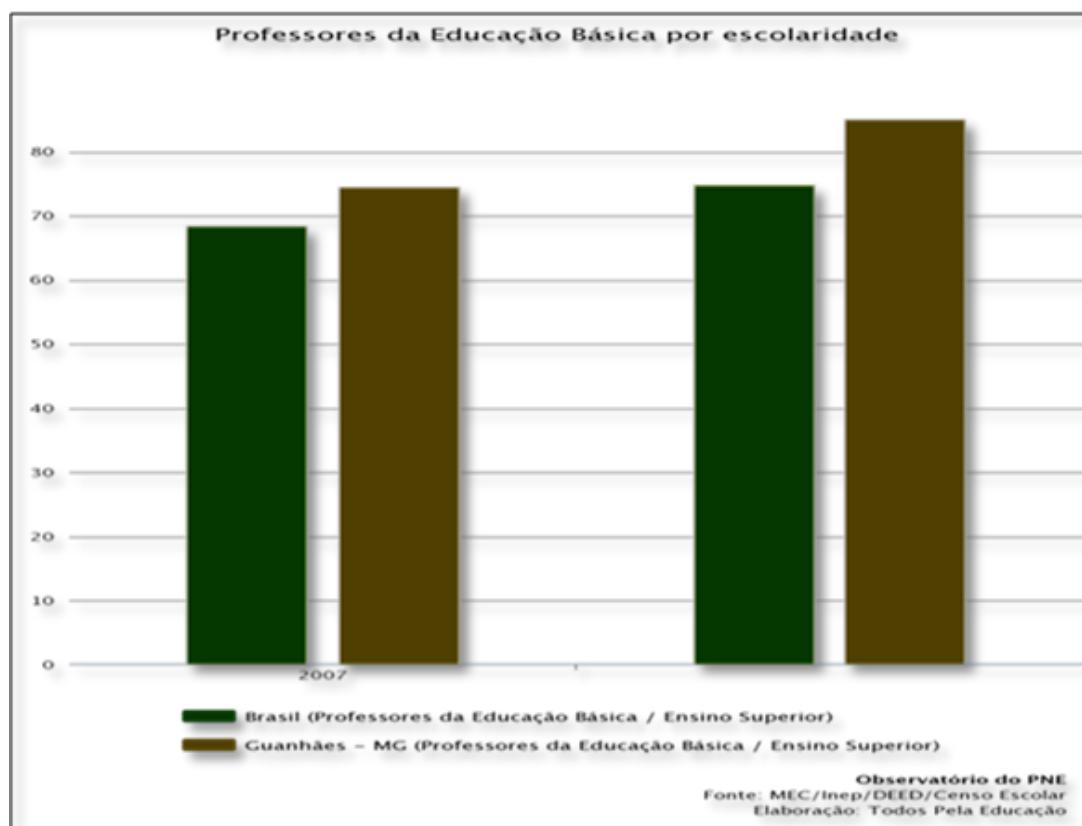


Gráfico 31 - Período 2009- 2013

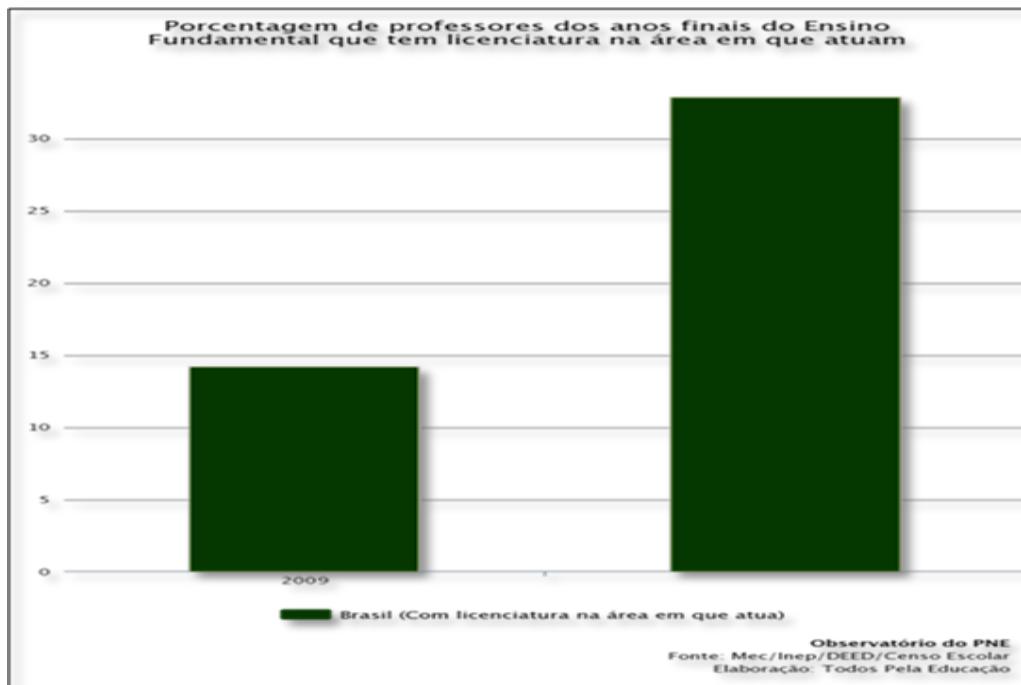
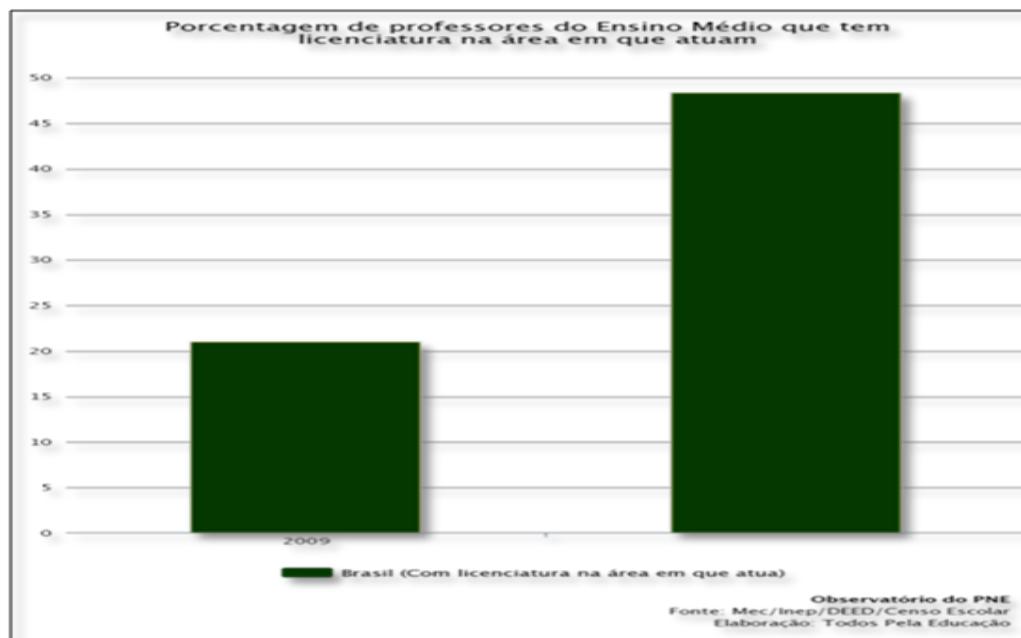


Gráfico 32 - Período 2009-2013



Obs.: Não foi calculada a situação dos entes federativos nesta meta nacional. Os professores da rede municipal possuem habilitação mínima exigida para o cargo.

META 16 - INDICADOR

O indicador mostra a porcentagem de professores da Educação Básica com pós-graduação. Em 2013, apenas 30% tinha essa formação.

Também é possível visualizar o indicador por rede (federal, estadual, municipal e privada), por tipo de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) e por etapa (Educação Infantil, Ensino Fundamental - anos iniciais e finais - e Ensino Médio).

Professores são contados uma única vez em cada rede (federal, estadual, municipal e privada), porém podem atuar em mais de uma rede. Por este motivo a soma das desagregações não equivale à soma do total do indicador. Por exemplo, se um mesmo professor trabalhar na rede federal e na rede estadual (e tiver pós-graduação), ele será contado nas duas redes, no entanto, no total do indicador (que considera a rede total) ele será contado uma única vez. O mesmo acontece para etapa de ensino e tipo de pós-graduação.

Professores são os indivíduos que estavam em efetiva regência da classe em 25/05/2012. Não inclui os professores de turmas de atividade complementar e de atendimento educacional especializado.

Gráfico 33 - Porcentagem de professores da Educação Básica em Pós-Graduação. Gráfico 33 - Formação

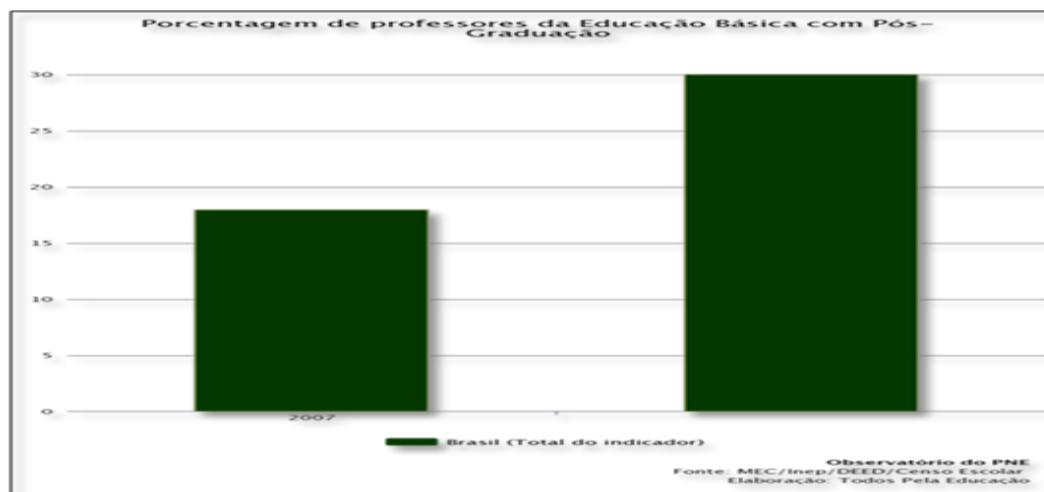
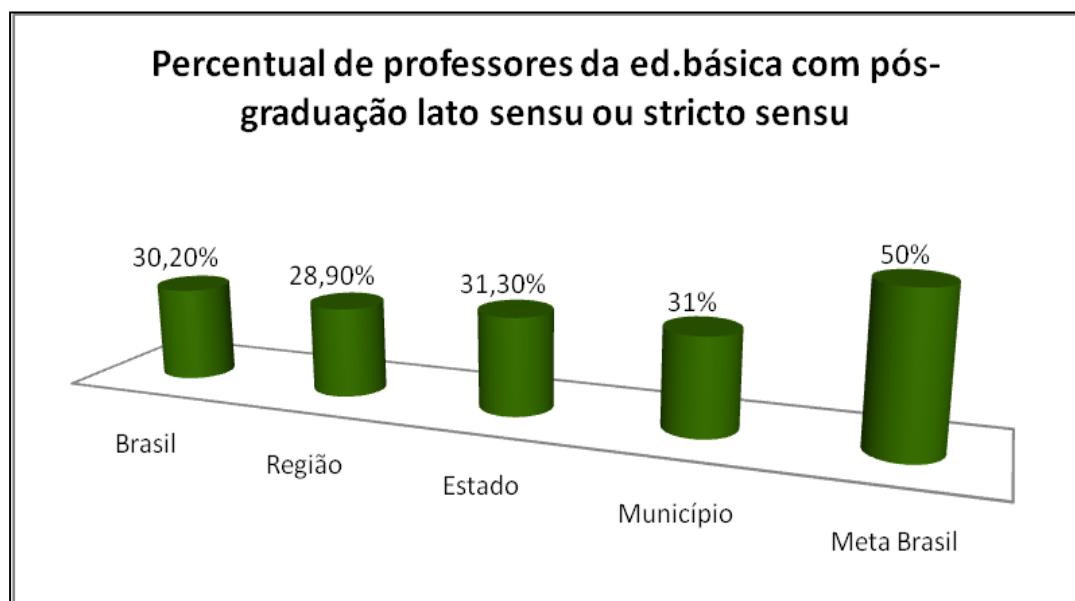


Gráfico 34 – Percentual de Professores da Educação Básica com Pós-Graduação Lato Sensu ou Stricto Sensu



INDICADOR 17

O indicador é calculado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Para o cálculo considerou-se o rendimento médio dos professores de Educação Básica com estudos de nível superior em relação ao rendimento médio de todos os profissionais com Educação Superior. Um percentual maior equivale a uma melhor remuneração do professor em relação à remuneração dos profissionais com o mesmo nível de escolaridade.

Este indicador não considera as horas trabalhadas pelos profissionais. Para uma estimativa considerando esta variável, veja os indicadores auxiliares da meta.

INDICADOR 18

O indicador usa dados da pesquisa do IBGE chamada Perfil dos Municípios Brasileiros, conhecida como Munic. Nessa pesquisa, os gestores municipais respondem a um questionário, destacando aspectos relevantes da gestão e da estrutura dos municípios.

Elá possui um capítulo especial sobre Educação. O cálculo do indicador foi feito através da resposta à pergunta sobre a existência de ações de regulamentação e de valorização da carreira do magistério. Só há dados para municípios. Em 2012, a pesquisa não incluiu um capítulo específico para Educação.

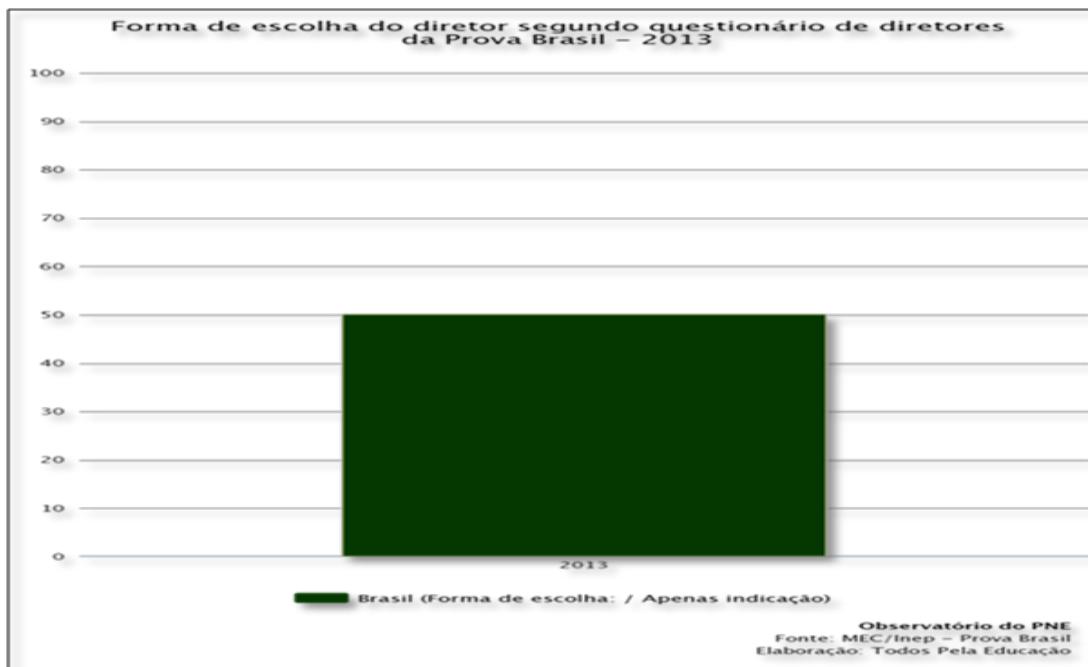
INDICADOR 19

O indicador apresenta a situação de cada município em relação à existência de Conselho Municipal de educação. Além disso, para os municípios com esse conselho, também é possível verificar se este realizou reuniões nos últimos 12 meses e o caráter desse conselho (deliberativo, fiscalizador, normativo, consultivo). Os dados são coletados pelo IBGE, na pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic), que realiza um levantamento de informações sobre instituições públicas municipais.

O indicador foi elaborado através das respostas ao questionário de diretores da Prova Brasil para a pergunta sobre a forma de escolha do diretor da escola.

É possível observar a partir do gráfico que a maioria dos diretores é escolhida por indicação, já que essa opção representa 50% das respostas.

Gráfico 35 - Forma de escolha do diretor segundo questionário de diretores da Prova Brasil – 2013

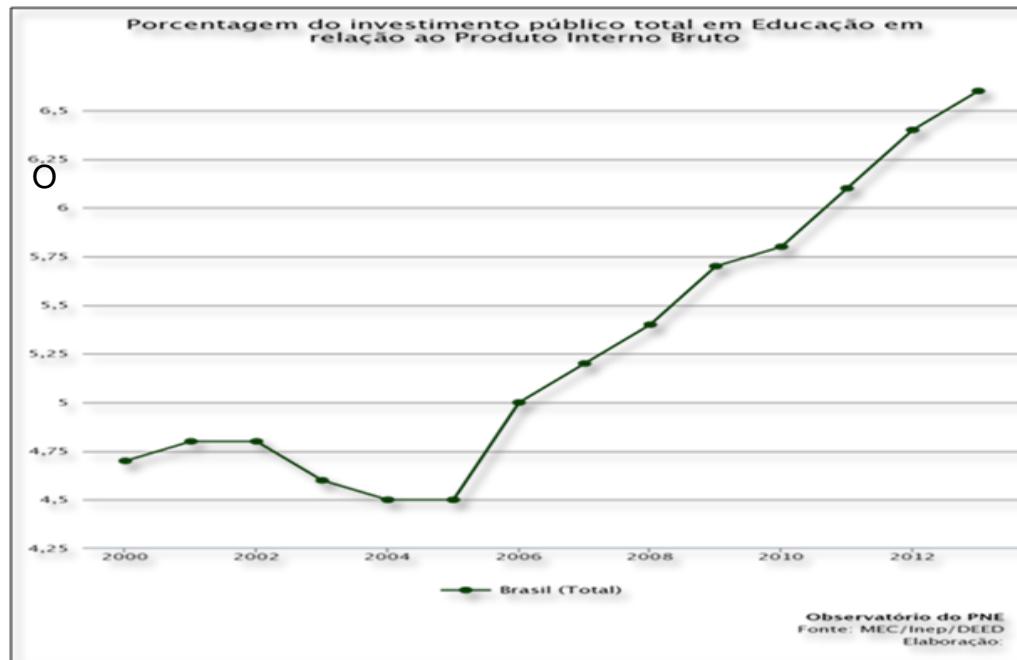


INDICADOR 20

O indicador mostra o investimento público direto em educação por aluno. Ele contém desagregações para etapas do Ensino Básico e para o Ensino Superior. O cálculo foi feito através dos dados divulgados pelo INEP em valores reais de 2013.

O investimento público direto em educação inclui apenas as despesas correntes e de capital do ministério e secretarias de educação. Em 2013 o valor do PIB investido em Educação foi 6,6%.

Gráfico 36 - Porcentagem do investimento público total em Educação em relação ao Produto Interno Bruto.



Obs.: Os municípios precisam de mais investimentos em educação. A arrecadação municipal é insuficiente para se fazer o financiamento necessário segundo dados dos Indicadores da qualidade na educação / Ação Educativa, Unicef, PNUD, INEP-MEC (coordenadores). – São Paulo: Ação Educativa, 2004

CAPÍTULO III

8. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

8.1. PLANOS DE EDUCAÇÃO (CONTEXTO NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL)

8.1.1. EDUCAÇÃO

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município de Guanhães, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 10,7%. Na área urbana, a taxa era de 8,2% e na zona rural era de 21,5%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 1,9%.

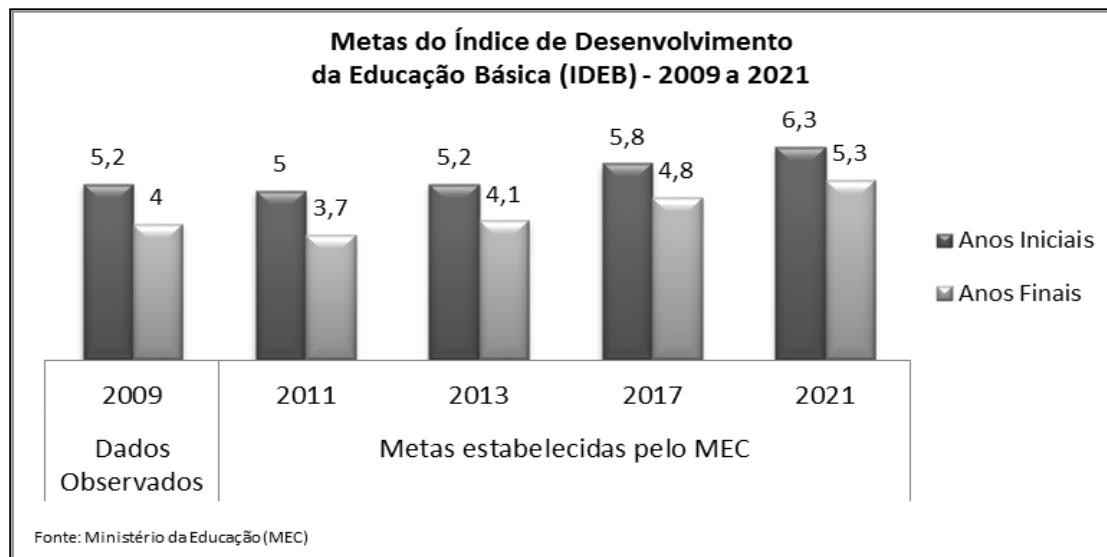
No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa no gráfico abaixo:

Gráfico 37 - Percentual de crianças atendidas na rede educacional, por faixa etária - 2010.



Foram calculadas, também, metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme se observa no gráfico abaixo:

Gráfico 38 - Metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - 2009 a 2021.



Para saber mais acerca da temática educação do seu município, consulte o website do Ministério da Educação: <http://www.mec.gov.br>

O município de Guanhães atende as exigências legais de Universalização da educação básica obrigatória e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, previsto no art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96.

O atendimento de Educação Infantil/ Pré-escola de 04 e 05 é ofertado na rede Pública Municipal e Rede Privada. Na rede Pública Municipal é oferecido em 01 (uma) escola com atendimento exclusivo nesta modalidade e nas demais escolas que atendem do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Na zona rural as crianças também são atendidas, mas em turmas multisserieadas.

Pensar na melhoria da educação é fundamental que a educação seja garantida desde a Educação Infantil, com qualificação dos profissionais, infraestrutura adequada e condições de acesso e permanência.

Com 88% das crianças de 04 e 05 anos atendidas, a meta de universalização da Pré-escola até 2016 não parece distante para o País. Mas é preciso ressaltar que os 12% restantes significam quase 700 mil crianças e que as desigualdades regionais são marcantes. Além disso, o foco não pode se restringir ao atendimento, sem um olhar especial para a qualidade do ensino.

Já na etapa de 0 a 3 anos, o País patina de forma recorrente. O Plano Nacional de Educação de 2001-2010 já estabelecia o atendimento de 50% até

2005, meta solenemente descumprida e agora postergada para o final da vigência do plano atual. Ao déficit de vagas, calculado em cerca de 2,5 milhões, soma-se o desafio de levantar dados mais precisos, que permitam planejar detalhadamente a expansão do atendimento.

“Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE” é um grande desafio nacional e os municípios precisam se organizarem para cumprir esta meta.

Em Guanhães, a porcentagem de crianças de 4 a 5 anos que frequentaram a escola no ano de 2010 em Guanhães foi de 79,3 % no total de 742 e a porcentagem de 0 a 48 meses apenas 10, 6% sendo 150 crianças com tempo superior a 7 horas atendidas em creche -Taxa de atendimento (Censo Demográfico). Em 2014 os valores ficaram da seguinte forma: 721 crianças matriculadas nas Redes Pública Municipal e Rede Privada. Destas crianças matriculadas 657 foram matriculadas nas escolas municipais e 64 na rede privada.

Os dados relativos à matrícula de crianças na Educação Infantil no município de Guanhães/MG, no período de 2007 – 2013 podem ser compreendidos conforme gráficos abaixo:

Gráfico 39 –Atendimento Educação Infantil.

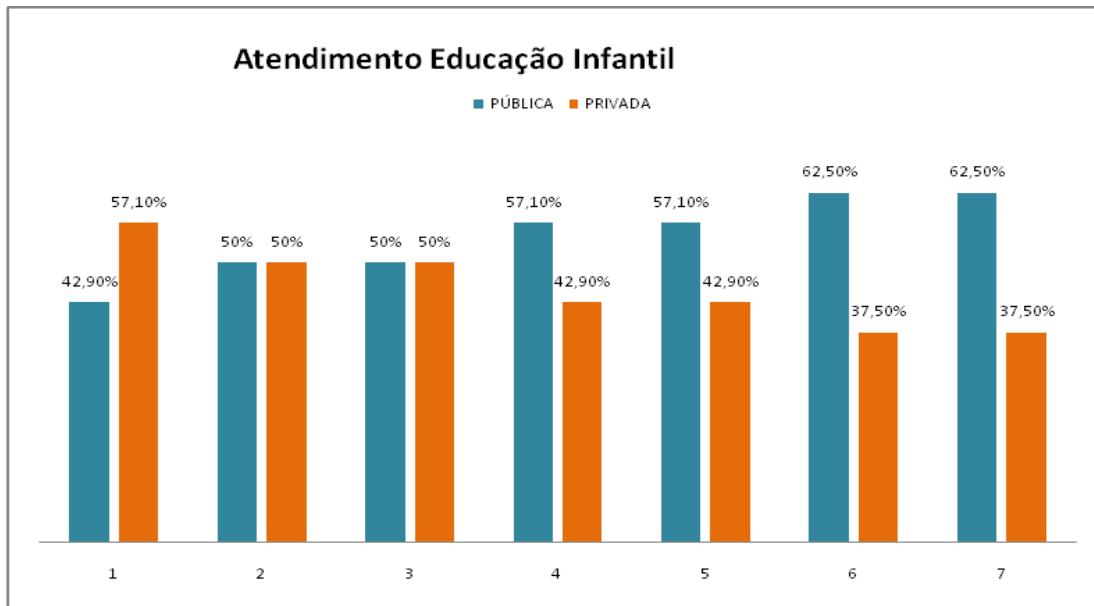
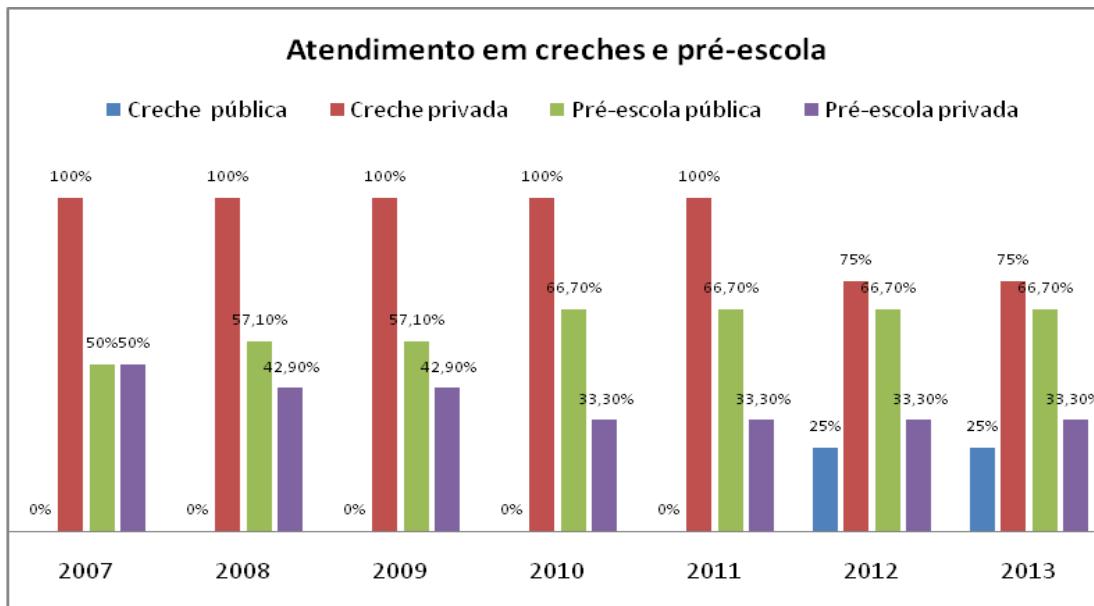


Gráfico 40 - Atendimento em creches e pré-escola



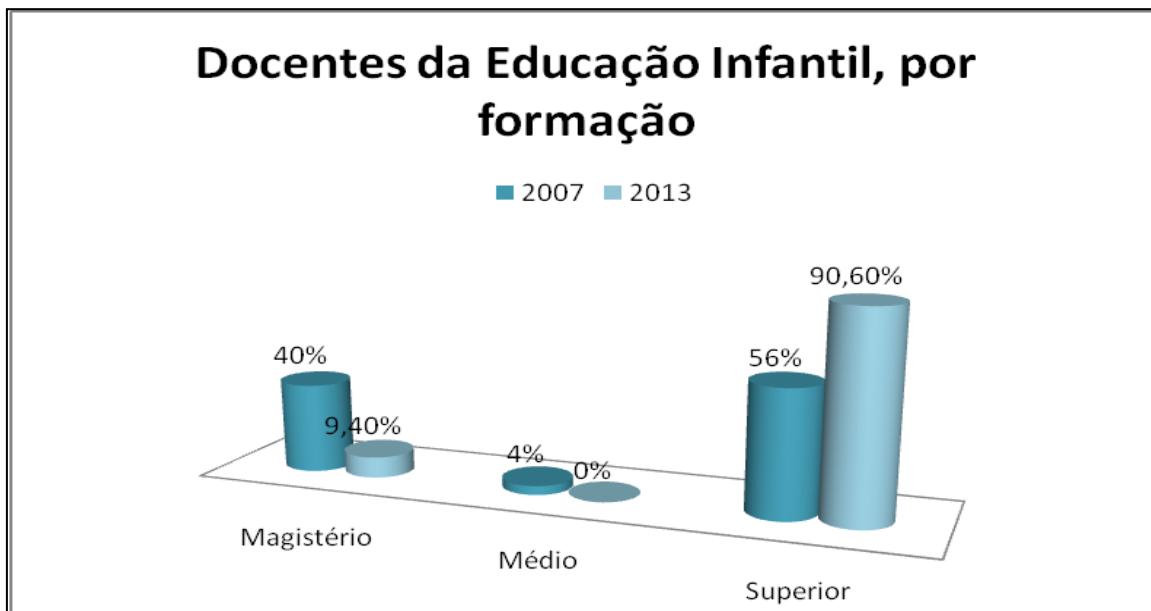
O nível de formação de professores da rede pública do município de Guanhães que trabalham com turmas de Educação Infantil avançou em nível de formação sendo que em 2007 40% destes profissionais tinham Ensino Médio – Normal/Magistério, 4% Ensino Médio e 56% Ensino Superior.

Em 2013 9,4 % destes profissionais tinham Ensino Médio – Normal/Magistério, 0% Ensino Médio e 90,6% Ensino Superior.

Na rede particular os dados são diferentes, sendo que em 2007 11,8% dos docentes tinham Ensino Fundamental, 23,5 % destes profissionais tinham Ensino Médio – Normal/Magistério, 0% Ensino Médio e 64,7% Ensino Superior.

No intervalo do ano 2007 a 2013 o avanço foi significativo, sendo 23,1% dos profissionais que atuaram em turmas de Educação Infantil têm nível de formação em Ensino Médio e 76,9% Ensino Superior.

Gráfico 41 - Docentes da Educação Infantil, por formação



Fonte: MEC/Inep/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 1 - Nível de formação de professores/ Ed. Infantil/Rede/Privada

Ano	Ensino Fundamental	Ensino Médio Normal / Magistério	Ensino Médio	Ensino Superior
2007	11,8%	2	23,5%	4
2008	0%	0	16,7%	3
2009	0%	0	11,1%	2
2010	0%	0	7,7%	1
2011	0%	0	0%	0
2012	0%	0	7,1%	1
2013	0%	0	0%	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

No município de Guanhães não teve no período de 2007 a 2013 matrículas na rede pública nem privada de Ensino nas modalidades Educação

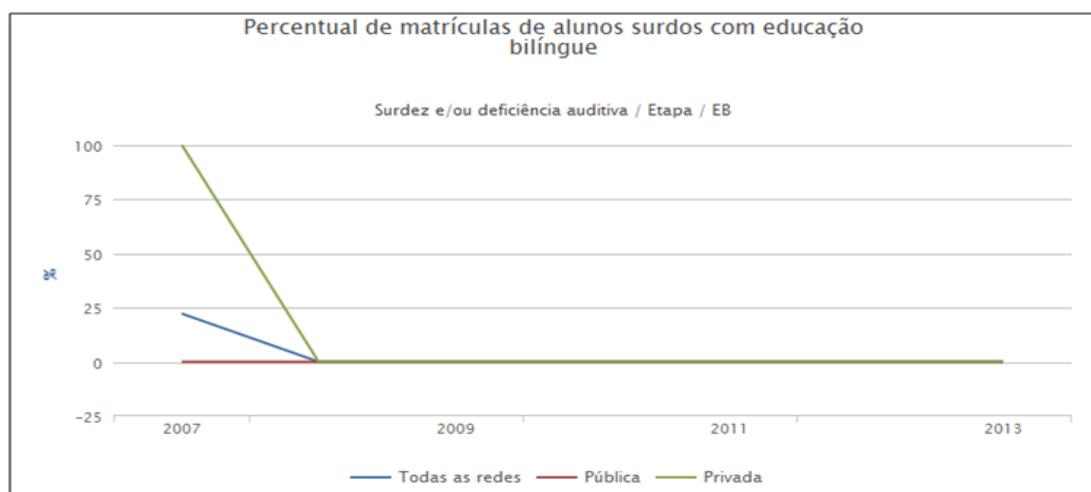
Infantil/Creche, Educação Infantil /Pré-escola nas comunidades campo, comunidades indígenas e tampouco em comunidades quilombolas.

Algumas escolas da rede municipal de ensino localizadas na zona rural atendem crianças de 04 e 05 anos de idade com autorização de 2º endereço de uma escola da mesma rede localizada na zona urbana. Isto acontece porque o número de crianças matriculadas é muito pequeno e a autorização das escolas localizadas na zona rural têm autorização de funcionamento para turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. As turmas funcionam em salas multisserieadas. O atendimento da rede pública e privada nesta faixa etária foi feito apenas na zona urbana até 2014.

No ano de 2015 está sendo providenciada a autorização de funcionamento para as escolas do campo para atendimento às turmas de Educação Infantil de 04 e 05 anos e criação de Unidade Executora – Uex.

O percentual de matrículas de alunos surdos com educação bilíngue - Surdez e/ou deficiência auditiva – na etapa Educação Básica no ano 2007 foi de 22,2% da demanda no total das redes, cujo atendimento foi realizado apenas pelas redes particulares. No intervalo 2008-2013 não há registro de atendimento.

Gráfico 42 - Percentual de matrículas de alunos surdos com educação bilíngue.



Surdez, etapa Educação Básica, no período de 2007-2013 não houve atendimento na rede publica nem privada para nenhum aluno.

O número de matrículas em tempo integral na Educação Infantil em Guanhães é oferecido através das redes municipais e particulares de ensino. Nas

escolas localizadas na zona rural não é oferecido este acesso. Não existe este atendimento nas redes particulares.

Não tem em Guanhães nenhum atendimento pela rede federal que abranja a Educação Básica.

Segundo dados do Censo Escolar a Educação Infantil em tempo integral passou a ser oferecida a partir de 2011.

Tabela 2 - Educação Infantil / Todas as redes

Ano	Total	
2011	30,4%	269
2012	29,8%	308
2013	34,3%	353

Fonte: MEC/Inep/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 3 - Educação Infantil / Redes / Municipal

Ano	Total	
2011	7,3%	45
2012	13,7%	105
2013	17,5%	135

Fonte: MEC/Inep/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 4 - Educação Infantil / Redes / Privada

Ano	Total	
2011	83,3%	224
2012	75,7%	203
2013	84,5%	218

Fonte: MEC/Inep/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 5 - Educação Infantil / Redes / Municipal / Localidade

Ano	Rural		Urbana	
2011	0%	0	73%	45
2012	0%	0	13,7%	105
2013	0%	0	17,5%	135

Fonte: MEC/Inep/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

O atendimento nas turmas de Educação Infantil/Pré-escola /Redes/Municipal/Privada / foi realizado na zona urbana.

O atendimento das turmas nas escolas do campo era feito até 2014 com autorização de segundo endereço de uma escola de Educação Infantil da zona urbana. Por isso não há registros de atendimento no campo.

Tabela 6 - O Ensino Fundamental em todas as redes foi realizado apenas na zona urbana.

Ano	Rural		Urbana	
2011	0%	0	9,8%	498
2012	0%	0	8,1%	396
2013	0%	0	9,1%	435

Fonte: MEC/Inep/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 7 - Ensino Fundamental / Redes / Municipal / Localidades

Ano	Rural		Urbana	
2011	0%	0	0,2%	3
2012	0%	0	0,1%	2
2013	0%	0	0%	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 8 - Ensino Fundamental / Redes / Estadual

Ano	Total	
2011	9%	277
2012	6,1%	184
2013	7%	208

Fonte: MEC/Inep/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 9 - Ensino Fundamental / Redes / Estadual / Localidades

Ano	Rural		Urbana	
2011	0%	0	9%	277
2012	0%	0	6,1%	184
2013	0%	0	7%	208

Fonte: MEC/Inep/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 10 - Ensino Fundamental / Redes / Privada

Ano	Rural		Urbana	
2011	0%	0	50,3%	218
2012	0%	0	50,6%	210
2013	0%	0	52,8%	227

Fonte: MEC/Inep/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 11 - Ensino Médio / Todas as redes

Ano	Rural		Urbana	
2011	0%	0	6,4%	111
2012	0%	0	5,6%	87
2013	0%	0	4,1%	64

Fonte: MEC/Inep/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

A rede municipal de ensino de Guanhães não teve atendimento no Ensino Médio no período de 2011 – 2013. A rede municipal atende Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e EJA anos iniciais e anos finais. O Ensino Médio é atendido apenas pela rede estadual. Não tem no município atendimento nesta modalidade pela rede federal.

Gráfico 43 - Porcentagem de matrículas em tempo integral na

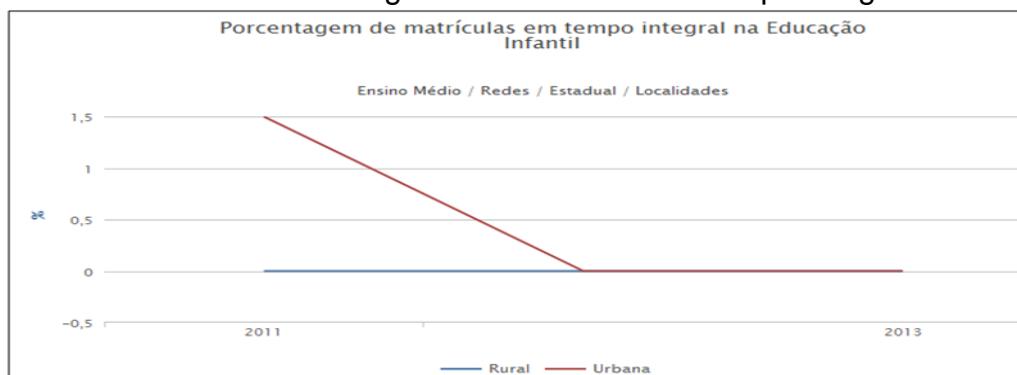


Tabela 12- Ensino Médio / Redes / Estadual

Ano	Rural		Urbana	
2011	0%	0	1,5%	23
2012	0%	0	0%	0
2013	0%	0	0%	0

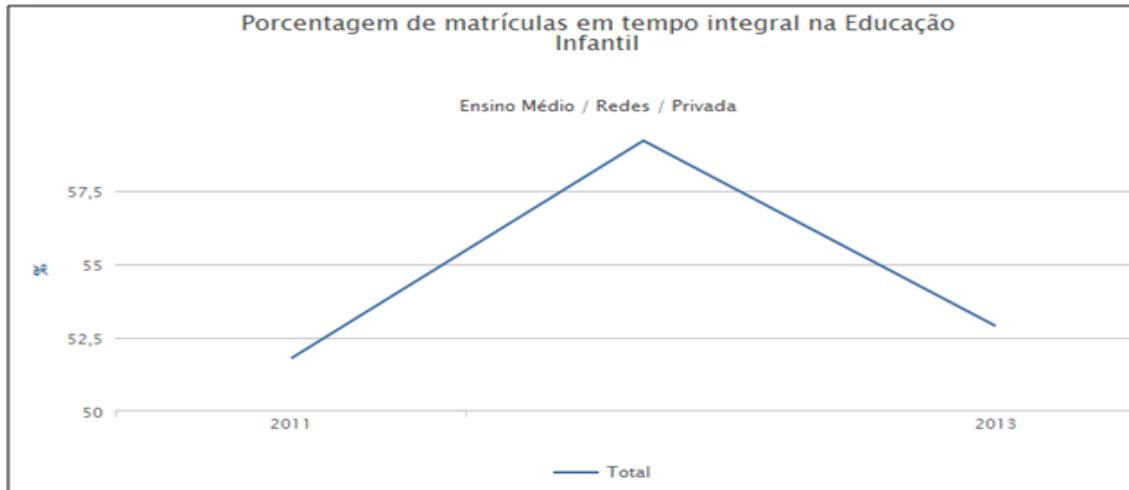
Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 13- A Rede Privada atende o Ensino Médio apenas na Zona Urbana

Ano	Rural		Urbana	
2011	0%	0	51,8%	88
2012	0%	0	59,2%	87
2013	0%	0	52,9%	64

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Gráfico 43- Porcentagem de matrículas em tempo integral na Educação Infantil.



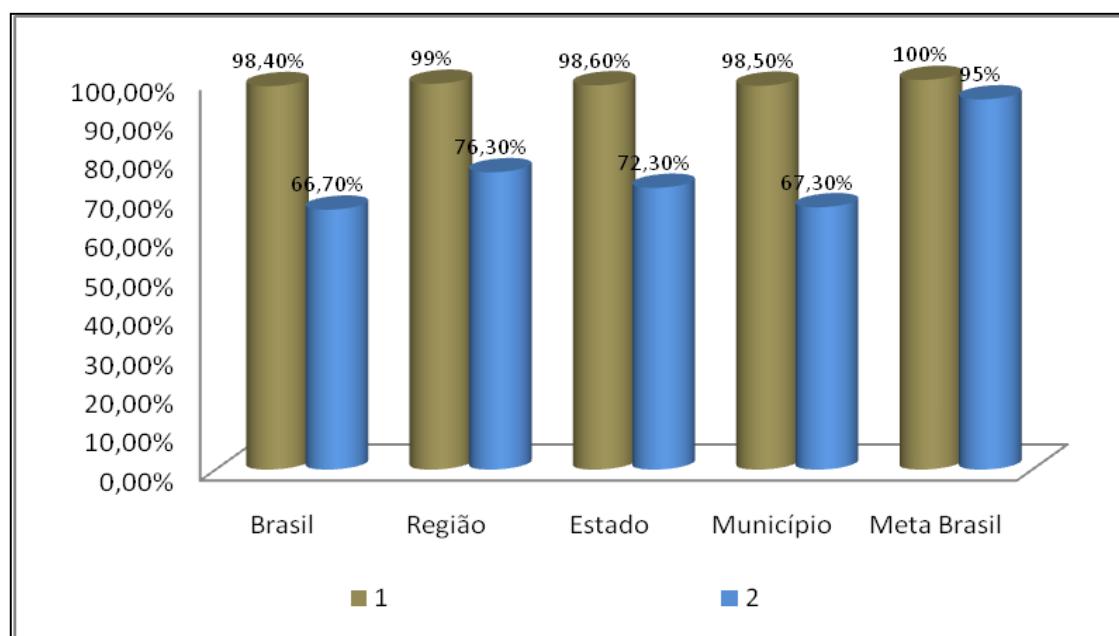
Fundamental não está concretizada. Cerca de 500 mil crianças de 06 a 14 anos permanecem fora da escola (dados de 2013). Predominam, entre elas, as de famílias mais pobres, com renda per capita de até ¼ de salário mínimo, negras, indígenas e com deficiência. Portanto, trata-se de um grupo que pede políticas públicas específicas e diferenciadas.

O cumprimento da meta de conclusão do Ensino Fundamental na idade correta, por sua vez, exigirá mudanças estruturais, sobretudo nos Anos Finais. As políticas públicas deverão ter como foco um ensino de melhor qualidade e

sintonizado com a entrada dos jovens na adolescência, que proporcione menores índices de reprovação e de evasão.

De acordo com a meta do Brasil “*Universalizar o Ensino Fundamental de 09 anos para toda a população de 06 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE*”, observa-se que alguns avanços já podem ser analisados conforme gráfico abaixo:

Gráfico 44 - População de 06 a 14 anos que frequenta a escola (1) Pessoas de 16 anos com pelo menos ensino fundamental concluído

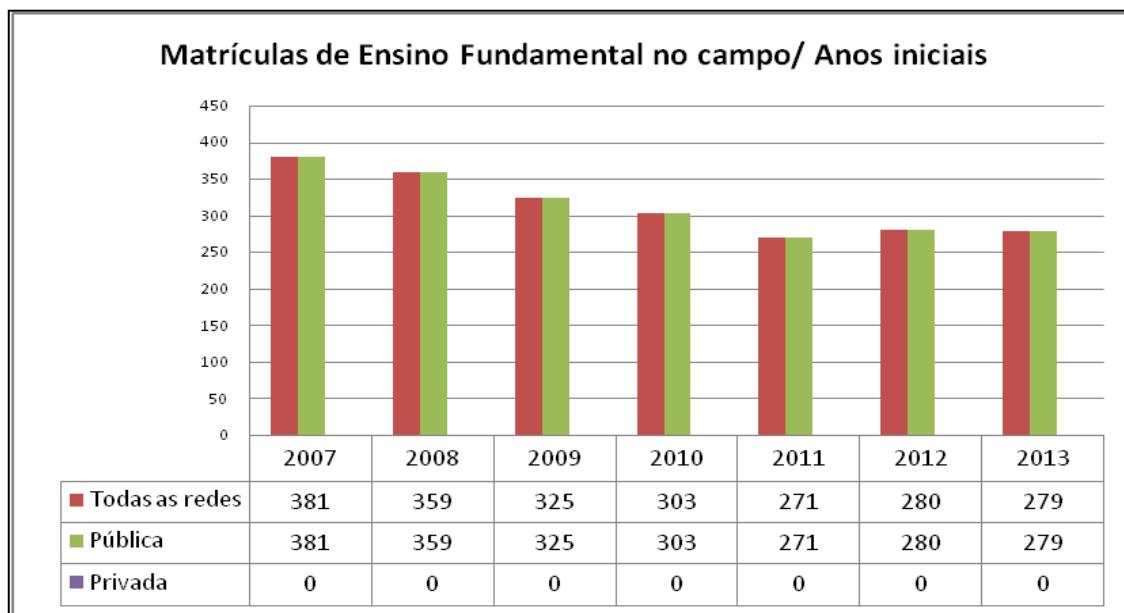


A porcentagem de crianças de 06 a 14 anos que frequentaram a escola do município de Guanhães nas redes públicas e privadas em 2010 foi de 98,5%, no total de 5.159 matrículas de acordo com a taxa de atendimento (Censo Demográfico).

O município de Guanhães tem 12 (doze) escolas, sendo 04 (quatro) escolas que funcionam com segundo endereço das escolas da zona urbana, no campo que atendem alunos da Educação Infantil do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental em salas multisseriadas. No ano letivo de 2014 atenderam 386 (trezentos e oitenta e seis) crianças.

Considerando o intervalo 2007-2013 houve matrículas de Ensino Fundamental no campo apenas na rede municipal para os anos iniciais. A rede pública estadual, rede particular e federal não incluem no quantitativo dos alunos matriculados.

Gráfico 45 - Matrículas Anos Iniciais/ Campo.



Não compõem a rede de ensino de Guanhães até a presente data as comunidades indígenas e quilombolas.

Outro item importante a ser considerado é que houve um decréscimo na taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental no ano de 2006. Em todas as redes era de 21,3 caindo para 11 em 2013. Estes valores favorecem o alcance da meta.

No gráfico abaixo temos a taxa de distorção nas redes pública e privada. Houve um resultado considerável nas duas redes.

Gráfico 46 - Distorção idade série no município de Guanhães/MG

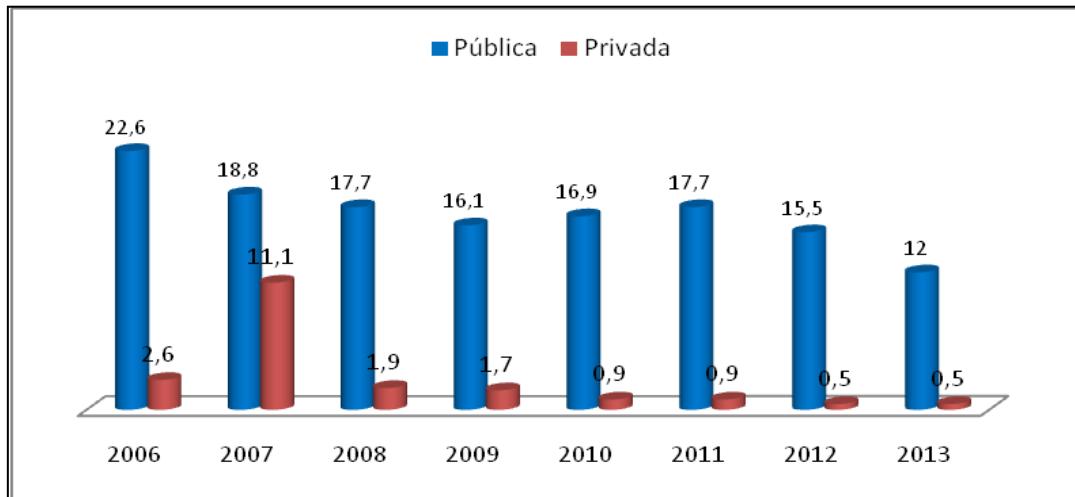


Gráfico 47 - Distorção Idade- Série Anos Finais.

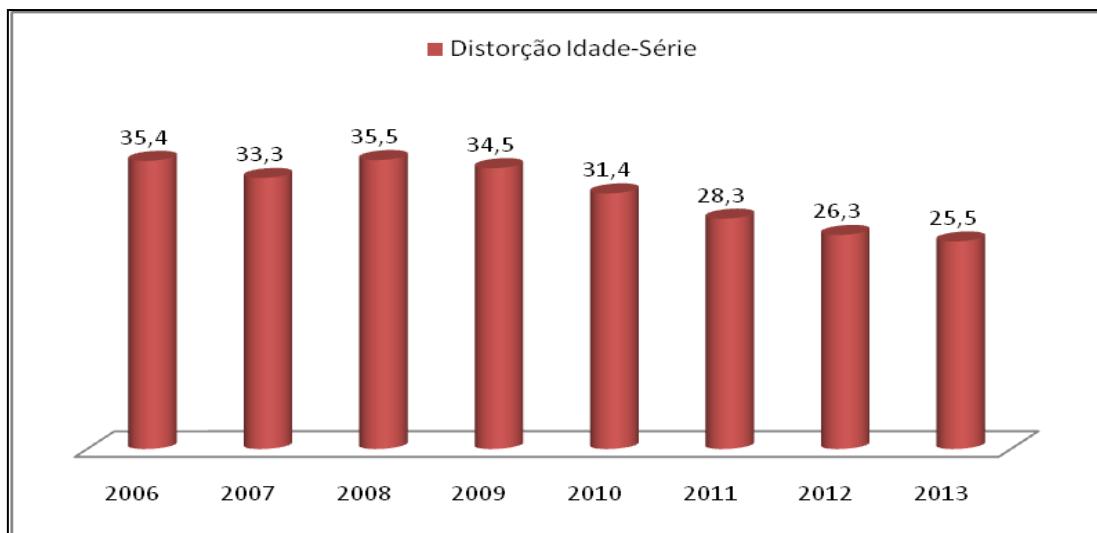
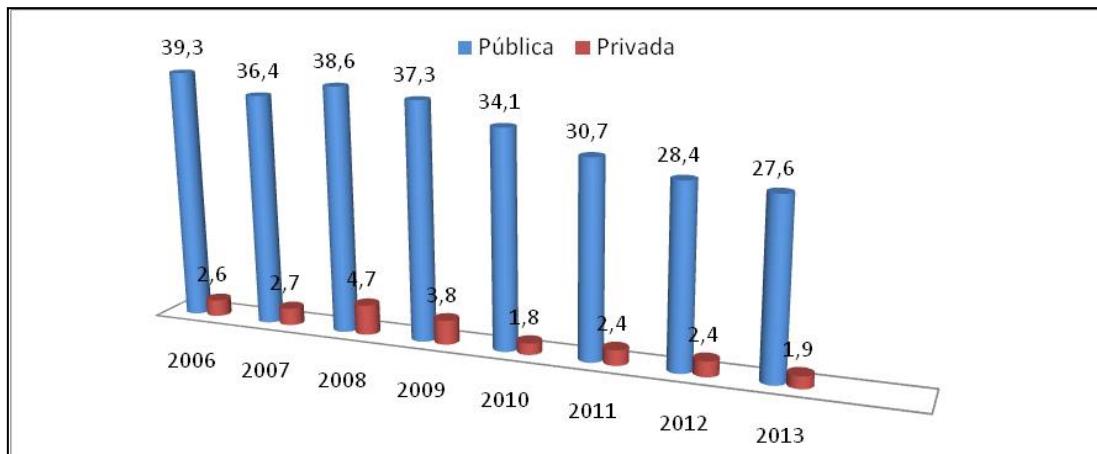


Gráfico 48 - Distorção Idade - Série / Rede



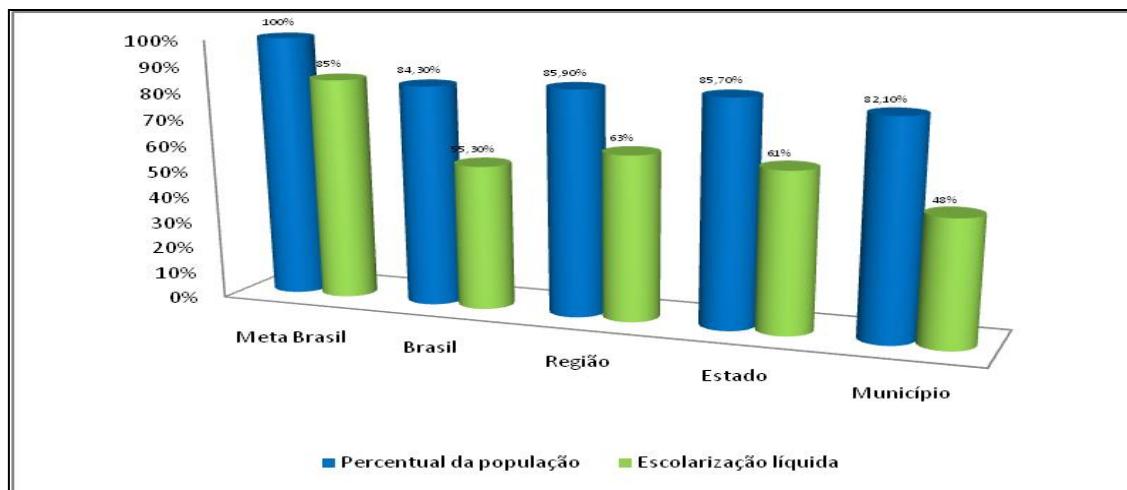
No Brasil, cerca de 2,9 milhões de crianças e jovens de 04 a 17 anos estão fora da escola. Desses, aproximadamente 1,6 milhão são jovens de 15 a 17 anos que deveriam estar cursando o Ensino Médio. O desafio da universalização até 2016, imposto pela Emenda Constitucional nº 59, é monumental.

A recente melhora das taxas de fluxo escolar no Ensino Fundamental faz aumentar o número de matrículas do Ensino Médio, mas o País ainda está longe de alcançar patamares ideais. Altas taxas de evasão persistem no Ensino Médio. O modelo curricular ultrapassado, baseado em um número excessivo de disciplinas torna a etapa desinteressante para o jovem do século 21.

O Brasil tem como meta “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%”.

Em Guanhães, a população de 15 a 17 anos que frequenta a escola é de 82,1% e a escolarização líquida (parcela da população matriculada) no ensino médio nesta faixa etária é de 48,0%.

Gráfico 49 - População que frequenta Ensino Médio.



A Taxa de distorção idade-série - Ensino Médio no município variou de 43,6% no ano de 2006 para 28,3% em 2013.

Gráfico 50 - Taxa de distorção idade-série - Ensino Médio

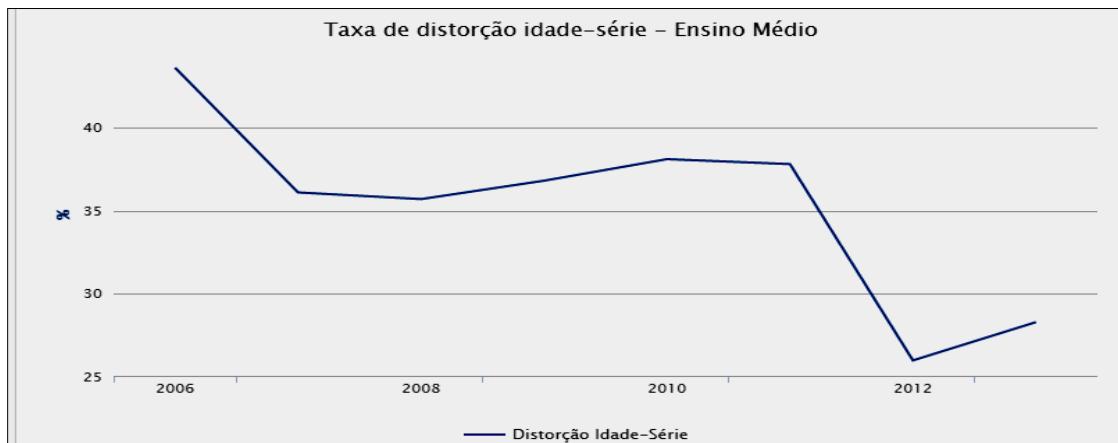
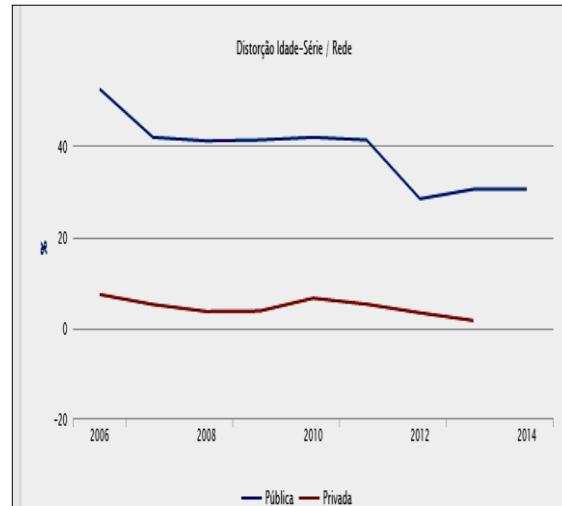


Gráfico 51 - A diferença de distorção Idade-Série / Rede Pública e Rede Privada ainda continua com porcentagens bem diferenciadas.

Ano	Pública	Privada
2006	52,5	7,4
2007	41,9	5,2
2008	41,1	3,7
2009	41,3	3,8
2010	41,9	6,6
2011	41,3	5,3
2012	28,4	3,4
2013	30,5	1,7



Fonte: Mec/Inep/DEED/CSI

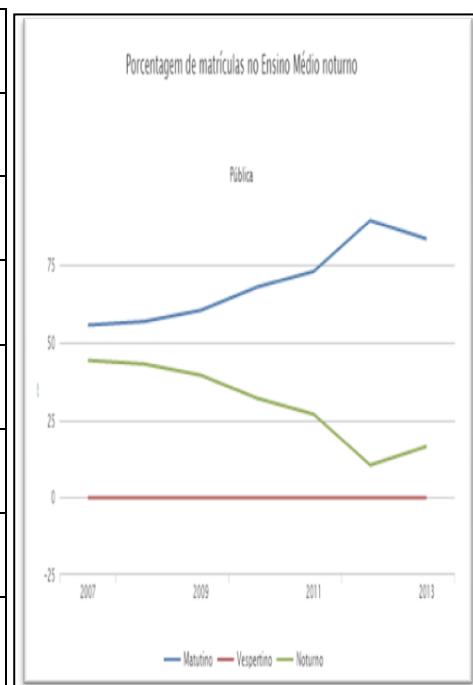
A porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que frequentaram a escola em 2010 chegou a 82,1% no total de 1.640 jovens matriculados - Taxa de atendimento (Censo Demográfico)

No período de 2007-2013 não teve matrículas de rede pública no Ensino Médio integrado à Educação Profissional para as comunidades no Campo, Quilombola, Indígena e para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A porcentagem de matrículas no Ensino Médio noturno na Rede Pública diminuiu no ano de 2013 em relação ao ano de 2007 que foi de 55,7%, prevalecendo as matrículas no turno matutino. Na Rede Privada no mesmo período o atendimento sempre foi no turno matutino.

Gráfico 52 - Porcentagem de matrícula do Ensino Médio.

Ano	Matutino	Vespertino	Noturno			
2007	55,7%	635	0%	0	44,3%	505
2008	56,9%	723	0%	0	43,1%	548
2009	60,5%	818	0%	0	39,5%	534
2010	68%	1.023	0%	0	32%	482
2011	73,1%	1.153	0%	0	26,9%	425
2012	89,5%	1.269	0%	0	10,5%	149
2013	83,5%	1.201	0%	0	16,5%	238



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, criada pelo Ministério da Educação em 2008, os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, segmentos que compõem o público alvo da Educação Especial, têm o direito a frequentar a sala de aula comum e, quando necessário, receber atendimento educacional especializado no período inverso ao da escolarização. Historicamente, essas pessoas foram excluídas do sistema educacional ou encaminhadas para escolas e classes especiais.

Como resultado da implantação da referida política, entre 2007 e 2013, as matrículas desses estudantes em escolas regulares subiram de 306.136 para 648.921 (aumento de 112%). Em 2013, 76,9% desses estudantes matriculados na Educação Básica estavam estudando em salas comuns, sinalizando um rompimento com o histórico de exclusão.

Os desafios implicados na ampliação desses expressivos avanços envolvem a continuidade de investimentos na formação de educadores, no aprimoramento das práticas pedagógicas, na acessibilidade arquitetônica e tecnológica, na construção de redes de aprendizagem, no estabelecimento de parcerias entre os atores da comunidade escolar e na intersetorialidade da gestão pública.

“Universalizar, para a população de 04 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados” é a meta da Educação Especial/Inclusiva a qual o município se vem empenhando para atender todas as crianças que apresentam necessidades educativas especiais.

Pode-se observar que a porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação é maior do que os alunos matriculados em classes comuns no município no período de 2007-2013. Pode ser entendida como mostra tabela abaixo:

Tabela 14 - Atendimento educacional especializado.

Ano	Classes Especiais	Escolas Exclusivas	Classes Comuns	
2007	41,70%	90	0%	58,30% 126
2008	0%	0	68,90% 144	31,10% 65
2009	0%	0	85% 153	15% 27
2010	0%	0	71,20% 121	28,80% 49
2011	0%	0	71,60% 121	28,40% 48
2012	0%	0	70,10% 122	29,90% 52
2013	0%	0	65,60% 122	34,40% 64

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Na rede Pública de Ensino de Guanhães os alunos foram atendidos em classes comuns no período de 2007-2013 segundo dados do MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação.

Na rede Privada o atendimento, no período de 2007-2013, pode ser demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 15- Rede Privada.

Ano	Classes Especiais	Escolas Exclusivas	Classes Comuns
2007	54,90%	90	0% 0 45,10% 74
2008	0%	0	94,70% 144 5,30% 8
2009	0%	0	98,70% 153 1,30% 2
2010	0%	0	96,80% 121 3,20% 4
2011	0%	0	98,40% 121 1,60% 2
2012	0%	0	99,20% 122 0,80% 1
2013	0%	0	100% 122 0% 0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 16- Rede/Privada/Escolas Particulares.

Ano	Classes Comuns		Classes Especiais		Escolas Exclusivas	
2007	100%	7	0%	0	0%	0
2008	100%	5	0%	0	0%	0
2009	100%	1	0%	0	0%	0
2010	0%	0	0%	0	0%	0
2011	0%	0	0%	0	0%	0
2012	100%	1	0%	0	0%	0
2013	0%	0	0%	0	0%	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 17 - Rede/Privada/Escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

Ano	Classes Comuns	Classes Especiais	Escolas Exclusivas
2007	42,7%	67	57,3%
2008	2%	3	0%
2009	0,6%	1	0%
2010	3,2%	4	0%
2011	1,6%	2	0%
2012	0%	0	0%
2013	0%	0	0%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 18 - Rede/ Privada/ Escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas/Conveniadas com o poder público.

Ano	Classes Comuns	Classes Especiais	Escolas Exclusivas
2007	42,7%	67	57,3%
2008	2%	3	0%
2009	0,6%	1	0%
2010	3,2%	4	0%
2011	1,6%	2	0%
2012	0%	0	0%
2013	0%	0	0%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 19 - Educação Infantil.

Ano	Classes Comuns	Classes Especiais	Escolas Exclusivas
2007	10,7%	8	89,3%
2008	16,4%	11	0%
2009	2,4%	1	0%
2010	11,9%	5	0%
2011	8%	2	0%
2012	7,4%	2	0%
2013	13,3%	2	0%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 20 - Ensino Fundamental - Anos Iniciais.

Ano	Classes Comuns	Classes Especiais	Escolas Exclusivas
2007	79,7%	47	20,3%
2008	72,9%	43	0%
2009	25,3%	21	0%
2010	44,9%	35	0%
2011	39,4%	26	0%
2012	50%	33	0%
2013	50,7%	37	0%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

No Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio, os alunos que apresentam alguma necessidade educativa especial foram atendidos apenas nas classes comuns.

Na rede Pública Municipal não tem escolas da Zona Urbana e tampouco Zona Rural com salas de recursos multifuncionais em uso e nem sem uso no período de 2009-2012.

Tabela 21 - Salas de recursos multifuncionais
Todas as redes/Zona urbana.

Ano	Escolas com salas de recursos multifuncionais	Escolas com salas de recursos multifuncionais em uso	Escolas com salas de recursos multifuncionais sem uso
2009	0%	0	0%
2010	0%	0	0%
2011	10,5%	2	5,3%
2012	10%	2	5%
2013	5%	1	5%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Na rede pública estadual a sala de recursos multifuncionais é na escola de zona urbana, sendo a Escola Estadual “Altivo Coelho”.

Tabela 22 - Escolas Estaduais/ Urbana.

Ano	Escolas com salas de recursos multifuncionais	Escolas com salas de recursos multifuncionais em uso	Escolas com salas de recursos multifuncionais sem uso
2009	0%	0	0%
2010	0%	0	0%
2011	10%	1	10%
2012	10%	1	10%
2013	10%	1	10%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Na rede privada, as escolas nos anos de 2011 e 2012 tinham salas de recursos multifuncionais, mas estavam sem uso.

Tabela 23 - Rede privada/ Urbana

Ano	Escolas com salas de recursos multifuncionais	Escolas com salas de recursos multifuncionais em uso	Escolas com salas de recursos multifuncionais sem uso
2009	0%	0	0%
2010	0%	0	0%
2011	20%	1	0%
2012	20%	1	0%
2013	0%	0	0%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

A porcentagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que recebem Atendimento Educacional Especializado foi maior no ano 2011, 5,3%.

Tabela 24 - Alunos com necessidades especiais matriculados em turmas de AEE.

Ano	Total do indicador	
2009	0%	0
2010	0%	0
2011	5,3%	9
2012	2,9%	5
2013	3,3%	6

Fonte: Mec/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

O atendimento por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação ficou da seguinte forma:

Tabela 25- Atendimento por tipo de deficiência

Ano	Cegu eira	Baixa visão	Surdez		Deficiênci a auditiva	Surdoce gueira	Deficiênci a intelectual		Deficiênci a física	Deficiênci a múltipla	Transtorno global do desenvolvimento		Altas habilidades superdotação		
			0	0%			0	0%			0	0%	0	0%	0
2009	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2010	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2011	0%	1	0%	0	42,%	3	25%	1	0%	0	2%	3	,2%	1	0%
2012	0%	0	0%	0	28,%	2	16,7%	1	0%	0	1,4%	2	0%	0	0%
2013	0%	0	0%	0	3,3%	2	28,6%	2	0%	0	,7%	1	3%	1	0%

Fonte: Mec/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 53 - Docentes AEE/Rede.

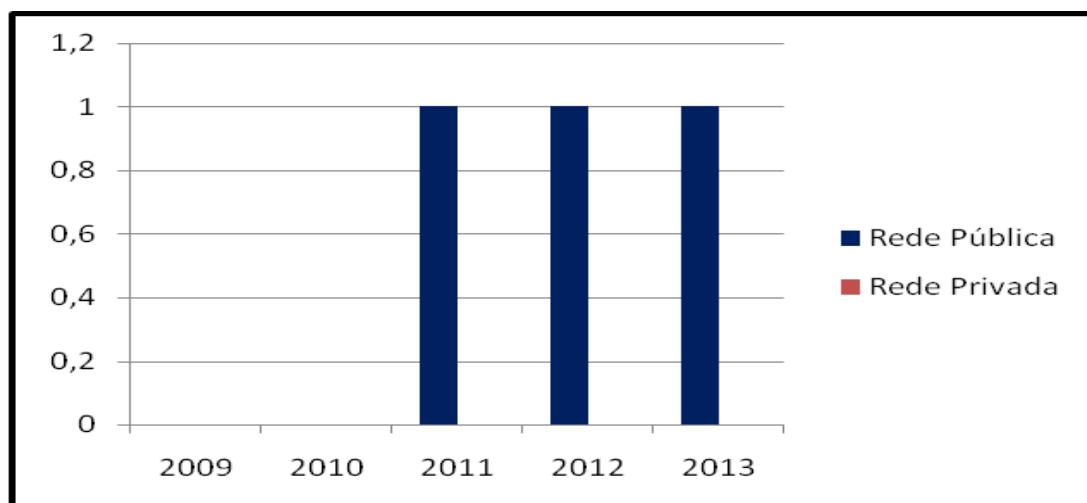


Tabela 54- Tradutores e intérpretes de Libras/Rede.

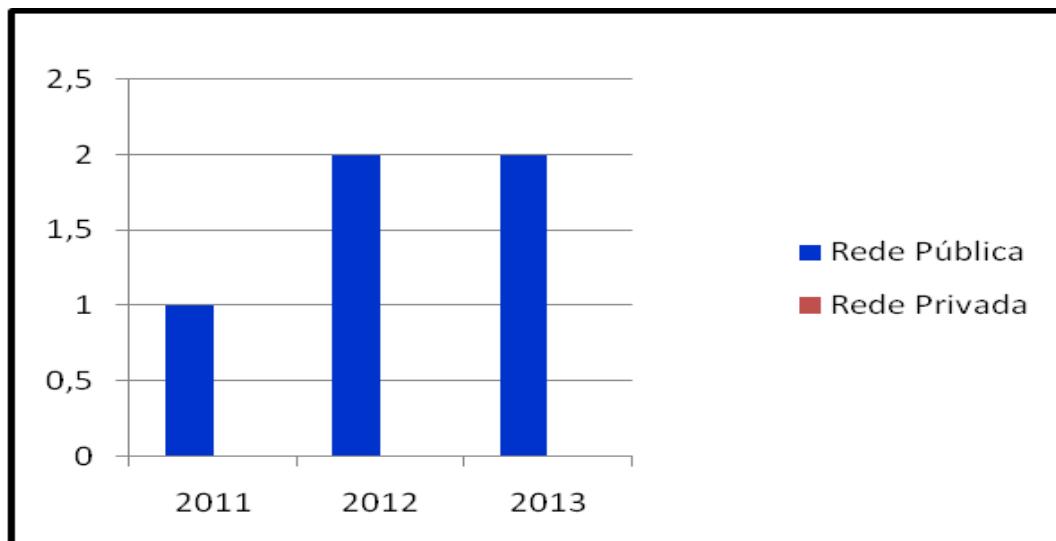
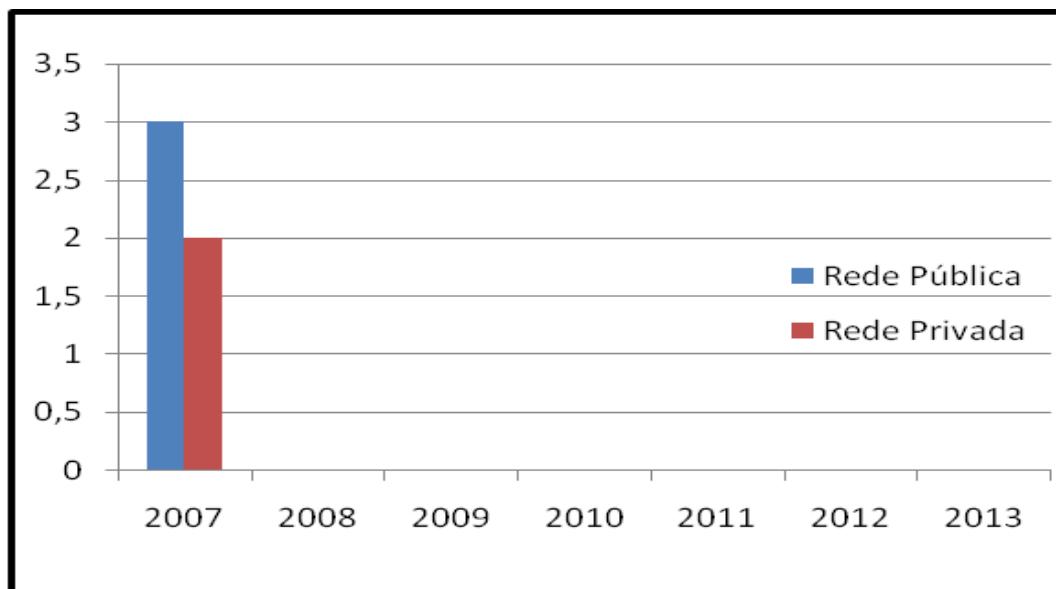


Tabela 55 - Docentes que lecionam Libras/Rede



Uma criança pode ser considerada alfabetizada quando se apropria da leitura e da escrita como ferramentas essenciais para seguir aprendendo, buscando informação, desenvolvendo sua capacidade de se expressar, de desfrutar a literatura, de ler e de produzir textos em diferentes gêneros, de participar do mundo cultural no qual está inserida. Para cada ano de escolaridade, há diferentes expectativas em relação a essas capacidades, que precisam ser consideradas nos momentos de planejamento e de análise do desempenho dos alunos e da escola. As metas colocadas pelo Plano Nacional de Educação em relação à alfabetização são ambiciosas, se considerados os atuais resultados das avaliações externas. Mas são viáveis, desde que haja um trabalho intencional e

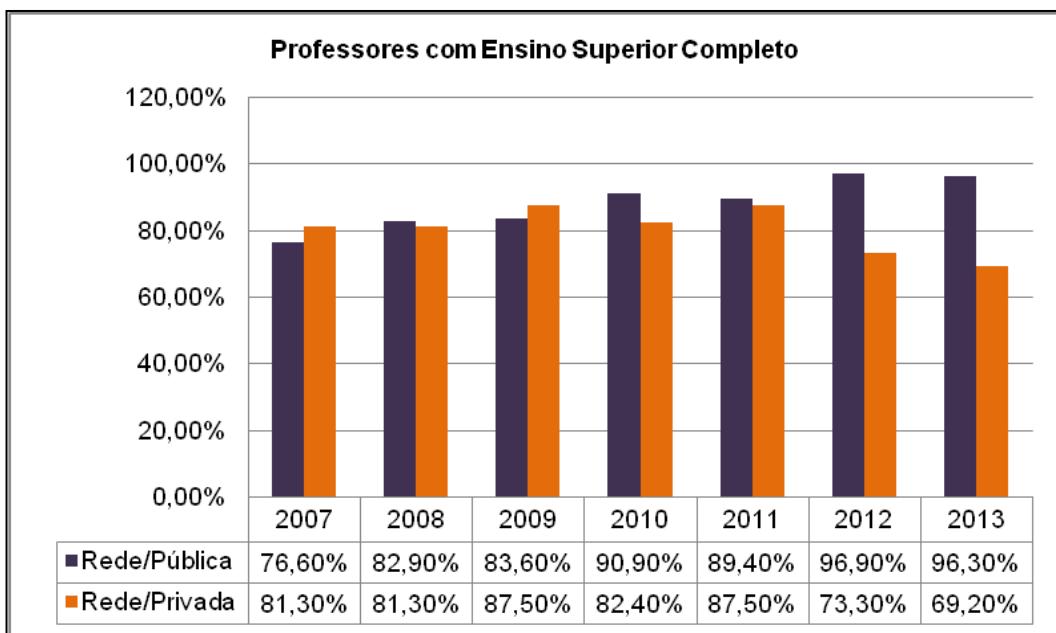
sistemático visando a melhoria da qualidade da formação inicial e continuada dos professores, acompanhado, entre outras, de políticas de distribuição de livros, de formação de bibliotecas acessíveis a todos as crianças e jovens em idade escolar e de fortalecimento de comunidades leitoras nas instituições.

Oferecer oportunidades educacionais a quase 14 milhões de brasileiros com mais de 15 anos que, no Censo de 2010, se autodeclararam analfabetos e garantir que jovens e adultos com escolaridade baixa ou de qualidade insuficiente aprimorem suas habilidades de leitura, escrita e compreensão da linguagem matemática, de modo a assegurar suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e social. Estes são desafios urgentes que se impõem às políticas educacionais, às redes de ensino e a toda sociedade brasileira.

O nível de formação dos professores dos anos iniciais é de extrema importância para melhorar a qualidade da aprendizagem das crianças, principalmente na parte de alfabetização. Em Guanhães, na rede pública houve um aumento na porcentagem de nível de formação superior, subindo de 76,6% no ano 2007 para 96,3% em 2013. Na rede municipal é exigência mínima para ingresso. Muitos são pós-graduados em áreas de conhecimento afins, mas tanto na rede Pública quanto Privada não tem professores com Pós-Graduação Stricto Sensu.

O gráfico abaixo mostra a porcentagem dos professores por rede que possuem Superior Completo.

Gráfico 56 - Professores dos três primeiros anos do Ensino Fundamental com Superior Completo



Ampliar a exposição das crianças e jovens a situações de ensino é bandeira fundamental na busca pela equidade e pela qualidade na Educação. Mas é importante considerar que Educação Integral não é sinônima de mais tempo na escola, apenas. Aos alunos matriculados nessa modalidade de ensino é preciso propiciar múltiplas oportunidades de aprendizagem por meio do acesso à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e à tecnologia, por meio de atividades planejadas com intenção pedagógica e sempre alinhadas ao projeto político-pedagógico da escola. Por ser prática relativamente nova no País, programas em curso, como o Mais Educação, do governo federal, precisam de diagnóstico constante, em busca de evolução permanente.

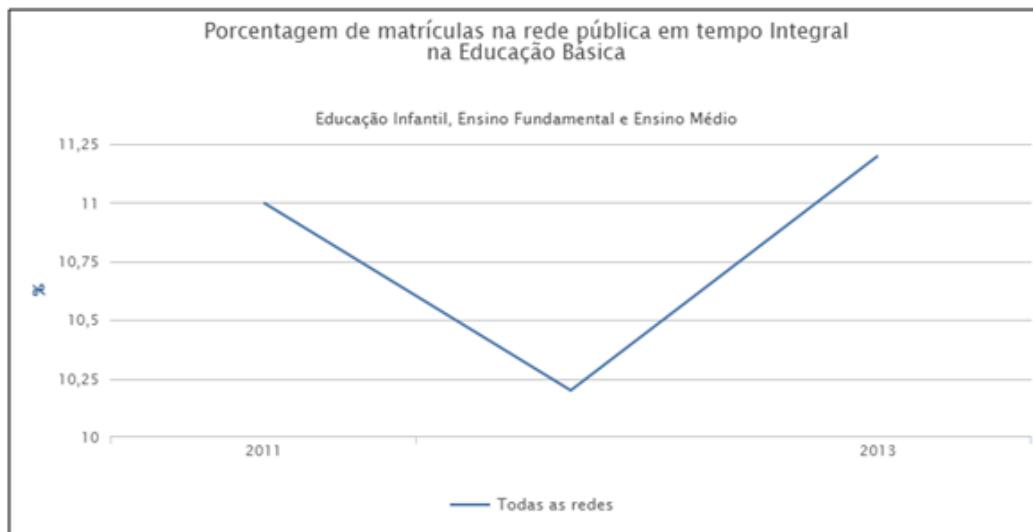
Em 2014 na rede municipal de Guanhães foram 06 (seis) escolas contempladas com o Programa Mais Educação, sendo 03 escolas da zona urbana e 03 escolas da zona rural. Os alunos selecionados foram seguindo critérios do próprio Programa.

Em 2015 o atendimento está sendo realizado nas 05 (cinco) escolas, exceto uma da zona rural que não possui Unidade Executora - UEx.

Os alunos são atendidos em horário extra-escolar e recebem apoio pedagógico e são trabalhadas diversas áreas.

A porcentagem de matrículas na rede pública em tempo Integral na Educação Básica - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio - em todas as redes foi de 11% em 2011 e avançou para 11,2% em 2013 ficando dividido da seguinte forma:

Gráfico 57 - Porcentagem de matrículas na rede pública em tempo integral na Educação Básica.



A Educação Integral nas turmas Educação Infantil Pré-escola mais de 50% dos alunos até 100% foram atendidos na Rede Privada nos anos 2011-2013.

Nas tabelas abaixo são demonstradas as situações do município em relação à educação Integral:

Tabela 26 - Educação Infantil / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	7,3%	45	83,3%	224
2012	13,7%	105	75,7%	203
2013	17,5%	135	84,5%	218

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 27 - Educação Infantil / Creche/ Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	0%	0	93,1%	188
2012	100%	105	92%	185
2013	100%	135	89,7%	183

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 28 - Educação Infantil / Pré-escola / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	7,3%	45	53,7%	36
2012	0%	0	26,9%	18
2013	0%	0	64,8%	35

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 29 - Ensino Fundamental / Anos Iniciais / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	4,7%	125	49,3%	110
2012	4,8%	117	51,7%	107
2013	3%	71	54,8%	121

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 30 - Ensino Fundamental / Anos Finais / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	6,9%	155	51,4%	108
2012	3%	69	49,5%	103
2013	6%	137	50,7%	106

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 31 - Ensino Médio / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	1,5%	23	51,8%	88
2012	0%	0	59,2%	87
2013	0%	0	52,9%	64

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 32 - Educação Básica / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	4,2%	350	47,7%	590
2012	3,7%	291	44,3%	582

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 33 - Ensino Fundamental / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	5,7%	280	50,3%	218
2012	3,9%	186	50,6%	210
2013	4,5%	208	52,8%	227

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

7.1.1. PORCENTAGEM DE ESCOLAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL

Tabela 34 - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	40,9%	9	66,7%	2
2012	34,8%	8	66,7%	2
2013	30,4%	7	66,7%	2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 35 - Educação Infantil / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	25%	1	66,7%	2
2012	20%	1	66,7%	2
2013	20%	1	66,7%	2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 36 - Educação Infantil / Creche / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	0%	0	66,7%	2
2012	100%	1	66,7%	2
2013	100%	1	66,7%	2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 37 - Educação Infantil / Pré-Escola / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	25%	1	50%	1
2012	0%	0	50%	1
2013	0%	0	50%	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 38 - Ensino Fundamental / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	38,1%	8	50%	1
2012	33,3%	7	50%	1
2013	28,6%	6	50%	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 39 - Ensino Fundamental / Anos Iniciais / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	33,3%	6	50%	1
2012	27,8%	5	50%	1
2013	16,7%	3	50%	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 40 - Ensino Fundamental / Anos Finais / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	57,1%	4	50%	1
2012	42,9%	3	50%	1
2013	62,5%	5	50%	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 41 - Ensino Médio / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	16,7%	1	50%	1
2012	0%	0	50%	1
2013	0%	0	50%	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 42 - Educação Básica / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	43,5%	10	60%	3
2012	33,3%	8	80%	4
2013	29,2%	7	40%	2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

7.1. 2. ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO POR QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS EM TEMPO INTEGRAL

Tabela 43 - Mais de 50% até 100% dos alunos / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	0%	0	66,7%	2
2012	4,3%	1	66,7%	2
2013	4,3%	1	66,7%	2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

7.1.3. ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL POR QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS EM TEMPO INTEGRAL

Tabela 44 - Total / Mais de 50% até 100% dos alunos/ Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	0%	0	66,7%	2
2012	20%	1	66,7%	2
2013	20%	1	66,7%	2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 45 - Creche / Mais de 50% até 100% dos alunos/ Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	0%	0	66,7%	2
2012	100%	1	66,7%	2
2013	100%	1	66,7%	2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 46 - Pré-escola / Mais de 50% até 100% dos alunos/ Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	0%	0	50%	1
2012	0%	0	0%	0
2013	0%	0	50%	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

7.1.4. ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL POR QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS EM TEMPO INTEGRAL

Tabela 47 - Total / Mais de 50% até 100% dos alunos/ Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	0%	0	50%	1
2012	0%	0	50%	1
2013	0%	0	50%	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 48 - Anos iniciais / Anos Finais/ Mais de 50% até 100% dos alunos/ Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	0%	0	50%	1
2012	0%	0	50%	1
2013	0%	0	50%	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

7.1.5. ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO POR QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS EM TEMPO INTEGRAL

Tabela 49 - Mais de 50% dos alunos / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	16,7%	1	50%	1
2012	0%	0	50%	1
2013	0%	0	50%	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 50 - Mais de 75% ate 100% dos alunos / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	0%	0	50%	1
2012	0%	0	50%	1
2013	0%	0	50%	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 51 - Média de horas-aula diária - Etapa

Ano	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental - anos iniciais	Ensino Fundamental - anos finais	Ensino Médio
2010	10,4	4,4	4,4	4,6	4,4
2011	10,3	4,4	4,4	4,7	4,5
2012	10,1	4,4	4,4	4,7	4,7
2013	10	4,4	4,4	4,6	4,7

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

7.1.6. ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS EM TEMPO INTEGRAL

Tabela 52 - Mais de 50% até 100% dos alunos/ Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	0%	0	40%	2
2012	4,2%	1	40%	2
2013	4,2%	1	40%	2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 53 - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	40,9%	9	66,7%	2
2012	34,8%	8	66,7%	2
2013	30,4%	7	66,7%	2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 26 - Educação Infantil / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	25%	1	66,7%	2
2012	20%	1	66,7%	2
2013	20%	1	66,7%	2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 54 - Educação Infantil / Creche / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	0%	0	66,7%	2
2012	100%	1	66,7%	2
2013	100%	1	66,7%	2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 55 - Educação Infantil / Pré-Escola / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	25%	1	50%	1
2012	0%	0	50%	1
2013	0%	0	50%	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 56 - Ensino Fundamental / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	38,1%	8	50%	1
2012	33,3%	7	50%	1
2013	28,6%	6	50%	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 57 - Ensino Fundamental / Anos Iniciais / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	33,3%	6	50%	1
2012	27,8%	5	50%	1
2013	16,7%	3	50%	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 58 - Ensino Fundamental / Anos Finais / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	57,1%	4	50%	1
2012	42,9%	3	50%	1
2013	62,5%	5	50%	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 59 - Ensino Médio / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	16,7%	1	50%	1
2012	0%	0	50%	1
2013	0%	0	50%	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 60 - Educação Básica / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	43,5%	10	60%	3
2012	33,3%	8	80%	4
2013	29,2%	7	40%	2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

7.1.7. PORCENTAGEM DE PROFESSORES DE ALUNOS MATRICULADOS EM TEMPO INTEGRAL POR QUANTIDADE DE ESCOLAS EM QUE LECIONAM.

Tabela 61 - Rede Pública / Total

Ano	1 estabelecimento	2 estabelecimentos	3 ou mais estabelecimentos
2011	96%	95	4%
2012	98,5%	65	1,5%
2013	98,8%	79	1,3%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 62 - Rede Pública / Municipal

Ano	1 estabelecimento	2 estabelecimentos	3 ou mais estabelecimentos
2011	87,5%	7	12,5%
2012	90%	9	10%
2013	100%	6	0%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 63 - Rede Pública / Estadual

Ano	1 estabelecimento	2 estabelecimentos	3 ou mais estabelecimentos
2011	95,7%	88	4,3%
2012	98,2%	56	1,8%
2013	98,6%	73	1,4%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

7.1.8. PORCENTAGEM DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL COM INFRAESTRUTURA ADEQUADA - EDUCAÇÃO BÁSICA

Tabela 64 - Todos os itens

Ano	Todas as Redes	Rede Privada	Rede Pública
2012	0%	0%	0%
2013	0%	0%	0%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 65 - Por Item / Auditório

Ano	Todas as Redes	Rede Pública	Rede Privada
2012	16,7%	2	12,5%
2013	0%	0	0%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 66 - Por Item / Refeitório

Ano	Todas as Redes	Rede Pública	Rede Privada
2012	66,7%	8	62,5%
2013	88,9%	8	85,7%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 67 - Por Item / Cozinha/ Sanitário dentro do prédio

Ano	Todas as Redes	Rede Pública	Rede Privada
2012	100%	12	100%
2013	100%	9	100%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 68 - Por Item / Laboratório de Informática

Ano	Todas as Redes	Rede Pública	Rede Privada
2012	50%	6	62,5%
2013	44,4%	4	57,1%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 69 - Por Item / Biblioteca ou sala de leitura

Ano	Todas as Redes	Rede Pública	Rede Privada
2012	66,7%	8	75%
2013	77,8%	7	85,7%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 70 - Por Item / Quadra

Ano	Todas as Redes	Rede Pública	Rede Privada
2012	33,3%	4	37,5%
2013	33,3%	3	28,6%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 71 - Por Item / Laboratório de ciências

Ano	Todas as Redes		Rede Pública		Rede Privada	
2012	0%	0	0%	0	0%	0
2013	0%	0	0%	0	0%	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

No período de 2012-2013 as escolas de Educação Integral com infraestrutura adequada:

Tabela 72 - Ensino Fundamental não apresentam os itens necessários para funcionamento, sendo eles:

Ano	Todos os Itens	
2012	0%	0
2013	0%	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 73 - Por Item

Ano	Auditório		Refeitório		Sanitário dentro do prédio		Cozinha		Laboratório de Informática		Biblioteca ou sala de leitura		Quadra		Laboratório de ciências	
2012	12,5%	1	62,5%	5	100%	8	100%	8	62,5%	5	75%	6	50%	4	0%	0
2013	0%	0	85,7%	6	100%	7	100%	7	57,1%	4	85,7%	6	42,9%	3	0%	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 74 - Todos os Itens

Ano	Todas as Redes		Rede Pública		Rede Privada	
2012	0%	0	0%	0	0%	0
2013	0%	0	0%	0	0%	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

As escolas de Educação Integral com infraestrutura adequada - Ensino Médio não apresentaram no período 2012-2013 os itens necessários ao funcionamento desta modalidade, tanto na rede Pública quanto Privada.

Tabela 75 - Por Item

Ano	Refeitório	Sanitário dentro do prédio	Auditório	Cozinha	Laboratório de Informática	Quadra	Biblioteca ou sala de leitura	Laboratório de ciências								
2012	100%	1	100%	1	0%	0	100%	1	0%	0	100%	1	100%	1	0%	0
2013	100%	1	100%	1	0%	0	100%	1	0%	0	100%	1	100%	1	0%	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Aprendizado adequado na idade certa é a meta do PNE que se refere de forma mais direta à qualidade da Educação. No entanto, coloca como objetivo de qualidade as metas do IDEB, indicador composto pelas notas em língua portuguesa e em matemática da Prova Brasil e pelo fluxo escolar.

Embora o IDEB tenha um papel fundamental ao dar notoriedade e objetividade à discussão sobre Educação no Brasil, a capacidade do indicador de diagnosticar a qualidade da Educação nas escolas e redes de ensino é limitada.

A melhoria da aprendizagem dos alunos na idade certa está atrelada a inúmeros fatores. Rede de profissionais qualificados, infraestrutura adequada, alimentação saudável, transporte, materiais didáticos diversificados, apoio técnico, entre outros fatores.

Tabela 76 - Melhoria da aprendizagem dos alunos na idade certa

Ano	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

7.1.9. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Tabela 77- Rede

Ano	Municipal	Estadual	Pública
2005	3,7	4,5	4,2
2007	4,2	4,5	4,4
2009	4,9	5,7	5,2
2011	5,8	5,7	5,7
2013	6,2	5,9	6,1

7.1.10. QUANTIDADE DE ESCOLAS QUE CUMPRIRAM AS METAS DO IDEB - ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Tabela 78 - Rede / Estadual/Rede / Municipal

Ano	Atingiu a meta	Não atingiu a meta	Sem Nota/Sem Meta	Ano	Atingiu a meta	Não atingiu a meta	Sem Nota/Sem Meta
2007	5	1	2	2007	1	1	1
2009	6	0	2	2009	3	0	0
2011	5	1	2	2011	3	0	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Anos Finais do Ensino Fundamental/ Rede/Estadual/ elevou de 3,3% na Rede Estadual para 4,6% em 2013. A quantidade de escolas que cumpriram as metas do IDEB - Anos Finais do Ensino Fundamental foi de 04 em 2007, 05 em 2009 e 07 em 2011.

Gráfico 60 **14**- Quantidade de escolas que cumpriram as metas do Ideb - Anos Finais do Ensino Fundamental.

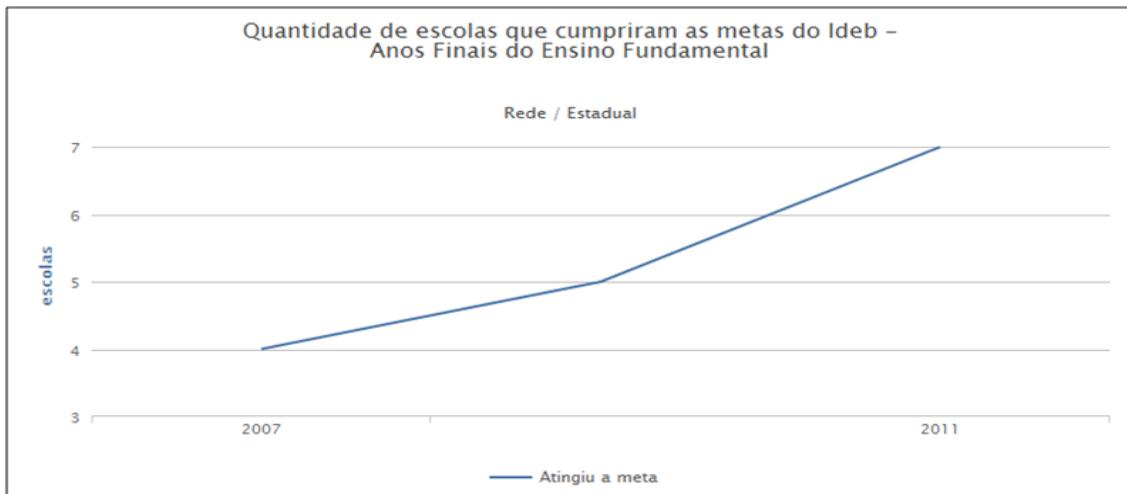


Tabela 79- Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Ano	Distorção Idade-Série
2006	21,3
2007	17,4
2008	16,5
2009	15
2010	15,7
2011	16,4
2012	14,4
2013	11

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

Gráfico 80 - Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

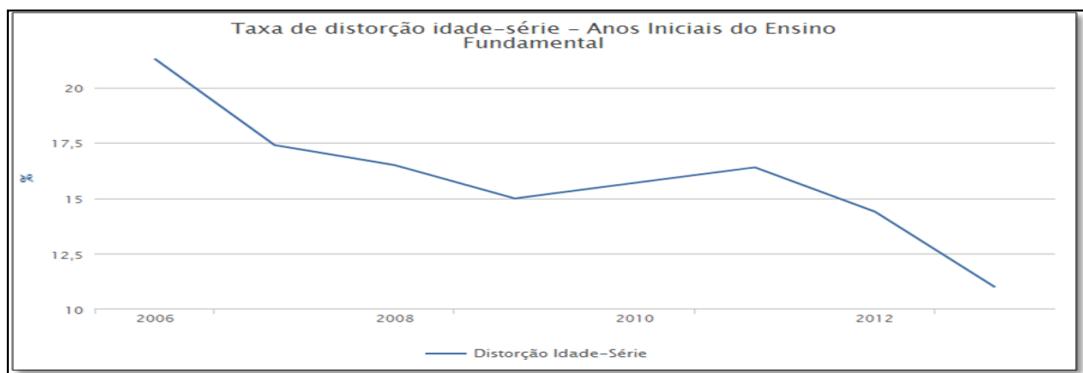
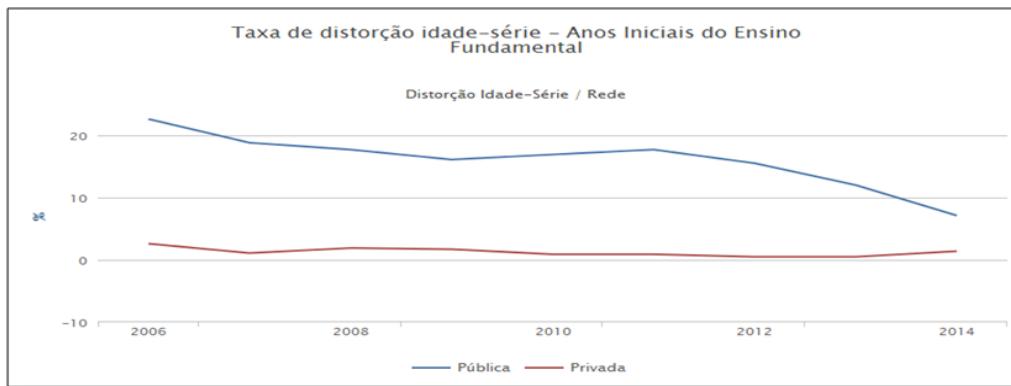


Gráfico 62 - Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental.



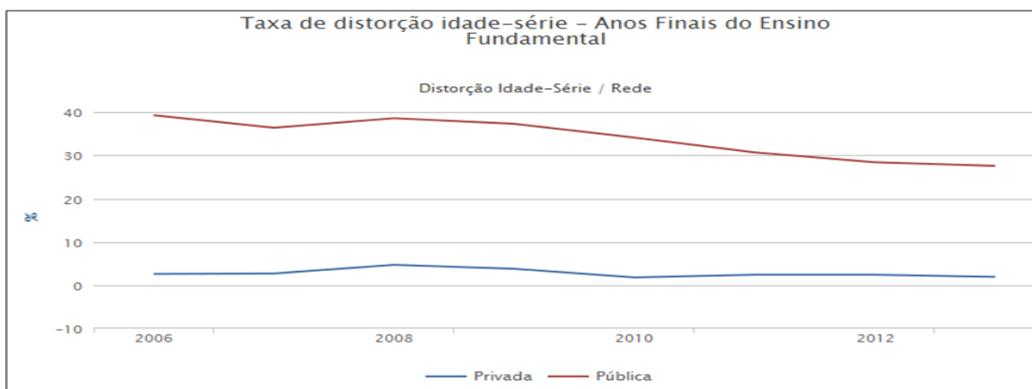
7.2.1.TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Tabela 81- Distorção Idade-Série / Rede

Ano	Privada	Pública
2006	2,6	39,3
2007	2,7	36,4
2008	4,7	38,6
2009	3,8	37,3
2010	1,8	34,1
2011	2,4	30,7
2012	2,4	28,4
2013	1,9	27,6

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

Gráfico 63 15 - Taxa de distorção idade-série - Anos Finais do Ensino Fundamental.



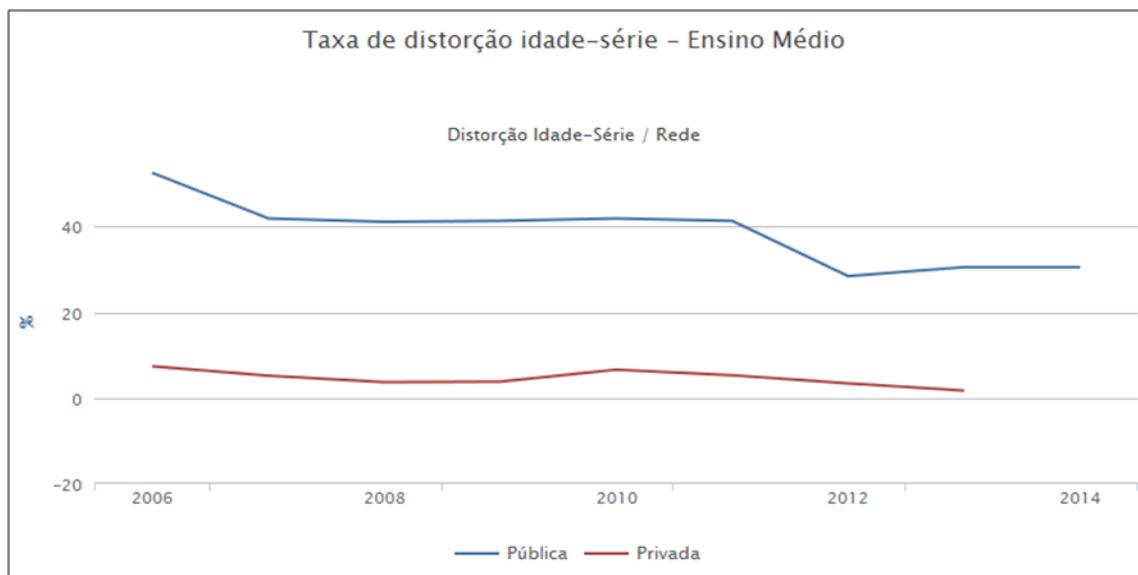
7.2.2.TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE - ENSINO MÉDIO.

Tabela 82 - Distorção Idade-Série / Rede

Ano	Pública	Privada
2006	52,5	7,4
2007	41,9	5,2
2008	41,1	3,7
2009	41,3	3,8
2010	41,9	6,6
2011	41,3	5,3
2012	28,4	3,4
2013	30,5	1,7
2014	30,5	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

Gráfico 83 - Taxa de distorção idade- série - Ensino Médio.



7.2.3.TAXAS DE RENDIMENTO - ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Tabela 84 - Taxa de Aprovação / Rede / Municipal / Estadual 1º ao 5º Ano

Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
2007	99,8	72,2	75,6	80,1	91	2007	98,3	99,4	96,7	98,9	89,4
2008	100	76,9	80,8	84,1	91,6	2008	98,8	99,5	91,5	98,7	87,5
2009	100	75,9	79,4	80,2	90,8	2009	99,4	100	99,6	99,6	99,4
2010	98,6	73,8	78,8	82,9	87,8	2010	99,3	100	100	100	100
2011	98,9	97,8	98,7	81,2	94,7	2011	98,2	100	100	100	100
2012	99,2	97,8	98,9	88,8	95,3	2012	100	99,1	100	100	100
2013	99,6	99,6	98,9	99,1	98,8	2013	99,2	99,3	97,5	99,3	98,8

Tabela 85 - Taxa de Aprovação / Rede / Pública / 1º ao 5º Ano

Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
2007	99,4	83,9	86,4	90,6	90
2008	99,6	83,6	85,4	91,6	89
2009	99,8	82,7	86,4	88,9	95,9
2010	98,8	80,8	84,8	88,4	93,7
2011	98,7	98,4	99,1	86,6	96,7
2012	99,5	98,2	99,2	91,9	96,7
2013	99,5	99,5	98,5	99,1	98,3

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

Tabela 86 - Taxa de Aprovação / Rede / Privada / 1º ao 5º Ano

Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
2007	100	100	100	98,1	100
2008	100	100	100	100	98,2
2009	100	97,4	97,8	100	94,2
2010	100	100	100	100	100
2011	100	100	100	100	100
2012	100	100	100	100	100
2013	100	100	100	97,8	100

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

Tabela 87 - Taxa de Reprovação
Redes / Municipal / Estadual/ 1º ao 5º Ano

Ano	1º Ano	3º Ano	Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
2007	0	24,1	2007	1,1	0,3	2,3	0	8,5
2008	0	19	2008	1,2	0	7,8	0,3	9,8
2009	0	20,1	2009	0	0	0,4	0	0,3
2010	0,7	20	2010	0	0	0	0	0
2011	0	1	011	0	0	0	0	0
2012	0,8	0,5	2012	0	0	0	0	0
2013	0,4	0,7	2013	0,8	0,7	2,5	0	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

Tabela 88 - Taxa de Reprovação/Abandono/Aprovação/ Todas as Redes

Ano	Total	Total	Total
2007	8,5	0,8	90,7
2008	9,3	0,8	89,9
2009	8,8	0,4	90,8
2010	10	0,5	89,5
2011	3,3	0,7	96
2012	2,6	0,4	97
2013	0,6	0,4	99

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

7.2.4. TAXAS DE RENDIMENTO - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Tabela 89 - Taxa de Aprovação / Todas as redes / 6º ao 9º Ano

Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
2007	77,5	75,1	77,3	67,8
2008	74,4	84,7	77	80
2009	72,1	88,2	74,5	77
2010	77,4	89,1	84,4	83,9
2011	80,8	86,8	87,2	88,4
2012	89,3	87,6	90	87,3
2013	88,3	91,5	89,4	91,7

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

A Rede Municipal não tem atendimento do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. O atendimento é feito pelas Redes Estadual e Rede Privada.

**Tabela 90 - Taxa de Aprovação
Redes / Estadual / Rede Privada/6º ao 9º Ano**

Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
2007	76,1	72,9	75,8	66,5
2008	72,9	83,4	74,7	80
2009	70,1	87,1	72,7	74,1
2010	75,8	87,8	83	82
2011	79,7	85,5	86,4	87,3
2012	88,4	86,7	89,1	86
2013	87,4	91,3	88,7	91,4

Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
2007	93,6	98,6	89,1	82,1
2008	94,5	98,4	100	80,3
2009	98,4	97,9	98,3	98,4
2010	98,1	100	100	100
2011	95,8	100	95,9	98,1
2012	100	97,8	100	100
2013	100	93,3	97,7	94,6

**Tabela 91 - Taxa de Reprovação
Redes / Estadual / Redes Privada 6º ao 9º Ano**

Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
2007	17,7	20,2	16,4	22,6
2008	22,1	14,2	13,7	11
2009	22,7	11,1	15,7	1,6
2010	21,4	11,4	14,8	13,8
2011	14,8	11,7	9,5	8
2012	8,5	10,9	6,7	12
2013	9,9	7,8	7,4	7

Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
2007	4,8	1,4	10,9	17,9
2008	5,5	0	0	19,7
2009	1,6	2,1	1,7	1,6
2010	1,9	0	0	0
2011	2,1	0	4,1	1,9
2012	0	2,2	0	0
2013	0	6,7	2,3	5,4

**Tabela 92 -Taxa de Abandono
Redes / Estadual /Privada/ 6º ao 9º Ano**

Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
2007	6,2	6,9	7,8	10,9
2008	5	2,4	11,6	9
2009	7,2	1,8	11,6	4,3
2010	2,8	0,8	2,2	4,2
2011	5,5	2,8	4,1	4,7
2012	3,1	2,4	4,2	2
2013	2,7	0,9	3,9	1,6

Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
2007	1,6	0	0	0
2008	0	1,6	0	0
2009	0	0	0	0
2010	0	0	0	0
2011	2,1	0	0	0
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0

**Tabela 93 - Taxa de Aprovação
Reprovação/ Abandono/Todas as redes**

Ano	Total	Ano	Total	Ano	Total
2007	74,3	2007	18,5	2007	7,2
2008	78,9	2008	14,7	2008	6,4
2009	76,7	2009	16,8	2009	6,5
2010	83,2	2010	14,5	2010	2,3
2011	85,5	2011	10,6	2011	3,9
2012	88,7	2012	8,6	2012	2,7
2013	90,2	2013	7,7	2013	2,1

7.2.5. TAXAS DE RENDIMENTO - ENSINO MÉDIO

Tabela 94 - Taxa de Aprovação / Todas as redes / 1º ao 4º Ano

Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
2007	72,7	75,9	74	0
2008	76,4	80,5	72,7	0
2009	67	80,2	75,6	0
2010	71,6	86,8	91,9	0
2011	77,3	81,5	82,7	94
2012	85,9	88	87,5	91,7
2013	75,6	85,7	84,4	60

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

Tabela 95 - Taxa de Reprovação / Todas as redes / 1º ao 4º Ano

Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
2007	16,2	12,4	15,1	0
2008	12,2	10,1	17,6	0
2009	17	7,9	16,5	0
2010	14	5,5	5,5	0
2011	8,5	9,3	11,5	0
2012	8,6	6,2	7,8	8,3
2013	16,4	10	13,6	2,4

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

Tabela 96 - Taxa de Abandono / Todas as redes / 1º ao 4º Ano

Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
2007	11,1	11,7	10,9	0
2008	11,4	9,4	9,7	0
2009	16	11,9	7,9	0
2010	14,4	7,7	2,6	0
2011	14,2	9,2	5,8	6
2012	5,5	5,8	4,7	0
2013	8	4,3	2	37,6

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

Não teve taxa de Abandono / Redes / Privada / 1º ao 4º Ano no período de 2007-2013.

Tabela 97 - Taxa de Reprovação / Abandono/ Aprovação/ Todas as redes

Ano	Total	Total	Total
2007	74,1	11,2	14,7
2008	76,7	10,3	13
2009	73,3	12,8	13,9
2010	81,5	9,4	9,1
2011	80,3	10,5	9,2
2012	87,5	5,1	7,4
2013	80,4	6,8	12,8

7.3.1.PORCENTAGEM DE ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM PONTUAÇÃO ACIMA DO NÍVEL CONSIDERADO ADEQUADO NA PROVA BRASIL

Tabela 98 - Disciplina

Ano	Português	Matemática
2005	29,5	19,4
2007	26	22,9
2009	44,4	51
2011	54,2	50,2
2013	57,4	52,9
00		

Fonte: MEC/Inep - Prova Brasil/Saeb / Preparação: Todos Pela Educação

7.3.2. PORCENTAGEM DE ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM PONTUAÇÃO ACIMA DO NÍVEL CONSIDERADO ADEQUADO NA PROVA BRASIL

Tabela 99 - Disciplina

Ano	Português	Matemática
2005	17,3	14,6
2007	20,7	16,4
2009	33,3	20,9
2011	32,3	24,8
2013	30,4	18,3
0		

Fonte: MEC/Inep - Prova Brasil/Saeb / Preparação: Todos Pela Educação

NOTA PADRONIZADA (IDEB) - ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Tabela 100 - Rede

Ano	Municipal	Estadual	Pública
2005	4,9	4,9	4,9
2007	5,1	4,7	4,9
2009	5,9	5,7	5,8
2011	6,2	5,7	6
2013	6,2	6	6,2

Fonte: MEC/Inep/Iddeb

7.3.3. ÍNDICE DE RENDIMENTO (IDEB) - ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Tabela 101 - Rede

Ano	Municipal	Estadual	Pública
2005	0,8	0,9	0,9
2007	0,8	1	0,9
2009	0,8	1	0,9
2011	0,9	1	1
2013	1	1	1

Fonte: MEC/Inep/Iddeb

7.3.4. ÍNDICE DE RENDIMENTO (IDEB) - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Tabela 102 – Rede

Ano	Pública	Estadual
2005	0,7	0,7
2007	0,7	0,7
2009	0,8	0,8
2011	0,9	0,9
2013	0,9	0,9

Fonte: MEC/Inep/Ideb

Tabela 103 - Nota Padronizada (IDEB) - Anos Finais do Ensino Fundamental

Ano	Total
2005	4,9
2007	4,9
2009	5,8
2011	6
2013	6,2

Fonte: MEC/Inep/Ideb

Tabela 104 - Rede

Ano	Estadual	Pública
2005	4,7	4,7
2007	4,9	4,9
2009	5,3	5,3
2011	5,4	5,4
2013	5,1	5,1

Fonte: MEC/Inep/Ideb

Tabela 104 - Nota Padronizada (IDEB) - Ensino Médio

Ano	Total
2005	4,7
2007	4,9
2009	5,3
2011	5,4
2013	5,1

Fonte: MEC/Inep/Ideb

DIFERENÇA ENTRE O IDEB DAS REGIÕES, UNIDADES FEDERATIVAS E MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO À MÉDIA NACIONAL

Tabela 106 - Ensino Fundamental - anos iniciais / Rede

Ano	Pública	Municipal	Estadual
2005	0,6	3,7	0,6
2007	0,4	0,3	0,2
2009	0,8	0,2	0,8
2011	1	4,2	0,6
2013	1,2	4,9	0,5

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 107 - Ensino Fundamental - anos finais / Rede

Ano	Pública	Estadual
2005	0,1	0
2007	0	-0,1
2009	0,3	0,2
2011	0,6	0,6
2013	0,6	0,6

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

ALUNOS DA ZONA RURAL COM TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO

Tabela 108 - Rede Pública

Educação Básica / Com transporte escolar público

Ano	Total		Poder público responsável: municipal	Poder público responsável: estadual
2007	29,1%	111	100%	111
2008	20,1%	72	100%	72
2009	100%	325	100%	325
2010	100%	303	100%	303
2011	100%	271	100%	271
2012	100%	280	100%	280
2013	100%	279	100%	279

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 109 - Rede Pública / Ensino Fundamental - anos iniciais / Com transporte escolar público

Ano	Total		Poder público responsável: municipal		Poder público responsável: estadual	
2007	29,1%	111	100%	111	0%	0
2008	20,1%	72	100%	72	0%	0
2009	100%	325	100%	325	0%	0
2010	100%	303	100%	303	0%	0
2011	100%	271	100%	271	0%	0
2012	100%	280	100%	280	0%	0
2013	100%	279	100%	279	0%	0

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 110 - Todas as redes / Ensino Fundamental - anos iniciais / Com transporte escolar público

Ano	Total	
2007	29,1%	111
2008	20,1%	72
2009	100%	325
2010	100%	303
2011	100%	271
2012	100%	280
2013	100%	279

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 111 - Porcentagem de escolas da Educação Básica com computador disponível para os alunos

Ano	Todas as Redes		Rede Pública		Rede Privada	
2007	24,2%	8	17,9%	5	60%	3
2008	40,6%	3	37%	0	60%	3
2009	50%	6	46,2%	2	66,7%	4
2010	50%	14	47,8%	11	60%	3
2011	75%	21	82,6%	19	40%	2
2012	72,4%	21	79,2%	19	40%	2
2013	79,3%	23	87,5%	21	40%	2

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 112 - Número de alunos por computador nas escolas de Educação Básica

Ano	Todas as Redes	Rede Pública	Rede Privada
2007	115,8	158	39,7
2008	72,8	95,9	26,1
2009	53,1	71	19,7
2010	46,6	52,8	23,8
2011	39,4	43,3	24,7
2012	41	42,2	34,6
2013	37,2	34,5	107,2

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

7.3.5. PORCENTAGEM DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM ACESSO À BANDA LARGA

Tabela 113 - Educação Básica

Ano	Todas as Redes	Rede Pública	Rede Privada
2008	37,5%	12	37% 10 40% 2
2009	46,9%	15	42,3% 11 66,7% 4
2010	60,7%	17	56,5% 13 80% 4
2011	60,7%	17	56,5% 13 80% 4
2012	62,1%	18	58,3% 14 80% 4
2013	58,6%	17	58,3% 14 60% 3

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 114 - Ensino Fundamental

Ano	Todas as Redes	Rede Pública	Rede Privada
2008	32,1%	9	36% 9 0% 0
2009	37%	10	37,5% 9 33,3% 1
2010	52,2%	12	52,4% 11 50% 1
2011	52,2%	12	52,4% 11 50% 1
2012	52,2%	12	52,4% 11 50% 1
2013	52,2%	12	52,4% 11 50% 1

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 115 - Ensino Médio

Ano	Todas as Redes	Rede Pública	Rede Privada
2008	57,1%	4	80% 4
2009	62,5%	5	66,7% 4
2010	75%	6	83,3% 5
2011	75%	6	83,3% 5
2012	75%	6	83,3% 5
2013	75%	6	83,3% 5

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

7.3.6. PORCENTAGEM DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

Tabela 116 - Educação Básica

Ano	Todas as Redes	Rede Pública	Rede Privada
2007	24,2%	8	17,9% 5
2008	37,5%	12	33,3% 9
2009	43,8%	14	38,5% 10
2010	50%	14	47,8% 11
2011	53,6%	15	56,5% 13
2012	44,8%	13	50% 12
2013	41,4%	12	45,8% 11

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 117 -Ensino Fundamental

Ano	Todas as Redes	Rede Privada	Rede Pública
2007	20,7%	6	66,7% 2
2008	35,7%	10	66,7% 2
2009	37%	10	66,7% 2
2010	47,8%	11	50% 1
2011	52,2%	12	50% 1
2012	43,5%	10	0% 0
2013	39,1%	9	0% 0

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 118 - Ensino Médio

Ano	Todas as Redes		Rede Pública		Rede Privada	
2007	50%	3	50%	2	50%	1
2008	85,7%	6	100%	5	50%	1
2009	75%	6	83,3%	5	50%	1
2010	87,5%	7	100%	6	50%	1
2011	87,5%	7	100%	6	50%	1
2012	75%	6	100%	6	0%	0
2013	62,5%	5	83,3%	5	0%	0

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

7.3.7. PORCENTAGEM DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM ACESSO À INTERNET

Tabela 119 - Educação Básica

Ano	Todas as Redes		Rede Pública		Rede Privada	
2007	36,4%	12	28,6%	8	80%	4
2008	53,1%	17	44,4%	12	100%	5
2009	59,4%	19	50%	13	100%	6
2010	67,9%	19	60,9%	14	100%	5
2011	67,9%	19	60,9%	14	100%	5
2012	69%	20	62,5%	15	100%	5
2013	69%	20	62,5%	15	100%	5

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 120 - Ensino Fundamental

Ano	Todas as Redes		Rede Pública		Rede Privada	
2007	31%	9	26,9%	7	66,7%	2
2008	50%	14	44%	11	100%	3
2009	51,9%	14	45,8%	11	100%	3
2010	60,9%	14	57,1%	12	100%	2
2011	60,9%	14	57,1%	12	100%	2
2012	60,9%	14	57,1%	12	100%	2
2013	60,9%	14	57,1%	12	100%	2

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 21 - Ensino Médio

Ano	Todas as Redes		Rede Pública		Rede Privada	
2007	66,7%	4	75%	3	50%	1
2008	85,7%	6	80%	4	100%	2
2009	87,5%	7	83,3%	5	100%	2
2010	100%	8	100%	6	100%	2
2011	100%	8	100%	6	100%	2
2012	100%	8	100%	6	100%	2
2013	100%	8	100%	6	100%	2

Fonte: MEC/Inep/Ideb / Preparação: Todos Pela Educação

Porcentagem de escolas da Educação Básica com acesso à água tratada, esgoto sanitário, energia elétrica, banda larga, biblioteca ou sala de leitura, quadra e laboratório de ciências. Todas as escolas da rede privada e pública têm energia elétrica e água tratada no período de 2007-2013.

Tabela 122 - Todos os itens

Ano	Todas as redes		Rede pública		Rede privada	
2009	3,1%	1	3,8%	1	0%	0
2010	0%	0	0%	0	0%	0
2011	0%	0	0%	0	0%	0
2012	0%	0	0%	0	0%	0
2013	0%	0	0%	0	0%	0

Fonte: MEC/Inep/Ideb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 123 - Por item / Esgoto sanitário

Ano	Todas as redes		Rede pública		Rede privada	
2007	54,5%	18	46,4%	13	100%	5
2008	59,4%	19	51,9%	14	100%	5
2009	62,5%	20	53,8%	14	100%	6
2010	60,7%	17	52,2%	12	100%	5
2011	60,7%	17	52,2%	12	100%	5
2012	62,1%	18	54,2%	13	100%	5
2013	62,1%	18	54,2%	13	100%	5

Fonte: MEC/Inep/Ideb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 124 - Por item / Banda larga

Ano	Todas as redes	Rede pública	Rede privada
2008	37,5%	12	37%
2009	46,9%	15	42,3%
2010	60,7%	17	56,5%
2011	60,7%	17	56,5%
2012	62,1%	18	58,3%
2013	58,6%	17	58,3%

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 125 - Por item / Biblioteca ou sala de leitura

Ano	Todas as redes	Rede pública	Rede privada
2009	43,8%	14	38,5%
2010	39,3%	11	34,8%
2011	71,4%	20	69,6%
2012	69%	20	70,8%
2013	75,9%	22	79,2%

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 126 - Por item / Quadra

Ano	Todas as redes	Rede pública	Rede privada
2007	21,2%	7	17,9%
2008	21,9%	7	18,5%
2009	25%	8	23,1%
2010	25%	7	21,7%
2011	25%	7	21,7%
2012	24,1%	7	20,8%
2013	24,1%	7	20,8%

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 127 - Por item / Laboratório de ciências

Ano	Todas as redes	Rede pública	Rede privada
2007	12,1%	4	3,6%
2008	12,5%	4	3,7%
2009	12,5%	4	3,8%
2010	7,1%	2	0%
2011	3,6%	1	0%
2012	0%	0	0%
2013	0%	0	0%

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Porcentagem de escolas do Ensino Fundamental com acesso à água tratada, esgoto sanitário, energia elétrica, banda larga, biblioteca ou sala de

leitura, quadra e laboratório de ciências. Acesso à água tratada/ Energia elétrica todas as escolas da rede privada e pública no período 2007-2013 possuem.

Tabela 128 - Todos os itens

Ano	Todas as redes	Rede pública	Rede privada
2009	3,7%	1	4,2%
2010	0%	0	0%
2011	0%	0	0%
2012	0%	0	0%
2013	0%	0	0%

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 129 - Por item / Esgoto sanitário

Ano	Todas as redes	Rede pública	Rede privada
2007	48,3%	14	42,3%
2008	53,6%	15	48%
2009	55,6%	15	50%
2010	52,2%	12	47,6%
2011	52,2%	12	47,6%
2012	52,2%	12	47,6%
2013	52,2%	12	47,6%

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 130 - Por item / Acesso à banda larga

Ano	Todas as redes	Rede pública	Rede privada
2008	32,1%	9	36%
2009	37%	10	37,5%
2010	52,2%	12	52,4%
2011	52,2%	12	52,4%
2012	52,2%	12	52,4%
2013	52,2%	12	52,4%

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 131 - Por item / Biblioteca ou sala de leitura

Ano	Todas as redes	Rede pública	Rede privada
2009	40,7%	11	33,3%
2010	34,8%	8	28,6%
2011	69,6%	16	66,7%
2012	69,6%	16	66,7%
2013	78,3%	18	76,2%

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 132 - Por item / Quadra

Ano	Todas as redes	Rede pública	Rede privada
2007	24,1%	7	19,2%
2008	25%	7	20%
2009	29,6%	8	25%
2010	30,4%	7	23,8%
2011	30,4%	7	23,8%
2012	30,4%	7	23,8%
2013	30,4%	7	23,8%

Fonte: MEC/Inep/Idb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 133 - Por item / Laboratório de ciências

Ano	Todas as redes	Rede pública	Rede privada
2007	13,8%	4	3,8%
2008	14,3%	4	4%
2009	11,1%	3	4,2%
2010	4,3%	1	0%
2011	4,3%	1	0%
2012	0%	0	0%
2013	0%	0	0%

Fonte: MEC/Inep/Idb / Preparação: Todos Pela Educação

Porcentagem de escolas do Ensino Médio com acesso à água tratada, esgoto sanitário, energia elétrica, banda larga, biblioteca ou sala de leitura, quadra e laboratório de ciências. Acesso à água tratada/ Energia elétrica todas as escolas da rede privada e pública possuem no período 2007-2013.

Tabela 134 - Todos os itens

Ano	Todas as redes	Rede pública	Rede privada
2009	12,5%	1	16,7%
2010	0%	0	0%
2011	0%	0	0%
2012	0%	0	0%
2013	0%	0	0%

Fonte: MEC/Inep/Idb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 135 - Por item / Esgoto sanitário

Ano	Todas as redes	Rede pública	Rede privada
2007	83,3%	5	75%
2008	85,7%	6	80%
2009	87,5%	7	83,3%
2010	62,5%	5	50%
2011	62,5%	5	50%
2012	62,5%	5	50%
2013	62,5%	5	50%

Fonte: MEC/Inep/Idb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 136 - Por item / Banda larga

Ano	Todas as redes		Rede pública		Rede privada	
2008	57,1%	4	80%	4	0%	0
2009	62,5%	5	66,7%	4	50%	1
2010	75%	6	83,3%	5	50%	1
2011	75%	6	83,3%	5	50%	1
2012	75%	6	83,3%	5	50%	1
2013	75%	6	83,3%	5	50%	1

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 137 - Por item / Biblioteca ou sala de leitura

Ano	Todas as redes		Rede pública		Rede privada	
2009	87,5%	7	83,3%	5	100%	2
2010	75%	6	66,7%	4	100%	2
2011	75%	6	66,7%	4	100%	2
2012	75%	6	66,7%	4	100%	2
2013	100%	8	100%	6	100%	2

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 138 - Por item / Quadra

Ano	Todas as redes		Rede pública		Rede privada	
2007	66,7%	4	50%	2	100%	2
2008	57,1%	4	40%	2	100%	2
2009	62,5%	5	50%	3	100%	2
2010	50%	4	33,3%	2	100%	2
2011	62,5%	5	50%	3	100%	2
2012	62,5%	5	50%	3	100%	2
2013	62,5%	5	50%	3	100%	2

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 139 - Por item / Laboratório de ciências

Ano	Todas as redes		Rede pública		Rede privada	
2007	50%	3	25%	1	100%	2
2008	42,9%	3	20%	1	100%	2
2009	25%	2	16,7%	1	50%	1
2010	12,5%	1	0%	0	50%	1
2011	12,5%	1	0%	0	50%	1
2012	0%	0	0%	0	0%	0
2013	0%	0	0%	0	0%	0

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Porcentagem de escolas da Educação Básica com acesso à água tratada, esgoto sanitário, energia elétrica, banda larga, biblioteca ou sala de leitura, quadra e laboratório de ciências. Todas as escolas têm acesso à água tratada e energia elétrica das redes pública e privada

Tabela 140 - Todos os itens

Ano	Todas as redes	Rede pública	Rede privada
2009	3,1%	1	3,1%
2010	0%	0	0%
2011	0%	0	0%
2012	0%	0	0%
2013	0%	0	0%

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 141 - Por item / Esgoto sanitário

Ano	Todas as redes	Rede pública	Rede privada
2007	54,5%	18	46,4%
2008	59,4%	19	51,9%
2009	62,5%	20	53,8%
2010	60,7%	17	52,2%
2011	60,7%	17	52,2%
2012	62,1%	18	54,2%
2013	62,1%	18	54,2%

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 142 - Por item / Banda larga

Ano	Todas as redes	Rede pública	Rede privada
2008	37,5%	12	37%
2009	46,9%	15	42,3%
2010	60,7%	17	56,5%
2011	60,7%	17	56,5%
2012	62,1%	18	58,3%
2013	58,6%	17	58,3%

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 143 - Por item / Biblioteca ou sala de leitura

Ano	Todas as redes		Rede pública		Rede privada	
2009	43,8%	14	38,5%	10	66,7%	4
2010	39,3%	11	34,8%	8	60%	3
2011	71,4%	20	69,6%	16	80%	4
2012	69%	20	70,8%	17	60%	3
2013	75,9%	22	79,2%	19	60%	3

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 144 - Por item / Quadra

Ano	Todas as redes		Rede pública		Rede privada	
2007	21,2%	7	17,9%	5	40%	2
2008	21,9%	7	18,5%	5	40%	2
2009	25%	8	23,1%	6	33,3%	2
2010	25%	7	21,7%	5	40%	2
2011	25%	7	21,7%	5	40%	2
2012	24,1%	7	20,8%	5	40%	2

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 145 - Por item / Laboratório de ciências

Ano	Todas as redes		Rede pública		Rede privada	
2007	12,1%	4	3,6%	1	60%	3
2008	12,5%	4	3,7%	1	60%	3
2009	12,5%	4	3,8%	1	50%	3
2010	7,1%	2	0%	0	40%	2
2011	3,6%	1	0%	0	20%	1
2012	0%	0	0%	0	0%	0
2013	0%	0	0%	0	0%	0

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 146 - Porcentagem de escolas da Educação Básica com computador disponível para os alunos

Ano	Todas as Redes	Rede Pública	Rede Privada
2007	24,2%	8	17,9%
2008	40,6%	13	37%
2009	50%	16	46,2%
2010	50%	14	47,8%
2011	75%	21	82,6%
2012	72,4%	21	79,2%
2013	79,3%	23	87,5%

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

7.3.7. PORCENTAGEM DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM ACESSO À INTERNET

Tabela 147 - Educação Básica

Ano	Todas as Redes	Rede Pública	Rede Privada
2007	36,4%	12	28,6%
2008	53,1%	17	44,4%
2009	59,4%	19	50%
2010	67,9%	19	60,9%
2011	67,9%	19	60,9%
2012	69%	20	62,5%
2013	69%	20	62,5%

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 148 - Ensino Fundamental

Ano	Todas as Redes	Rede Pública	Rede Privada
2007	31%	9	26,9%
2008	50%	14	44%
2009	51,9%	14	45,8%
2010	60,9%	14	57,1%
2011	60,9%	14	57,1%
2012	60,9%	14	57,1%
2013	60,9%	14	57,1%

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 149 - Ensino Médio

Ano	Todas as Redes		Rede Pública		Rede Privada	
2007	66,7%	4	75%	3	50%	1
2008	85,7%	6	80%	4	100%	2
2009	87,5%	7	83,3%	5	100%	2
2010	100%	8	100%	6	100%	2
2011	100%	8	100%	6	100%	2
2012	100%	8	100%	6	100%	2
2013	100%	8	100%	6	100%	2

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

No município de Guanhães não há escolas indígenas ou quilombolas com currículo específico para o respectivo grupo étnico, que ministram as aulas utilizando a língua indígena e tampouco com material didático específico para este grupo em nenhuma rede tanto Pública quanto Privada.

Elevar a escolaridade/diversidade além de traçar um objetivo claro em relação ao número de anos de escolaridade da população explícita a urgência do País em reduzir as desigualdades entre ricos e pobres, entre brancos e negros, entre a cidade e o campo. Entretanto, a conquista dessa meta não pode se restringir ao atingimento do número. Para reduzir, de fato, a desigualdade, é preciso que a Educação oferecida a toda população adquira os mesmos (e melhores) padrões de qualidade.

No município, a matrícula na modalidade EJA foi feita apenas na zona Urbana no período de 2007-2013.

Tabela 150 - Matrículas na Educação de Jovens e Adultos de alunos de 18 a 29 anos.

Ano	EJA - 18 a 29 anos	Não declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Urbana	Rural
2007	534	255	40	39	197	0	3	534	0
2008	527	205	52	39	229	0	2	527	0
2009	454	134	45	26	248	0	1	454	0
2010	616	42	117	50	406	0	1	616	0
2011	614	42	113	46	409	0	4	614	0
2012	576	23	95	45	411	0	2	576	0
2013	524	40	82	37	365	0	0	524	0

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

A quantidade de matrículas na Educação de Jovens e Adultos na Rede Pública em Guanhães é maior para as pessoas de 18 a 29 anos

Tabela 151 - Matrículas na Educação de Jovens e Adultos na Rede Pública em Guanhães /18 a 29 anos

Ano	Total	até 17 anos	de 18 a 29 anos	de 30 a 59 anos	60 anos ou mais
2007	1.083	147	508	390	38
2008	1.060	139	527	366	28
2009	946	106	454	370	16
2010	1.191	121	616	444	10
2011	1.189	134	614	423	18
2012	1.002	96	576	323	7
2013	979	74	524	374	7

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 152 - O Transporte escolar público / EJA é garantido e mantido pela rede Municipal

Ano	Municipal		Estadual	
2007	100%	25	0%	0
2008	100%	59	0%	0
2009	100%	69	0%	0
2010	100%	45	0%	0
2011	100%	153	0%	0
2012	100%	121	0%	0
2013	100%	135	0%	0

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 153 - Transporte escolar público / EJA Privada

Ano	Total	
2007	21,2%	14
2008	0%	0
2009	0%	0
2010	0%	0
2011	0%	0
2012	0%	0

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 154 - Transporte escolar público / EJA Pública

Ano	Total	
2007	1%	11
2008	5,6%	59
2009	7,3%	69
2010	3,8%	45
2011	12,9%	153
2012	12,1%	121
2013	13,8%	135

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 155 - Transporte escolar público / EJA Pública / Por poder público responsável

Ano	Municipal		Estadual	
2007	100%	11	0%	0
2008	100%	59	0%	0
2009	100%	69	0%	0
2010	100%	45	0%	0
2011	100%	153	0%	0
2012	100%	121	0%	0

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

As matrículas em Educação de Jovens e Adultos em unidades prisionais no município de Guanhães no período de 2007-2013 não foram realizadas nas redes públicas nem privadas.

7.3.8. PORCENTAGEM DE MATRÍCULAS NO PERÍODO NOTURNO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Tabela 156 - EJA - total

Ano	EJA diurno		EJA noturno	
2007	5,7%	66	94,3%	1.083
2008	0%	0	100%	1.060
2009	7,8%	74	92,2%	872
2010	34,8%	414	65,2%	777
2011	67,3%	800	32,7%	389
2012	62,5%	626	37,5%	376
2013	66,4%	650	33,6%	329

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 157 - EJA - Ensino Fundamental

Ano	EJA Fundamental diurno	EJA Fundamental noturno
2007	6,7%	66
2008	0%	0
2009	9,6%	74
2010	60,2%	414
2011	68,4%	453
2012	69,7%	354
2013	73,1%	372

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 158 - EJA - Ensino Médio

Ano	EJA Médio diurno	EJA Médio noturno
2007	0%	0
2008	0%	0
2009	0%	0
2010	0%	0
2011	65,8%	347
2012	55,1%	272
2013	59,1%	278

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 159 - Matrículas de idosos na Educação de Jovens e Adultos

Ano	Total
2007	39
2008	28
2009	16
2010	10
2011	18
2012	7
2013	7

Tabela 160 - Etapa

Ano	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2007	39	0
2008	28	0
2009	16	0
2010	6	4
2011	12	6
2012	5	2
2013	4	3

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 161 - Rede

Ano	Pública	Privada
2007	38	1
2008	28	0
2009	16	0
2010	10	0
2011	18	0
2012	7	0
2013	7	0

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Mesmo com o advento do FUNDEB, que ampliou a possibilidade de financiamento de programas de Educação de Jovens e Adultos, as matrículas nessa modalidade de ensino vêm caindo nos últimos anos. Experiências de programas mais ligados à formação profissional tem obtido algum sucesso e precisam ser acompanhados de perto. Mas é necessária a adoção de projetos pedagógicos diferenciados e específicos, capazes de atender à enorme diversidade do público que demanda por essa modalidade de ensino.

Em Guanhães não teve no intervalo 2007-2013 matrículas de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental, integradas à Educação profissional oferecida pelas Redes Federal, Estadual, Municipal e Privada.

A porcentagem de matrículas de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio, integradas à Educação Profissional acontece nos anos 2010 e 2011 pela Rede Estadual.

Tabela 162 - Rede

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	0%	0	0%	0
2008	0%	0	0%	0
2009	0%	0	0%	0
2010	0%	0	10,3%	52
2011	0%	0	9,7%	51
2012	0%	0	0%	0
2013	0%	0	0%	0

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Não houve matrículas na EJA integradas à Educação Profissional na etapa Ensino Fundamental nas Redes Federal, Estadual, Municipal e Privada no período 2007-2013 para a população rural, comunidades indígenas e nem para as comunidades em áreas remanescentes de quilombos (o município não tem área remanescente de quilombos) na forma Presencial e nem Semipresencial.

Guanhães não teve participação nas matrículas na EJA integrada à Educação Profissional das pessoas com deficiência nas Redes Municipal, Estadual, Federal e Privada.

Compõem a Rede Educacional de Guanhães as Redes Municipal, Estadual e Privada no Ensino Fundamental e Médio.

Outro atendimento inexistente no município são matrículas na EJA integrada à Educação Profissional em unidades prisionais no período 2007-2013.

Apesar do aumento de matrículas na Educação Profissional registrado nos últimos anos, escola e mundo do trabalho carecem de sintonia. As rápidas transformações proporcionadas pelas novas tecnologias e os novos perfis profissionais, que valorizam muito mais a criatividade e a capacidade de relacionar conhecimentos de forma interdisciplinar, na busca pela resolução de problemas, ainda são características pouco valorizadas nos cursos de formação profissional.

Além disso, a amarra das disciplinas obrigatórias sobrecarrega o Ensino Médio profissionalizante, pois o aluno é obrigado a cumprir não apenas as disciplinas relacionadas ao curso como também toda a carga do Ensino Médio regular, com a meta “*Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público*” os municípios contam com a parceria de escolas, do estado e da União para alcançar a meta almejada.

Em Guanhães a realidade não é muito diferente de outros municípios porque existe uma parcela da população localizada no campo que apresenta dificuldades para se matricularem em cursos de educação Profissional Técnica quando são ofertados e mesmo a população da zona urbana não está se matriculando quando são ofertados.

Campanhas de conscientização e envolvimento precisam ser articulados para ampliar a procura pelas modalidades existentes e criar mecanismos para aumentar a oferta dos cursos.

Tabela 163 – Matrículas de Educação Profissional Técnica.

Ano	Total
2007	0
2008	0
2009	133
2010	32
2011	243
2012	362
2013	91

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 164 - Forma de articulação com o Ensino Médio

Ano	Integrada	Concomitante	Subsequente
2007	0	0	0
2008	0	0	0
2009	0	0	133
2010	0	0	32
2011	0	8	235
2012	0	25	337
2013	0	50	41

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 165 - Rede

Ano	Pública	Privada
2007	0	0
2008	0	0
2009	0	133
2010	0	32
2011	0	243
2012	0	362
2013	57	34

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 166 - Localidade

Ano	Urbana	Rural
2007	0	0
2008	0	0
2009	133	0
2010	32	0
2011	243	0
2012	362	0
2013	91	0

Fonte: MEC/Inep/Idb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 167 - Novas matrícula de Educação Profissional Técnica na Rede Pública

Ano	Total
2013	57

Fonte: MEC/Inep/Idb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 168- Localidade

Ano	Rural	Urbana
2013	0	57

Fonte: MEC/Inep/Idb / Preparação: Todos Pela Educação

Não houve matrículas na Educação Profissional de nível Médio nas redes Privada, Pública e Federal em relação ao total de matrículas do Ensino Médio no município nos anos 2007-2013, nas formas de articulação com o Ensino Médio nas modalidades Integrada, concomitante e subsequente.

As matrículas de Educação Profissional técnica de nível médio na rede estadual foi apenas no ano 2013 totalizando 57 alunos, cuja forma de articulação com o Ensino Médio na modalidade Concomitante com 35 matrículas e Subsequente com 22.

No município de Guanhães não teve matrículas gratuitas de Educação Profissional técnica de nível médio, oferecidas pelo sistema sindical no período 2007-2013, tampouco por escolas mantidas exclusivamente por associação sindical / Convênio.

Até à presente data não existem escolas mantidas exclusivamente por associação sindical/Convênio com as redes Municipal e Estadual e nem Escolas mantidas pelos dois tipos de associações.

Tabela 168 - As escolas mantida exclusivamente por associação não sindical tiveram as seguintes matrículas:

Ano	Total
2007	0
2008	0
2009	133
2010	32
2012	362
2013	0

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 169 -Escolas mantidas exclusivamente por associação não sindical/ convênio

Ano	Municipal	Estadual	Municipal e Estadual
2007	0	0	0
2008	0	0	0
2009	0	133	0
2010	0	32	0
2011	243	0	0
2012	362	0	0
2013	0	0	0

Fonte: MEC/Inep/Iddeb / Preparação: Todos Pela Educação

Nas comunidades do campo, localizadas no município de Guanhães não houve entre 2007-2013 matrículas na Educação Profissional de nível médio no campo nas Redes Pública e Privada por modo de articulação com o Ensino Médio nas modalidades Integrada, Concomitante e Subsequente.

Neste mesmo intervalo citado no parágrafo anterior não teve matrículas na Educação Profissional de nível médio na Educação Indígena e quilombola nas Redes Pública e Privada por modo de articulação com o Ensino Médio nas modalidades Integrada, Concomitante e Subsequente.

Ressalta-se que no período 2007-2013 não teve comunidades Indígenas e nem em áreas remanescentes de Quilombos localizadas no município de Guanhães para atendimento educacional nas Redes Pública e Rede Privada.

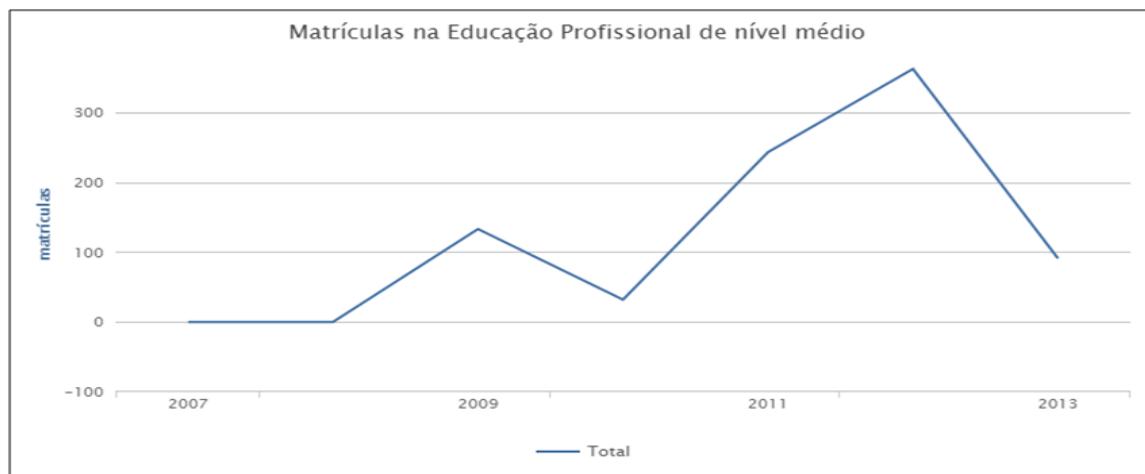
Apenas no ano 2012 houve na Rede Privada de Guanhães 01 (uma) matrícula na Educação Profissional de nível médio das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na modalidade Subsequente.

Tabela 170 - A Relação aluno/professor na Educação Profissional por Rede ficou da seguinte forma:

Ano	Todas as redes	Estadual	Privada
2009	6		6
2010	2,5		2,5
2011	18,7		18,7
2012	21,3		21,3
2013	7	7,1	6,8

Fonte: MEC/Inep/Ideb / Preparação: Todos Pela Educação

Gráfico 63 - As Matrículas na Educação Profissional de nível médio oscilou nos anos 2007-2013, conforme mostra gráfico abaixo:



Nos anos 2007 e 2008 não teve matrículas. No ano 2009 foram 133, caiu para 32 matrículas em 2010. Em 2011 aumentou para 243, 2012 houve mais um aumento para 362 e em 2013 foram realizadas 91 matrículas. De acordo com o número informado as matrículas separadas por Raça/Cor ficou da seguinte forma:

Gráfico 64 - Matrículas na educação profissional de nível médio

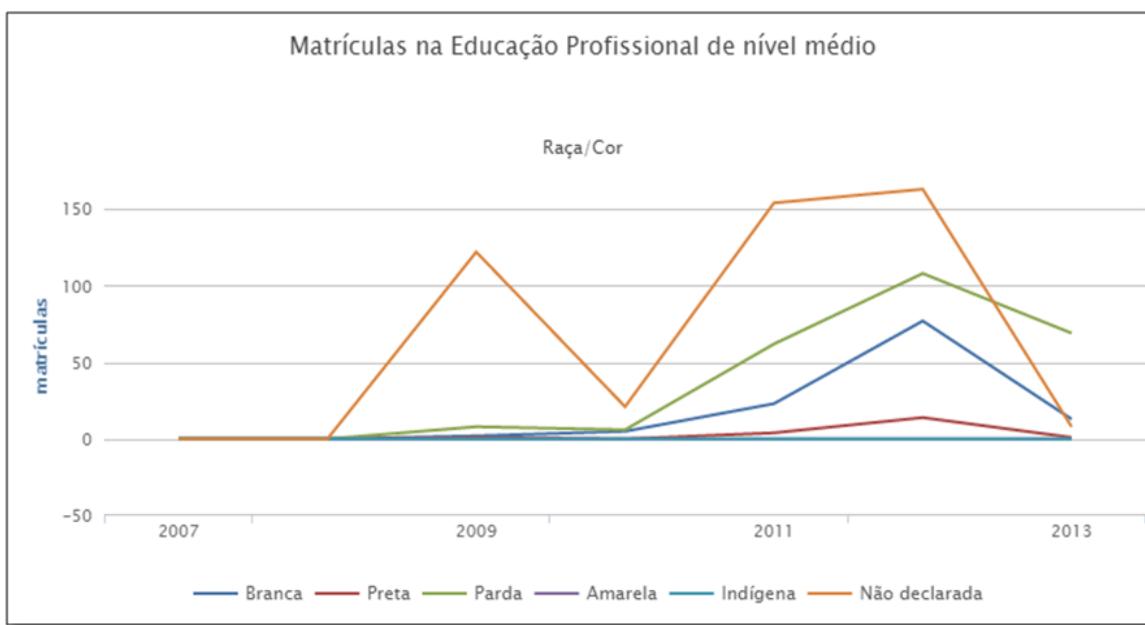


Tabela 171- Raça/Cor

Ano	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não declarada
2007	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0
2009	2	1	8	0	0	122
2010	5	0	6	0	0	21
2011	23	4	62	0	0	154
2012	77	14	108	0	0	163
2013	13	1	69	0	0	8

Fonte: MEC/Inep/Idb / Preparação: Todos Pela Educação

Expandir o acesso ao Ensino Superior é um grande desafio para aumentar a escolaridade média da população. Promover a interiorização das instituições, aumentar o número de vagas e criar mecanismos de inclusão de populações marginalizadas são algumas medidas que devem ser desenvolvidas para que a meta seja atingida.

Um dos passos mais importantes para garantir um Ensino Superior de qualidade é ter um bom quadro de profissionais dando aulas. Aumentar a quantidade de mestres e doutores dando aulas nas universidades e faculdades brasileiras, inclusive no setor privado, é um desafio para se garantir o melhor aprendizado para os alunos.

O Brasil ainda é um país que forma poucos mestres e doutores proporcionalmente à sua população. Mudar essa realidade garante que os profissionais brasileiros estejam mais qualificados para o mercado de trabalho, inclusive aqueles ligados à Educação. Aumentar a oferta e qualidade dos cursos presenciais e à distância de pós-graduação é o desafio para os próximos anos.

Tabela 172 - Porcentagem de alunos de cursos de graduação presenciais beneficiários do FIES

Ano	Total	
2011	8,2%	22
2012	8,5%	21

Fonte: MEC/Inep/Idb / Preparação: Todos Pela Educação

Atualmente, apenas 30% dos professores da Educação Básica possuem Pós-Graduação, segundo dados do Censo Escolar. A deficiência na formação inicial de nossos docentes é um dos grandes entraves na melhoria da qualidade da educação. Nesse sentido, a formação continuada representa um grande aliado, na medida em que possibilita que o professor supra lacunas na sua formação inicial ao mesmo tempo em que se mantém em constante aperfeiçoamento em sua atividade profissional.

É importante que o MEC cumpra seu papel de fiscalizador, assegurando uma qualidade mínima para os cursos de pós-graduação ofertados. Levantamento realizado pela revista Nova Escola com os dados divulgados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no fim de 2010 sobre os 165 programas de mestrado e doutorado nas áreas de Educação e Ensino revelou que 40% deles são considerados de nível bom - o que equivale à nota 4, numa escala de 1 a 7. Outros 38% foram classificados como “regulares”. Apenas 20% obtiveram nota acima de 5.

A instituição de diferentes medidas pelo governo federal a partir dos anos 2000, como a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica (2004) e a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (2009), indicam que o MEC vem assumindo postura de responsabilização do poder público pelo desempenho e pela carreira dos professores da educação básica; acena ainda como horizonte para a instituição de um sistema nacional de educação. Essa questão reveste-se de especial complexidade dado o tamanho continental do País e o regime de pluralidade entre os entes federados, que incluem União, Estados e Municípios.

Tabela 173 - Porcentagem de professores da Educação Básica com Pós-Graduação.

Ano	Total do indicador	
2007	14,4%	52
2008	33,4%	123
2009	28,7%	104
2010	27,7%	96
2011	27,1%	95
2012	30,4%	106
2013	31,2%	123

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 174- Rede

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Privada

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 175 - Tipo de pós-graduação.

Ano	Especialização	Mestrado		Doutorado	
2007	14,4%	52	0%	0	0%
2008	32,9%	121	0,8%	3	0%
2009	28,1%	102	0,6%	2	0%
2010	27,1%	94	1,2%	4	0%
2011	26,8%	94	0,9%	3	0%
2012	30,1%	105	0,6%	2	0%
2013	31,2%	123	0,3%	1	0%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 176 - Etapa / Educação Infantil.

Ano	Todas as redes		Municipal		Estadual		Federal		Privada	
2007	7,1%	3	0%	0		0		0	17,6%	3
2008	25,6%	11	26,9%	7		0		0	27,8%	5
2009	31%	13	32%	8		0		0	27,8%	5
2010	18,4%	7	16%	4		0		0	23,1%	3
2011	31,6%	12	32%	8		0		0	35,7%	5
2012	24,4%	11	21,9%	7		0		0	35,7%	5
2013	31,8%	14	34,4%	11		0		0	23,1%	3

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 177 - Etapa / Ensino Fundamental - Anos Inicias.

Ano	Todas as redes		Municipal		Estadual		Federal		Privada	
2007	14,8%	20	22,7%	10	11%	8		0	14,3%	3
2008	33,1%	45	51%	26	23,5%	16		0	28,6%	6
2009	25%	31	30,4%	17	20,8%	11		0	26,3%	5
2010	29,7%	35	34,5%	20	28,6%	14		0	29,4%	5
2011	29,8%	36	32,8%	21	24,4%	11		0	35,3%	6
2012	41,5%	49	48,5%	33	34,2%	13		0	33,3%	6
2013	45%	50	50,8%	32	34,2%	13		0	50%	8

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 178 - Etapa / Ensino Fundamental - Anos Finais.

Ano	Todas as redes		Municipal		Estadual		Federal		Privada	
2007	17,2%	29	0%	0	20,9%	27		0	10%	3
2008	35,8%	59	35%	7	37,3%	47		0	39,3%	11
2009	33,5%	54	27,8%	5	37,9%	47		0	34,5%	10
2010	33,8%	52	30,8%	4	35%	42		0	35,7%	10
2011	30,9%	47	25%	3	27,5%	33		0	53,8%	14
2012	27,3%	44	41,2%	7	24,2%	30		0	42,3%	11
2013	27,7%	46	21,4%	3	25,9%	35		0	50%	14

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 179 - Etapa / Ensino Médio.

Ano	Todas as redes	Municipal	Estadual	Federal	Privada
2007	12%	11	0	13,3%	10
2008	34,3%	34	0	33,7%	28
2009	31,8%	35	0	30,4%	28
2010	28,7%	33	0	28,9%	28
2011	24%	29	0	20,8%	21
2012	25,4%	30	0	22,1%	21
2013	31,3%	41	0	31,5%	35

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Professores devem ser tratados e valorizados como profissionais e não como abnegados que trabalham apenas por vocação. A diferença salarial entre professores e demais profissionais com mesmo nível de instrução é inaceitável. Enquanto salário e carreira não forem atraentes, o número de jovens dispostos a seguir a carreira do magistério continuará sendo baixo. Elevar os salários do magistério é opção mais política do que técnica. Implica em mudar prioridades e passar a enxergar a Educação como a principal fonte sustentável de desenvolvimento econômico e social de um país.

Gráfico 65 - Vencimento dos Profissionais do Magistério de Guanhães/MG

Figura 11 – Gratificações

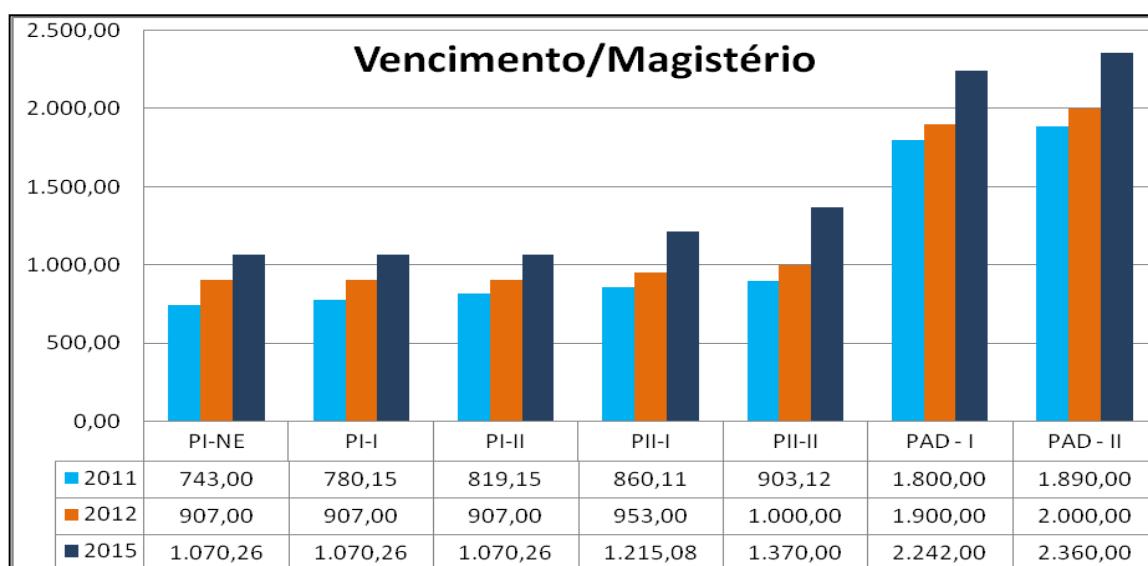




Tabela 180 - Porcentagem de professores por quantidade de estabelecimentos em que trabalham

Rede Pública / Total

Ano	1 estabelecimento	2 estabelecimentos	3 ou mais estabelecimentos
2007	6,6%	32	21,8%
2008	75,7%	234	23,3%
2009	69,7%	205	27,9%
2010	73,8%	211	24,1%
2011	72,6%	212	25%
2012	74%	211	23,9%
2013	73,3%	253	23,5%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 181 - Rede Pública / Municipal.

Ano	1 estabelecimento	2 estabelecimentos	3 ou mais estabelecimentos
2007	78,6%	21,4%	0%
2008	76,4%	23,6%	0%
2009	67,3%	31,7%	1%
2010	71,4%	27,6%	1%
2011	70,2%	29,8%	0%
2012	66,7%	32,5%	0,9%
2013	75,2%	23%	1,8%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 182 - Rede Pública / Estadual.

Ano	1 estabelecimento	2 estabelecimentos	3 ou mais estabelecimentos
2007	71,1%	155	26,6%
2008	70,2%	153	28,4%
2009	67,5%	135	29,5%
2010	69,5%	141	27,6%
2011	68,5%	139	28,1%
2012	71,4%	135	25,4%
2013	69,1%	168	26,3%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 183 - Rede Pública / Federal – Não consta

Ano	1 estabelecimento	2 estabelecimentos	3 ou mais estabelecimentos

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Além de assegurar a existência de planos de carreira em todos os sistemas públicos de ensino, é imprescindível que os planos sejam atraentes e deem condições ao professor de planejar seu futuro com mais segurança e de modo que possa buscar cada vez mais aperfeiçoamento. Um bom plano de carreira deve, por exemplo, permitir que um bom professor possa progredir na carreira sem a necessidade de deixar a sala de aula. Hoje, para a maioria dos professores, subir na carreira significa envelhecer.

Tabela 184 - Existência de ações de regulamentação e de valorização da carreira do magistério.

Ano	Adota medidas de valorização?
2006	Não
2009	Sim

Fonte: IBGE/Municipal

Tabela 185 - Porcentagem de professores da Rede Pública ocupantes de cargos de provimento efetivo.

Ano	Total	Municipal	Estadual	Federal
2011	76,7%	224	93,3%	97
2012	84,9%	242	90,4%	103
2013	86,4%	298	88,5%	100

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 186 - Existência de ações de regulamentação e de valorização da carreira do magistério.

Ano	Adota medidas de valorização?
2006	Não
2009	Sim

Fonte: IBGE/Municipal

Tabela 187 - Porcentagem de professores da Rede Pública ocupantes de cargos de provimento efetivo/Rede Pública.

Ano	Total	Municipal	Estadual	Federal
2011	76,7%	224	93,3%	97
2012	84,9%	242	90,4%	103
2013	86,4%	298	88,5%	100

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 188 - Existência de instrumentos de Gestão Democrática nos municípios.

Ano	Conselho do FUNDEB	Conselho Escolar	Conselho Alimentar Escolar	Conselho de Transporte Escolar
2011	Sim	Sim	Sim	Não

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 189 - Existência de Conselho Municipal de Educação.

Ano	Possui Conselho Municipal de Educação?	O Conselho Municipal de Educação realizou reunião nos últimos 12 meses?
2006	Sim	
2009	Sim	Sim
2011	Sim	Não

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) - 2006, 2009, 2011 / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 190 - Caráter do Conselho Municipal de Educação.

Ano	Deliberativo	Fiscalizador	Normativo	Consultivo
2006	Não	Não	Não	Sim
2009	Não	Não	Não	Sim
2011	Não	Não	Não	Sim

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) - 2006, 2009, 2011 / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 191 - Existência de Conselho Municipal de Educação.

Ano	Possui Conselho Municipal de Educação?	O Conselho Municipal de Educação realizou reunião nos últimos 12 meses?
2006	Sim	
2009	Sim	Sim
2011	Sim	Não

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) - 2006, 2009, 2011 / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 192 - Caráter do Conselho Municipal de Educação.

Ano	Deliberativo	Fiscalizador	Normativo	Consultivo
2006	Não	Não	Não	Sim
2009	Não	Não	Não	Sim
2011	Não	Não	Não	Sim

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) - 2006, 2009, 2011 / Preparação: Todos Pela Educação

Para financiamento na educação ainda não há um indicador principal. Isto ocorre porque não há dados disponíveis de investimento público em educação apurados de acordo com o instituído pelo PNE.

Tabela 193 - Existência de Fundo Municipal de Educação.

Ano	Existe Fundo Municipal de Educação
2006	Não
2009	Sim
2011	Sim

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) - 2006, 2009, 2011 / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 27- Aplicação em Educação Municipal/2014

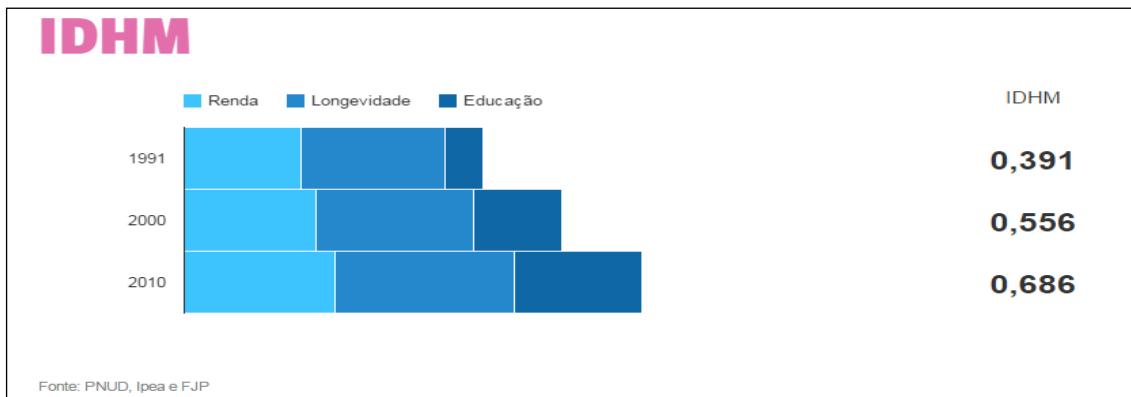
Município: Guanhães											
UF: MG											
Ano: 2014											
Origens do FUNDEB											
Mês	FPE	FPM	IPI-EXP	ICMS	Complementação da União	Lei Complementar Nº 87	ITR	IPVA	ITCMD	Total	
01	43.225,70	133.195,76	7.631,02	423.776,06	0,00	2.663,69	607,68	183.761,91	4.928,74	799.790,56	
02	46.158,72	142.233,58	6.460,60	375.842,85	0,00	2.663,69	157,80	74.786,41	4.753,54	653.057,19	
03	27.381,12	84.372,26	6.312,85	387.874,91	0,00	0,00	98,03	68.993,53	5.538,22	580.570,92	
04	31.250,95	96.296,72	6.883,61	392.504,63	0,00	2.663,69	142,07	43.710,38	6.552,31	580.004,36	
05	41.645,74	128.327,23	7.487,05	385.390,58	0,00	2.663,69	153,15	19.738,23	6.589,94	591.995,61	
06	31.231,61	96.237,16	7.131,02	389.982,54	0,00	2.663,69	118,48	16.321,51	6.233,98	549.919,99	
07	26.824,01	82.655,54	7.325,77	403.876,23	0,00	2.663,69	160,92	19.704,58	5.838,93	549.049,67	
08	32.586,60	100.412,39	7.551,26	394.540,38	0,00	2.663,69	269,72	13.820,45	7.101,32	558.945,81	
09	28.564,88	88.019,86	7.106,13	428.367,13	0,00	2.663,69	910,85	13.045,39	7.981,38	576.659,31	
10	26.996,75	83.187,85	7.610,07	421.208,71	0,00	2.663,69	7.382,35	8.717,74	6.632,92	564.400,08	
11	35.733,65	110.109,75	8.738,62	438.800,83	0,00	2.663,69	814,50	6.345,53	8.278,02	611.484,59	
12	39.250,80	120.947,49	8.622,48	425.914,37	0,00	5.327,38	982,03	14.562,75	10.696,52	626.303,82	
	410.850,53	1.265.995,59	88.860,48	4.868.079,22	0,00		31.964,28	11.797,58	483.508,41	81.125,82	7.242.181,91

A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15 % (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

A partir 2007, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96 e do ITR, já estão descontados da parcela destinada ao FUNDEB.

9. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL.

Gráfico 66 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.



9.1. COMPONENTES

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Guanhães é 0,686, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,820, seguida de Renda, com índice de 0,683, e de Educação, com índice de 0,576.

Tabela 194 - Índice de desenvolvimento humano municipal e seus componentes – Guanhães

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,172	0,401	0,576
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	16,82	25,40	40,41
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	34,20	76,57	93,84
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	24,29	64,05	89,24
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	4,82	37,33	55,77
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	6,44	23,66	36,36
IDHM Longevidade	0,657	0,715	0,820
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,39	67,89	74,22
IDHM Renda	0,528	0,598	0,683
Renda per capita (em R\$)	213,99	330,76	560,99

9.2. EVOLUÇÃO

Entre 2000 e 2010:

O IDHM passou de 0,556 em 2000 para 0,686 em 2010 - uma taxa de crescimento de 23,38%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 01, foi reduzido em 70,72% entre 2000 e 2010.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,175), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 e 2000:

O IDHM passou de 0,391 em 1991 para 0,556 em 2000 - uma taxa de crescimento de 42,20%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 72,91% entre 1991 e 2000.

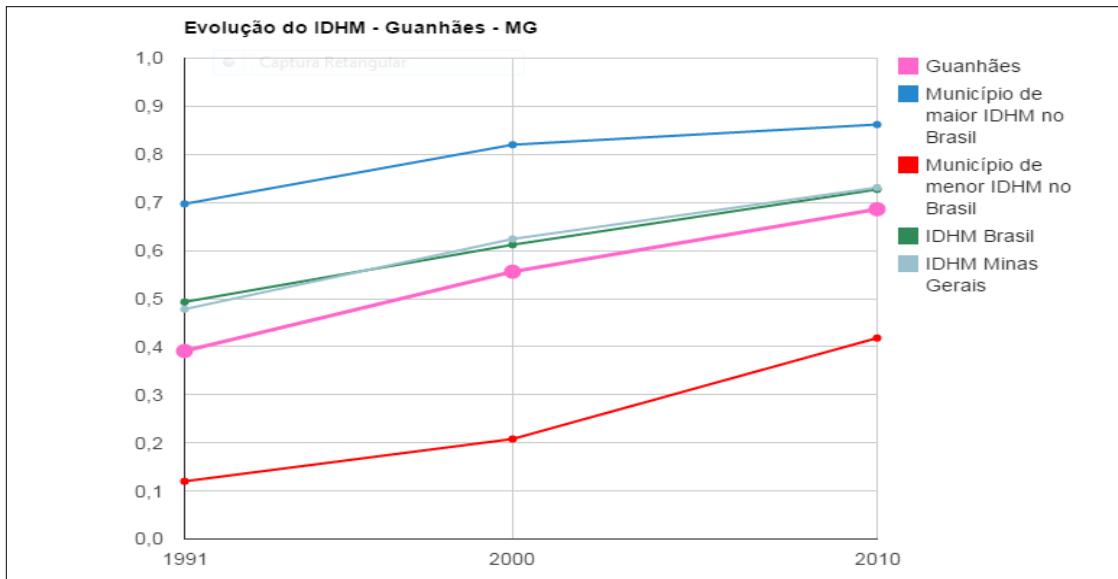
Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,229), seguida por Renda e por Longevidade.

Entre 1991 e 2010:

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,391, em 1991, para 0,686, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 75,45% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 51,56% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,404), seguida por Longevidade e por Renda.

Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Gráfico 67 – Evolução do IDHM – Guanhães – MG.



9.3. RANKING

Guanhães ocupa a 2282^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

9.4. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

9.4.1. DEMOGRAFIA

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 1,10% ao ano, passando de 28.022 para 31.262 habitantes. Essa taxa foi superior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,93% ao ano e superior à cifra de 1,06% ao ano da Região Sudeste.

Gráfico 68 - Taxa de crescimento anual por área selecionada - 2000 e 2010

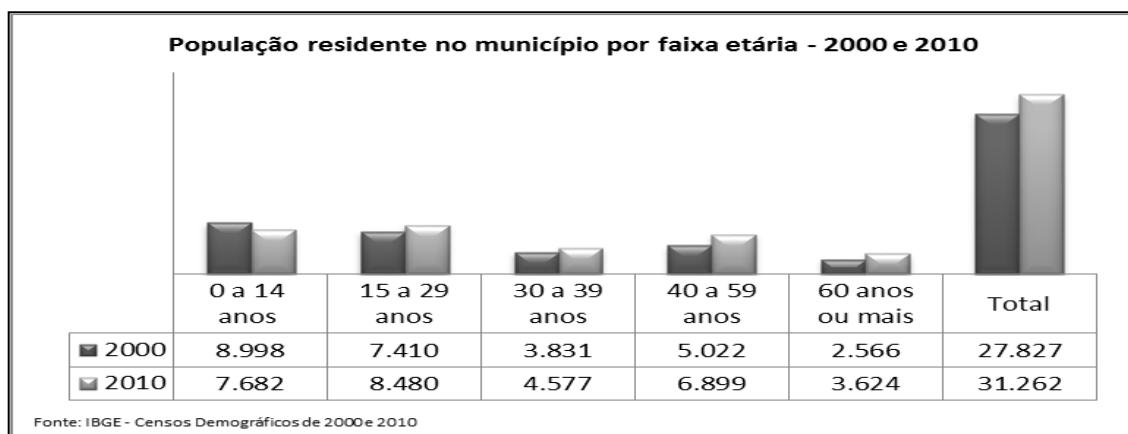


A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 75,46% e em 2010 passou a representar 81,32% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 3,5% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 9,2% da população, já em 2010 detinha 11,6% do total da população municipal.

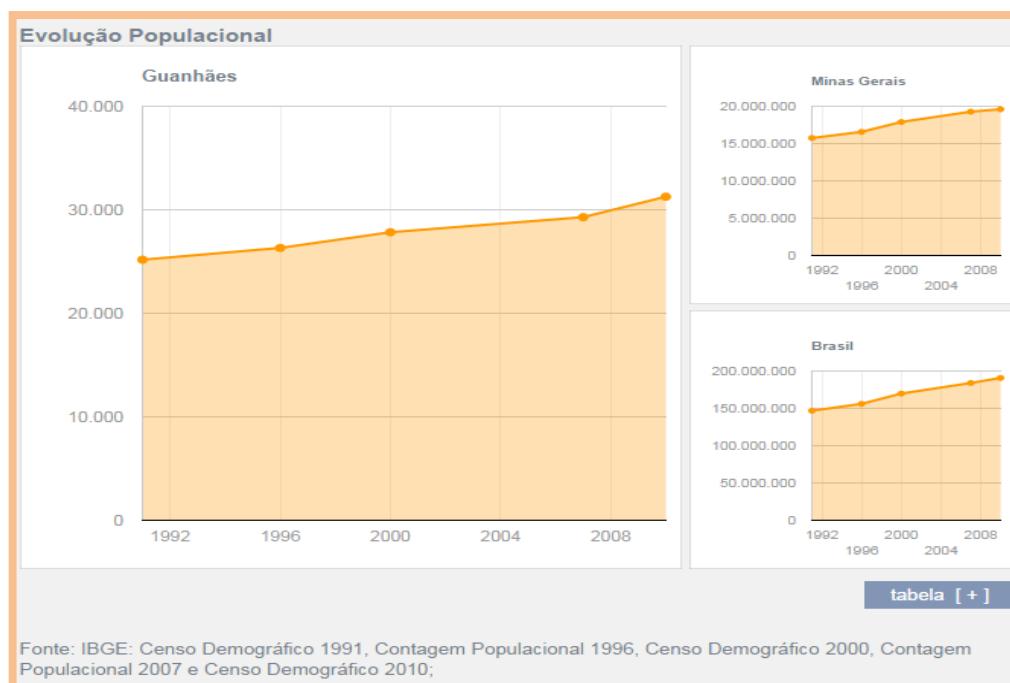
O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -1,6% ao ano. Crianças e jovens detinham 32,1% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 8.998 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 24,6% da população, totalizando 7.682 habitantes.

Gráfico 69 - População residente no município por faixa etária - 2000 e 2010



A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 2,07% ao ano), passando de 16.263 habitantes em 2000 para 19.956 em 2010. Em 2010, este grupo representava 63,8% da população do município.

Gráfico 70 - População



Fonte: IBGE, PNUD e DATASUS

Entre 2000 e 2010, a população de Guanhães cresceu a uma taxa média anual de 1,17%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 75,24% para 81,32%. Em 2010 viviam no município, 31.262 pessoas.

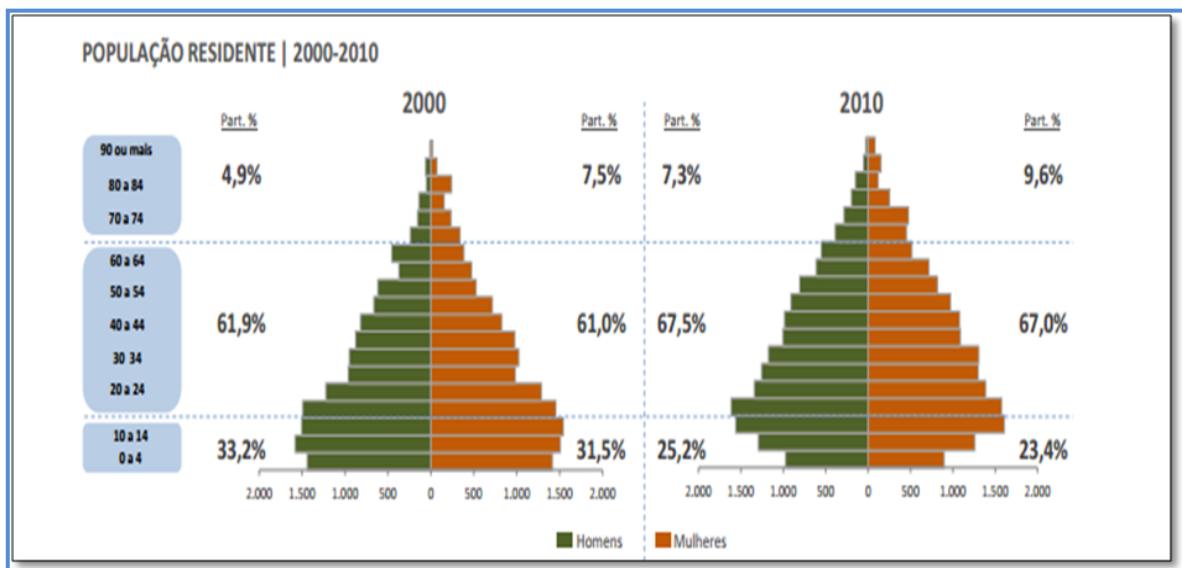
Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 1,12%. Na UF, esta taxa foi de 1,43%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 68,05% para 75,24%.

Tabela 195 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana – Guanhães/MG

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Popu. total	25.173	100,00	27.828	100,00	31.262	100,00
Homens	12.298	48,85	13.647	49,04	15.201	48,62
Mulheres	12.875	51,15	14.181	50,96	16.061	51,38
Urbana	17.130	68,05	20.938	75,24	25.421	81,32
Rural	8.043	31,95	6.890	24,76	5.841	18,68

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Gráfico 71 16 - População residente 2000-2010



Fonte: IBGE, PNUD e DATASUS

9.4.2. ESTRUTURA ETÁRIA

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência²⁰ no município passou de 63,33% para 48,94% e a taxa de envelhecimento²¹, de 6,44% para 8,29%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 73,22% e 5,69%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,94% em 2000 e 45,92% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

²⁰Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).

²¹Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

Tabela 196 - Estrutura Etária da População – Guanhães/MG

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	9.208	36,58	8.998	32,33	7.682	24,57
15 a 64 anos	14.532	57,73	17.038	61,23	20.989	67,14
65 anos ou mais	1.433	5,69	1.792	6,44	2.591	8,29
Razão de dependência	73,22		63,33		48,94	-
Índice de envelhecimento	5,69		6,44		8,29	-

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Gráfico 72 – Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade – Guanhães / MG.

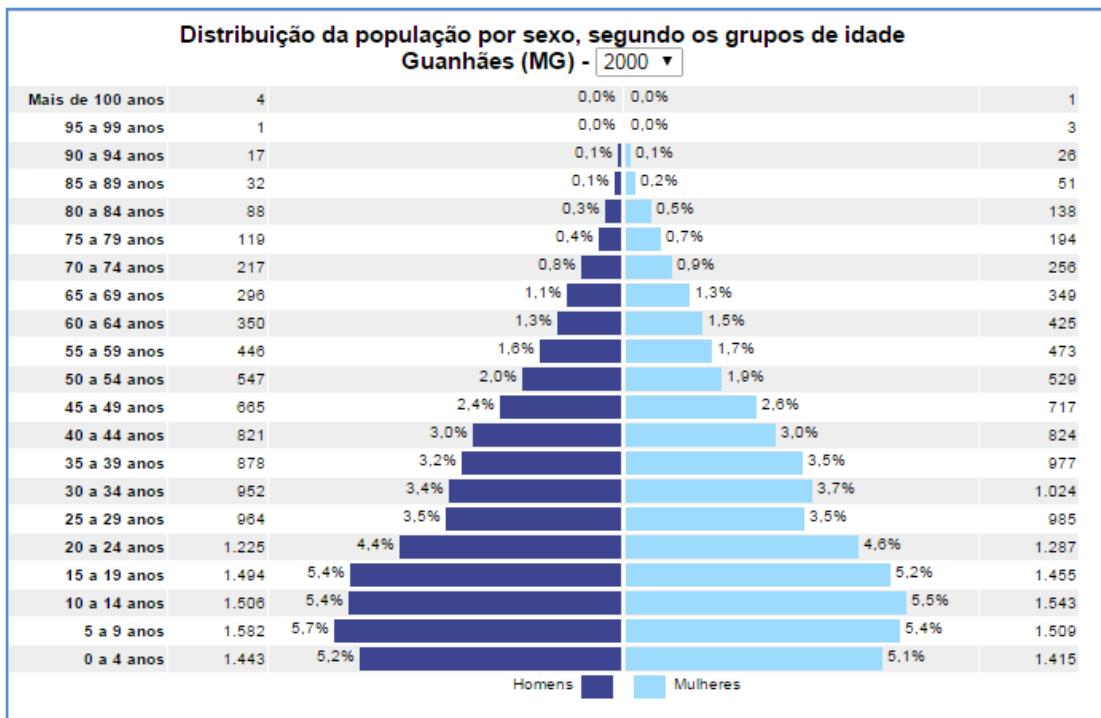


Gráfico 73 – Pirâmide Etária

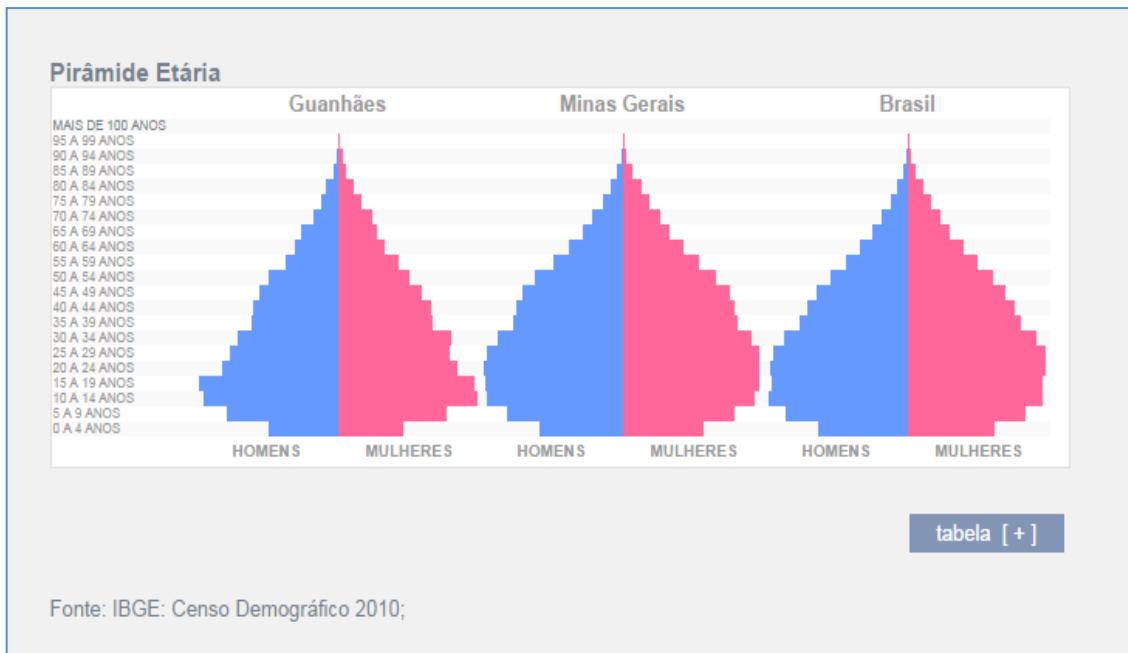


Gráfico 74 – Estrutura Etária da População

Estrutura Etária da População - Guanhães - MG						
Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	9.208	36,58	8.998	32,33	7.682	24,57
15 a 64 anos	14.532	57,73	17.038	61,23	20.989	67,14
População de 65 anos ou mais	1.433	5,69	1.792	6,44	2.591	8,29
Razão de dependência	73,22	0,29	63,33	0,23	48,94	0,16
Taxa de envelhecimento	-	5,69	-	6,44	-	8,29

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

9.4.3. LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 35,4 por mil nascidos vivos, em 2000, para 16,6 por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 41,2. Já na UF, a taxa era de 15,1, em 2010, de 27,8, em 2000 e 35,4, em 1991. Entre 2000 e 2010, a

taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 por mil nascidos vivos para 16,7 por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 por mil nascidos vivos.

Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

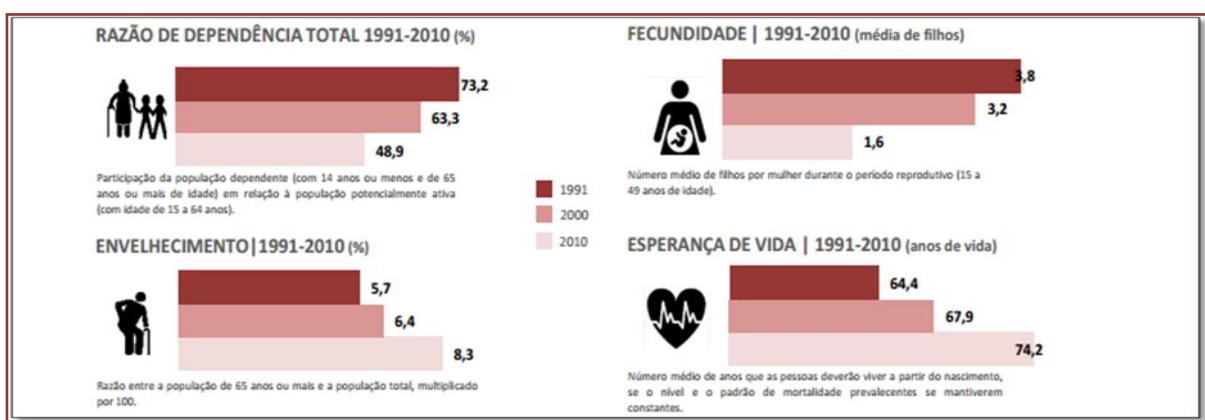
Tabela 197 - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Guanhães/MG

	1991	2000	010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,4	67,9	4,2
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	41,2	35,4	6,6
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	52,8	38,8	9,3
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	3,8	3,2	,6

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 6,3 anos na última década, passando de 67,9 anos, em 2000, para 74,2 anos, em 2010. Em 1991, era de 64,4 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

Gráfico 75 - Expectativa de vida.



8.3.2. HABITAÇÃO

Gráfico 76 - População

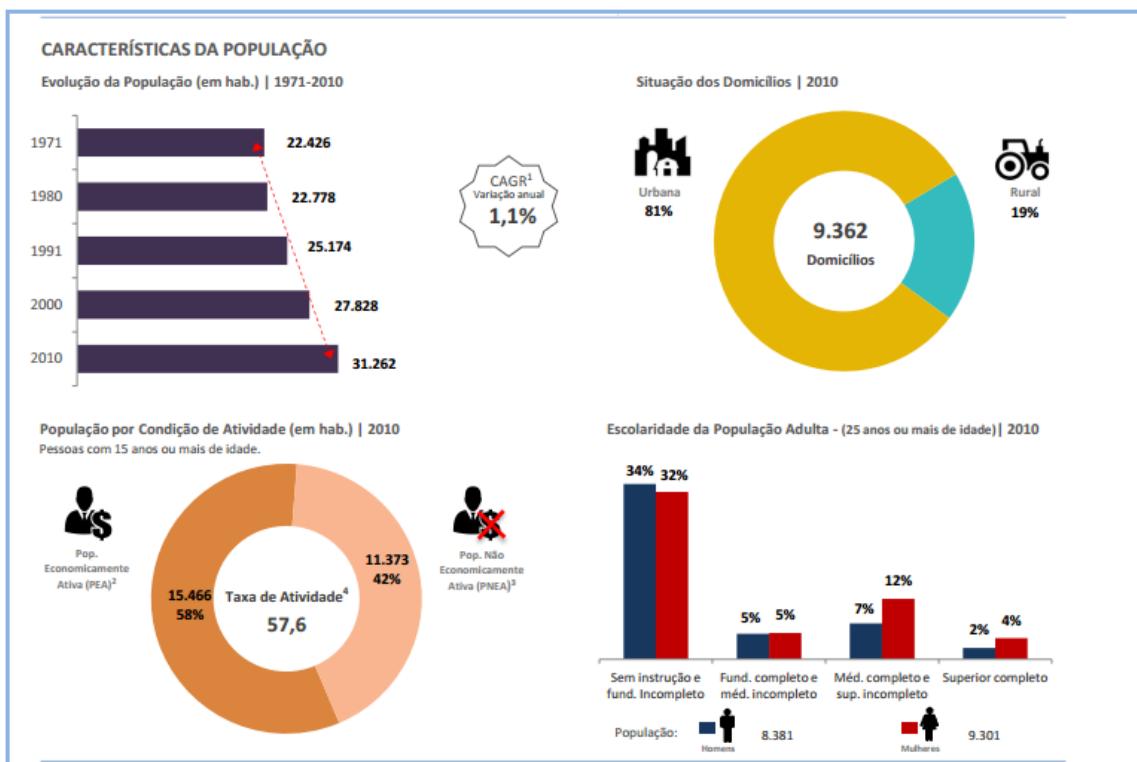


Tabela 198 - Indicadores de Habitação - Guanhães - MG

	991	000	010
% da população em domicílios com água encanada	7,30	0,77	4,17
% da população em domicílios com energia elétrica	7,54	0,76	8,84
% da população em domicílios com coleta de lixo. *Somente para população urbana. *Somente para população urbana	2,08	5,50	6,74

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Para saber mais acerca da temática demográfica do seu município, consulte o aplicativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>

9.4.4. ASPECTOS SOCIAIS

Gráfico 77 - Perfil social

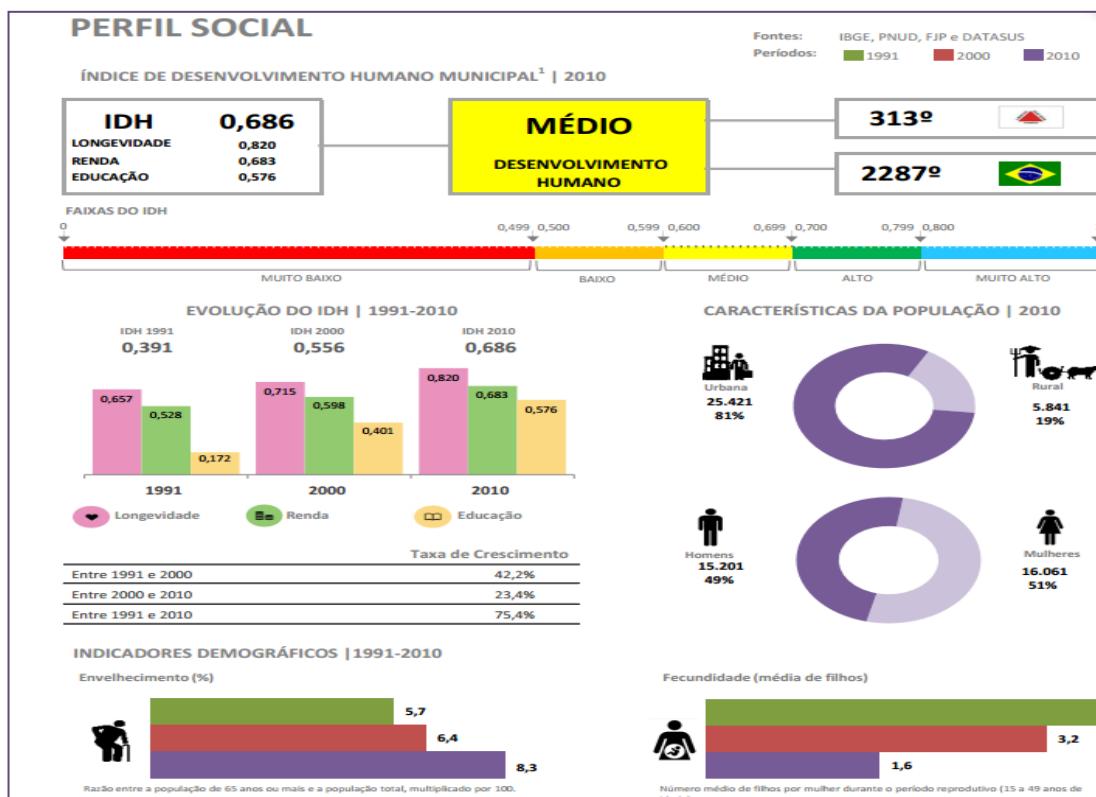
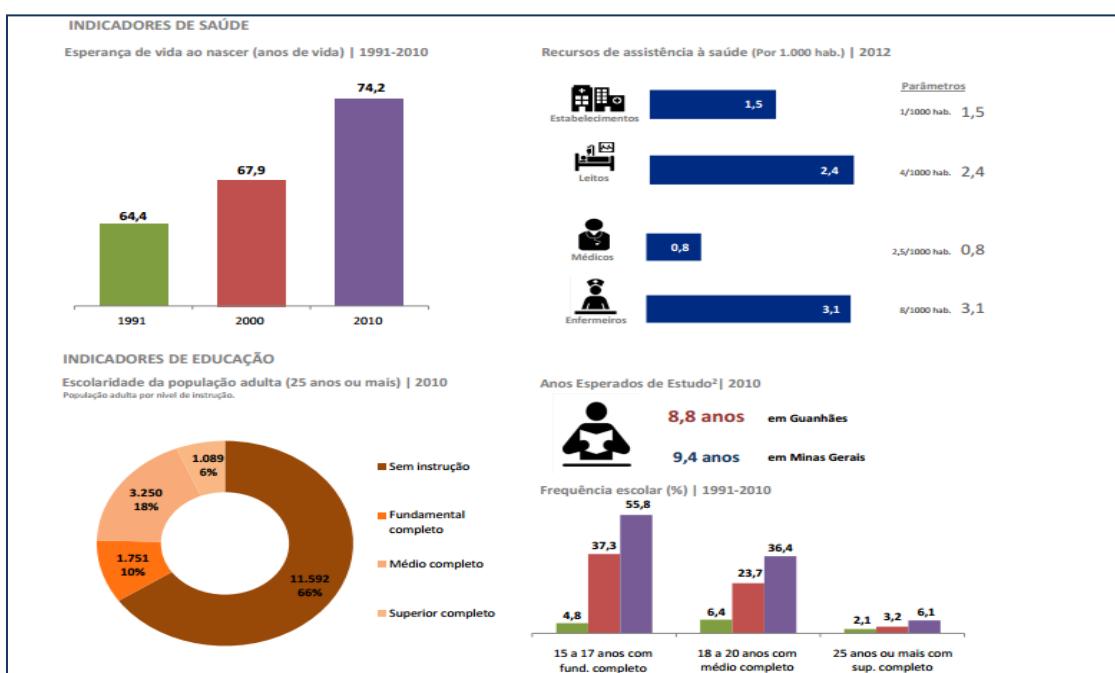


Gráfico 78 – Indicadores de Saúde.



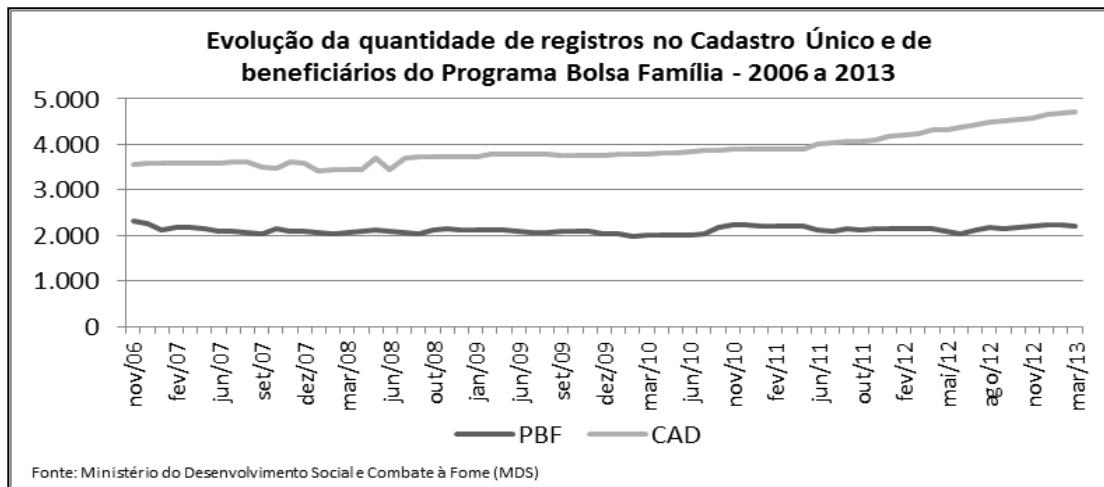
9.4.5. POBREZA E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 31.262 residentes, dos quais 1.384 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 4,4% da população municipal viviam nessa situação. Do total de extremamente pobres, 531 (38,4%) viviam no meio rural e 853 (61,6%) no meio urbano.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utilizam as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 4.717 famílias registradas no Cadastro Único e 2.197 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (46,58% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o seu município:

Gráfico 79 – Evolução da quantidade de registro no Cadastro Único e de Beneficiários do Programa Bolsa Família – 2006 a 2013.



O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir no Bolsa Família, as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 101 famílias em situação de extrema pobreza.

9.4.6. RENDA

A renda per capita média de Guanhães cresceu 162,16% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 213,99, em 1991, para R\$ 330,76, em 2000, e para R\$ 560,99, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 5,20%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,96%, entre 1991 e 2000, e 5,43%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 53,45%, em 1991, para 40,65%, em 2000, e para 18,20%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini²², que passou de 0,55, em 1991, para 0,57, em 2000, e para 0,56, em 2010.

Tabela 199 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Guanhães - MG

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	213,99	330,76	560,9
% de extremamente pobres	28,41	15,75	4,33
% de pobres	53,45	40,65	18,20
Índice de Gini	0,55	0,57	0,56

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

²² É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Gráfico 80 – Indicadores de Renda

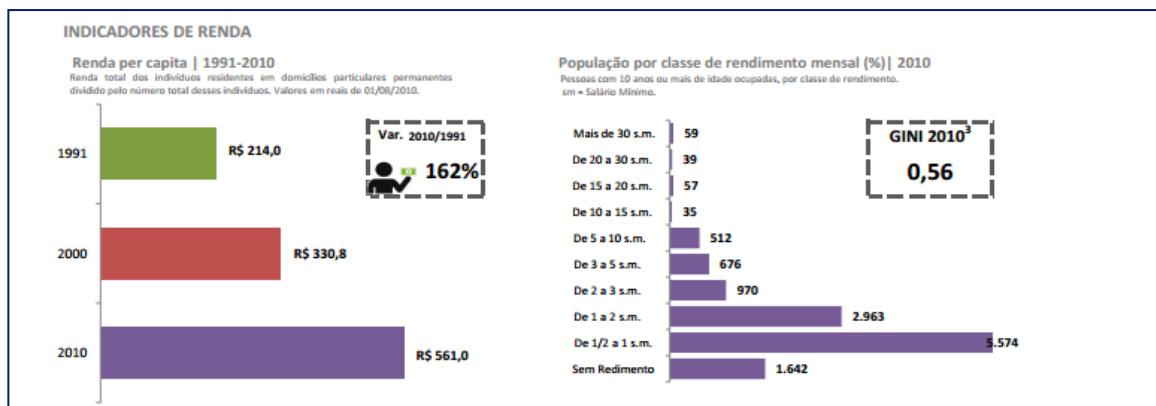
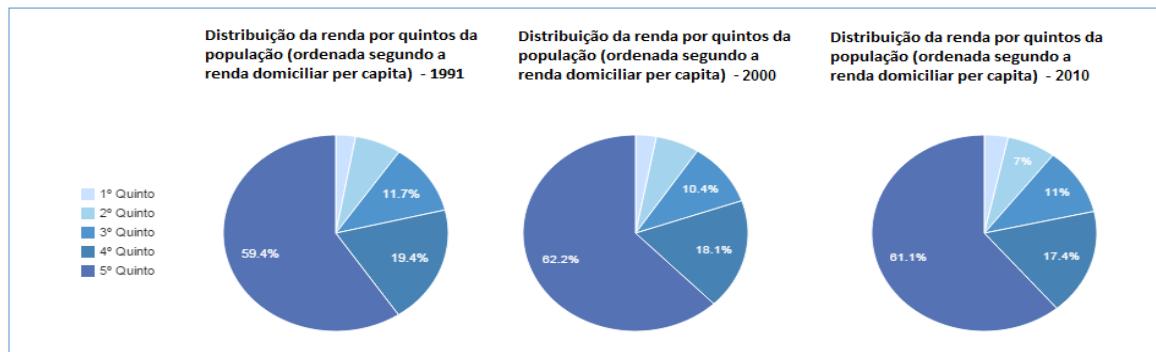


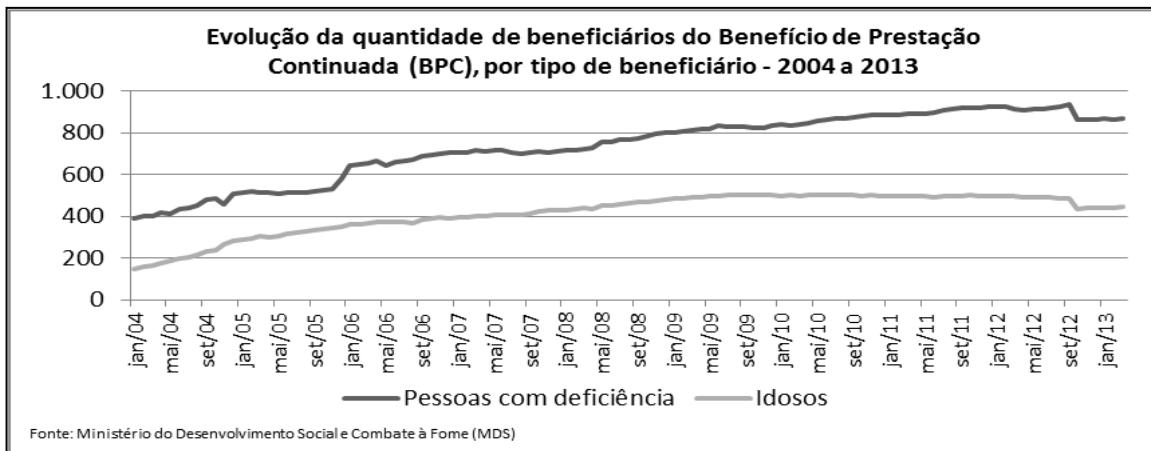
Gráfico 81 - Distribuição de Renda



9.4.7. ASSISTÊNCIA SOCIAL

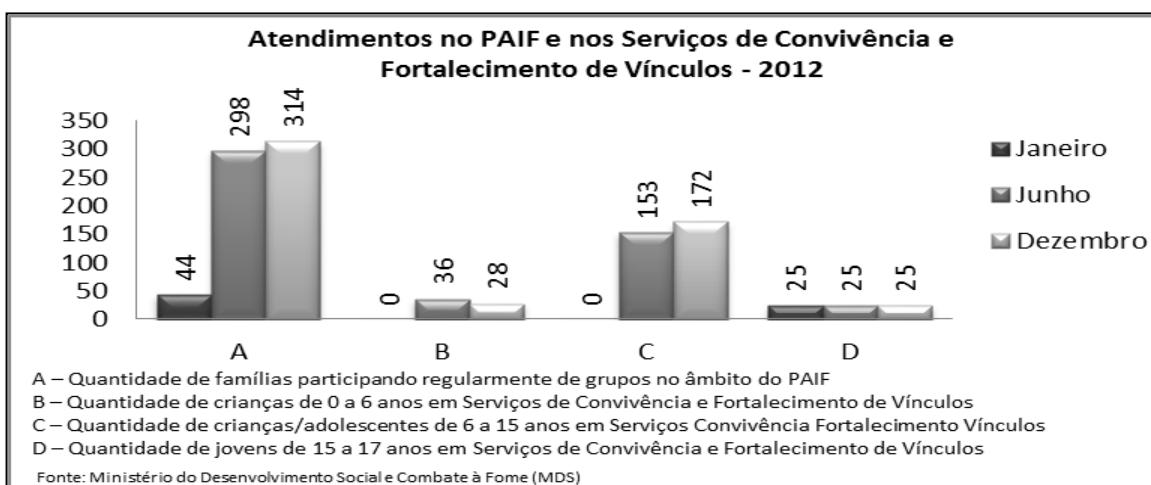
Os atendimentos realizados no âmbito da rede sócio assistencial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do seu município. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. No seu município, o gráfico abaixo confere informações acerca da quantidade de beneficiários de BPC considerando o período de 2004 a 2013, por tipo de beneficiário:

Gráfico 82 – Evolução da quantidade de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), por tipo de beneficiário – 2004 a 2013.



Além do BPC, a Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O gráfico abaixo apresenta os principais indicadores de atendimento nesse âmbito, considerando os dados coletados no Censo SUAS do MDS para o ano de 2012:

Gráfico 83 – Atendimento no PAIF e nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos – 2012.



9.4.8..VULNERABILIDADE SOCIAL

Tabela 200 - Vulnerabilidade Social - Guanhães - MG

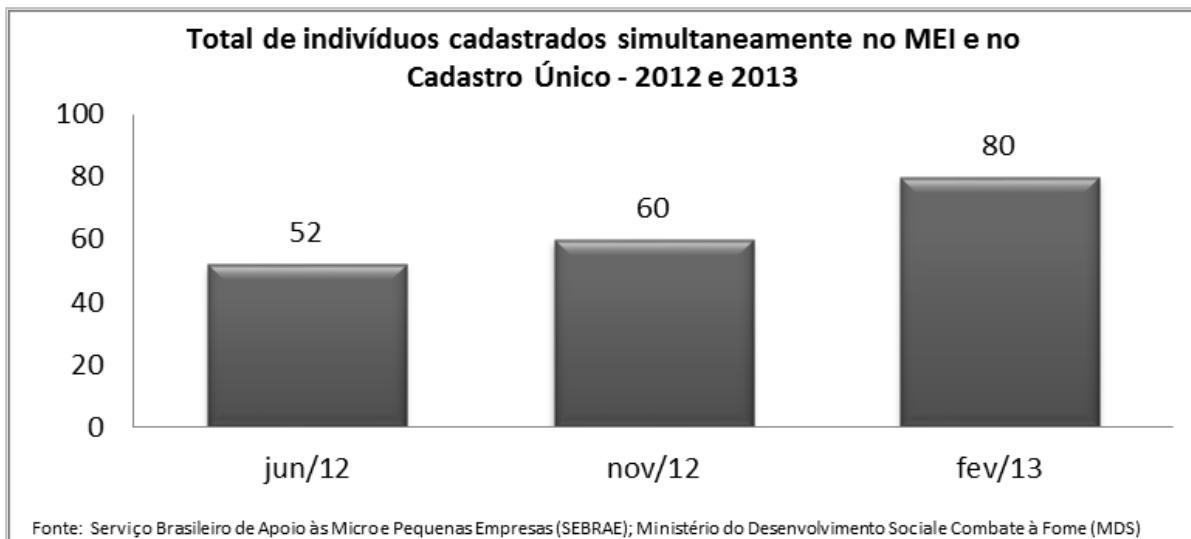
	1991	2000	2010
Crianças e Jovens			
Mortalidade infantil	41,16	35,43	16,60
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	83,85	62,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	20,98	4,22	1,55
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	20,47	14,28
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	0,95	2,32	2,94
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	7,66	7,56
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	17,98	19,10	19,56
% de vulneráveis e dependentes de idosos	5,61	4,20	3,55
% de crianças com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais	39,09	25,06	5,29
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	77,65	65,41	42,54
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	59,63	48,38
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	54,51	77,12	91,89

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

9.5. INCLUSÃO PRODUTIVA

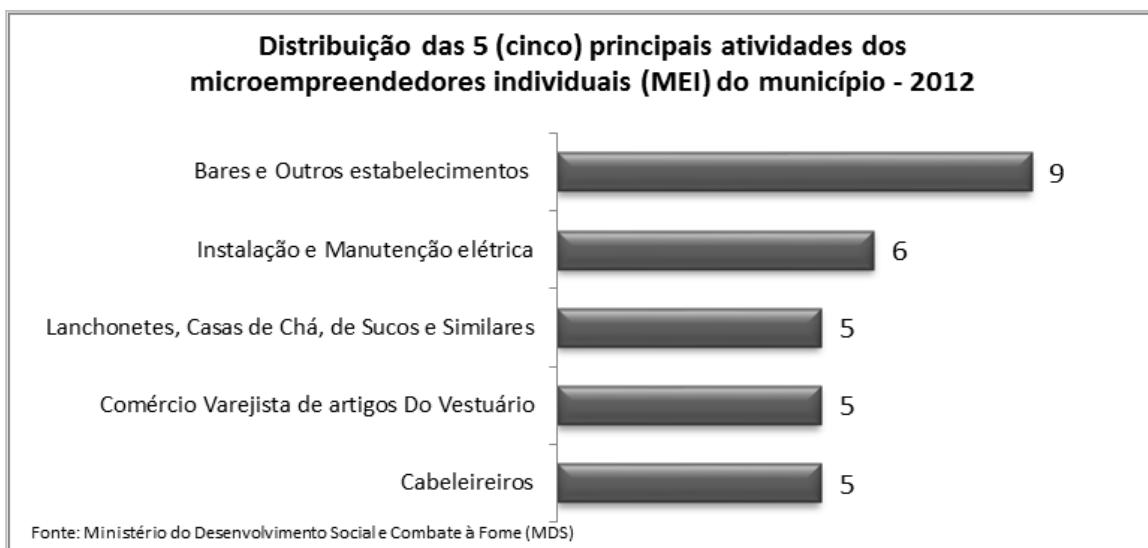
Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, no Bolsa Família e de atendimento sócio assistencial, é importante analisar, também, o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de Microempreendedores Individuais (MEI). Em fevereiro de 2013, o município contava com 286 pessoas cadastradas como MEI. Desse total, foi possível encontrar, também, indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único. O gráfico abaixo mostra a evolução do total destes indivíduos, que estão cadastrados tanto no Cadastro Único, quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013:

Gráfico 84 – Total de indivíduos cadastrados simultaneamente no MEI e no Cadastro Único – 2012 e 2013



Quando consideramos os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único e no programa MEI, foi possível observar, para o seu município, as 5 (cinco) principais atividades econômicas por eles desenvolvidas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 85 – Distribuição das 5 principais atividades dos microempreendedores individuais (MEI) do município – 2012.



Para saber mais acerca da temática, perfil social do seu município, consulte o aplicativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>

9.5.1. ASPECTOS ECONÔMICOS

9.5.1.2. PRODUÇÃO ECONÔMICA

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 53,6%, passando de R\$ 168,1 milhões para R\$ 258,1 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 49,0%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual se manteve em 0,09% no período de 2005 a 2010.

Gráfico 86 – Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município – 2010.



A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 65,9% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 18,2% em 2010, contra 18,8% em 2005. Variação contrária à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 18,8% em 2005 para 26,4% em 2010.

Gráfico 87 – Taxa de crescimento do PIB nominal Poe setor econômico no Município e no Estado – 2005 a 2010.

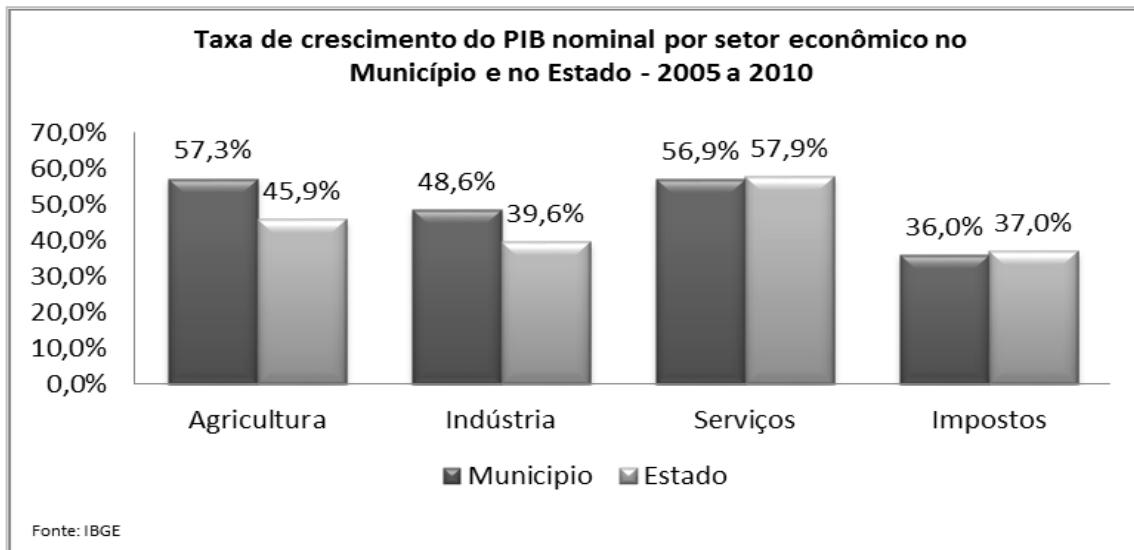
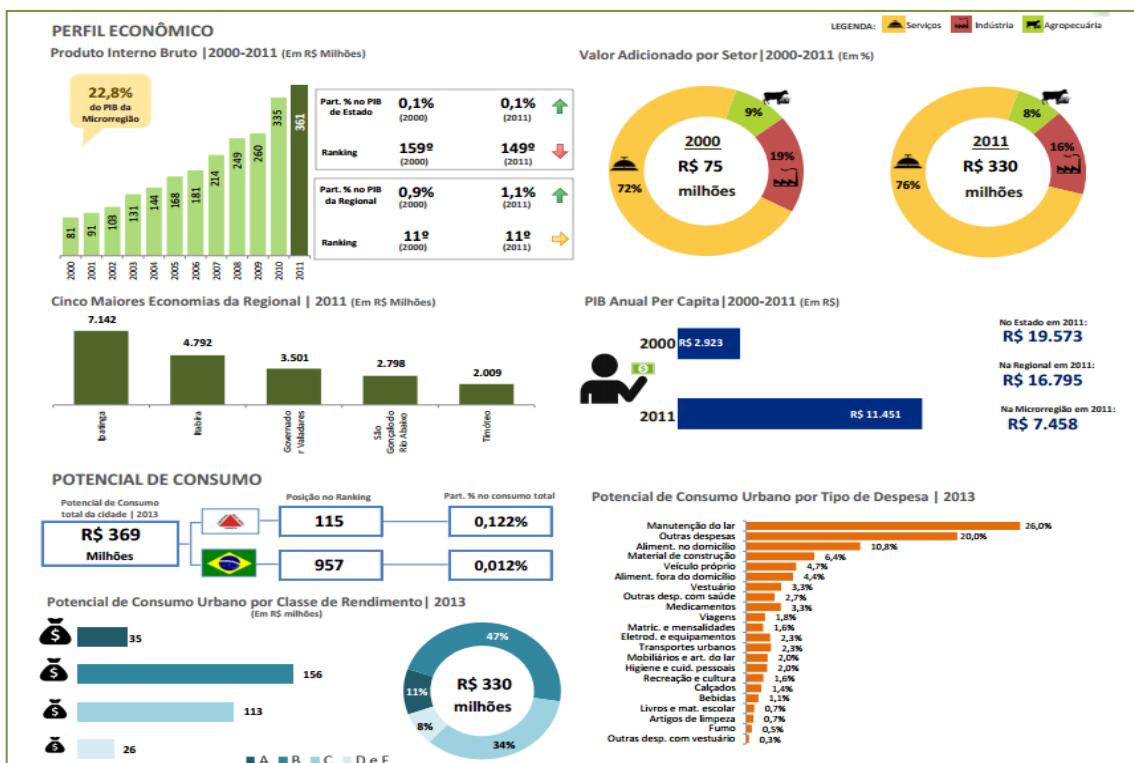


Gráfico 88 – Perfil econômico

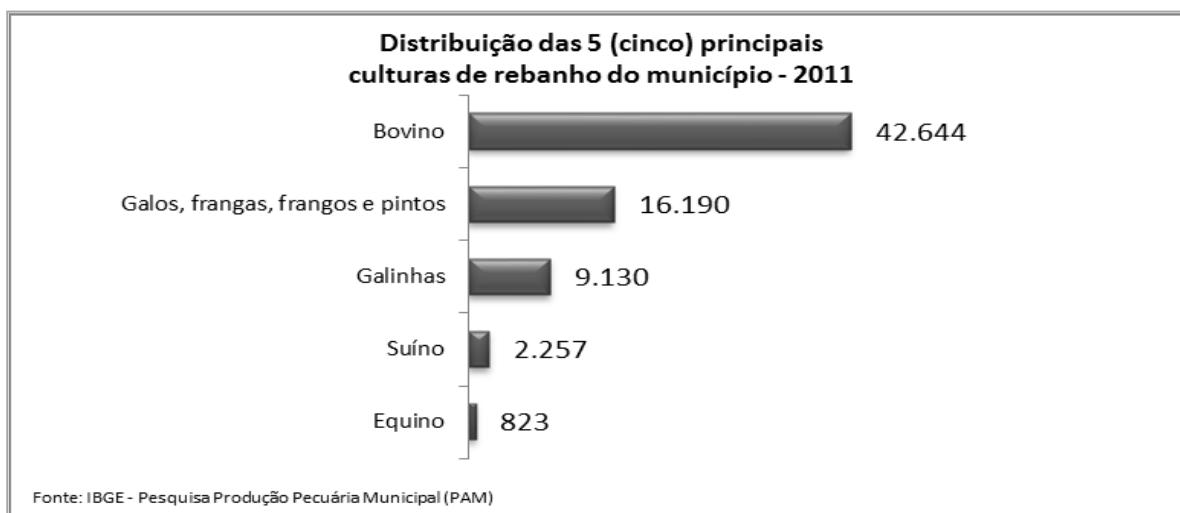


Fonte: SEBRAE

9.5.1.3. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

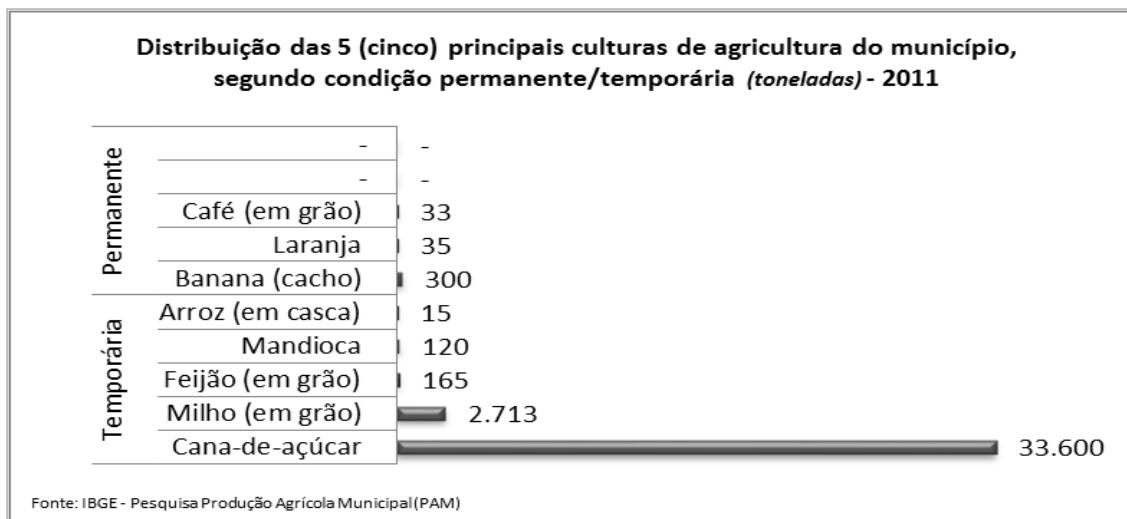
Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 05 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo:

Gráfico 89 – Distribuição das 5 principais culturas de rebanho do município – 2011.



Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:

Gráfico 90 - Distribuição das 5 principais culturas da agricultura do município, segundo condição permanente/temporária – 2011



Para maiores informações sobre os programas de apoio à produção agropecuária e aos assentados da reforma agrária, acesse a Pesquisa Agrícola Mensal: <http://www.ibge.gov.br/home/>

9.5.1.4. AGRICULTURA FAMILIAR

O município possuía 409 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 69% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 19% da área, ocupavam 56% da mão-de-obra do setor e participavam com 31% do valor da produção agropecuária municipal.

Atualmente, temos 120 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) neste município. A tabela abaixo apresenta esses dados relativos também ao seu Estado e ao Brasil:

Tabela 28 – Quantidades de agricultores cadastrados com DAP.

Quantidade de agricultores cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)

Município	120
Estado	355.100
Brasil	4.395.395

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Para maiores informações sobre os programas de apoio à agricultura familiar e aos assentados da reforma agrária, acesse: www.mda.gov.br e www.incra.gov.br

Para uma síntese de ações neste município, acesse:

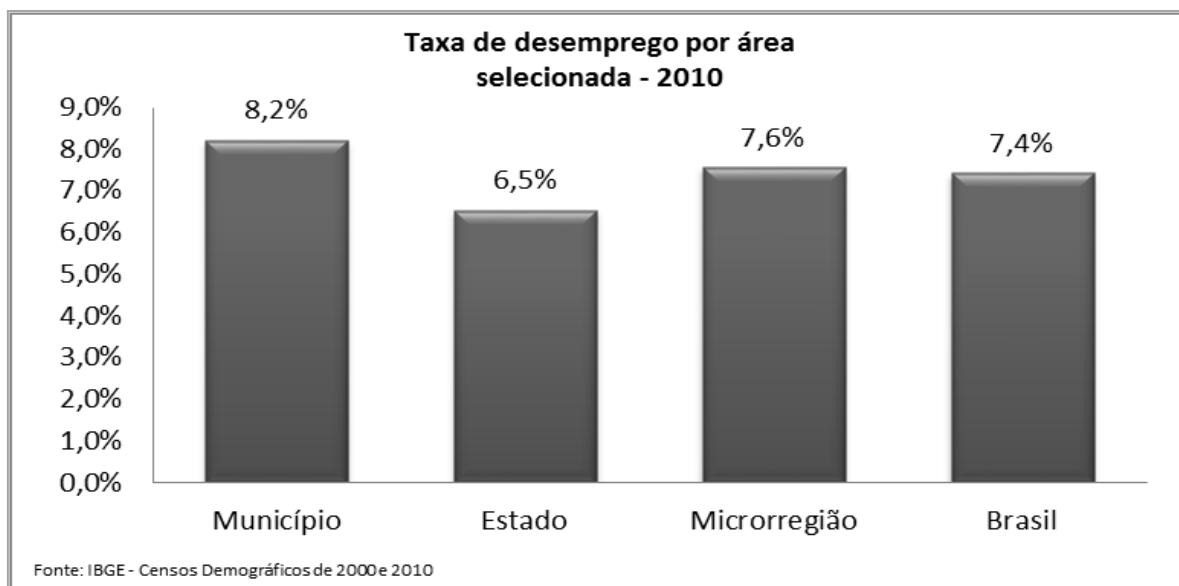
http://sistemas.mda.gov.br/encontro_prefeitos/

9.5.1.5. MERCADO DE TRABALHO

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 15.467 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 14.169 estavam ocupadas e 1.297 desocupadas. A taxa de participação ficou em 57,6% e a taxa de desocupação municipal foi de 8,4%.

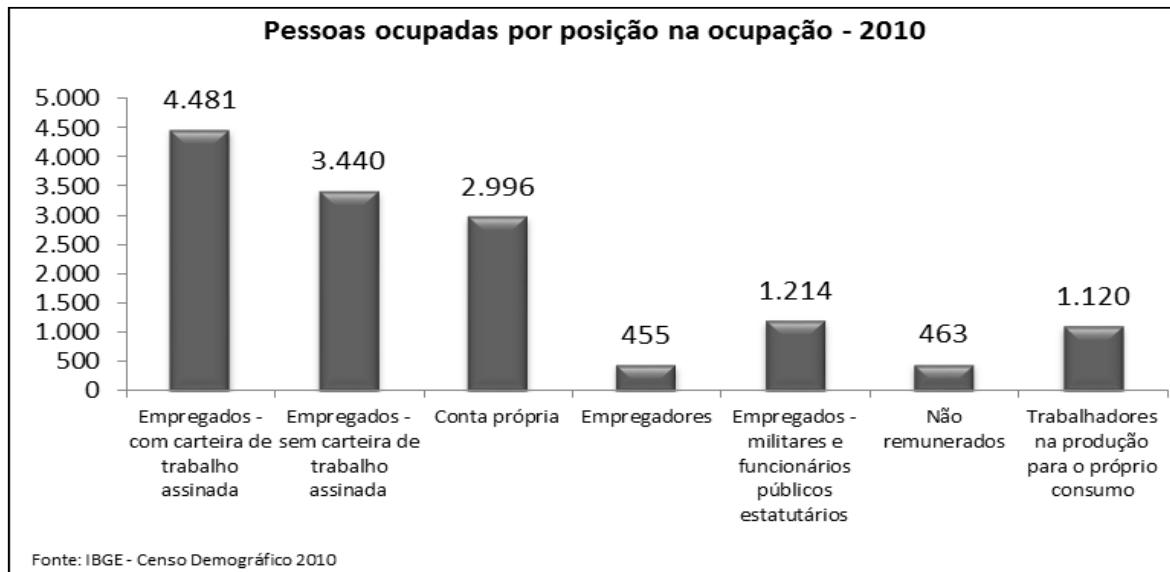
No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa:

Gráfico 91 – Taxa de desemprego por área selecionada -2010



A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 31,6% tinham carteira assinada, 24,3% não tinham carteira assinada, 21,1% atuam por conta própria e 3,2% de empregadores. Servidores públicos representavam 8,6% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 11,2% dos ocupados.

Gráfico 92 – Pessoas ocupadas por posição na ocupação – 2010.

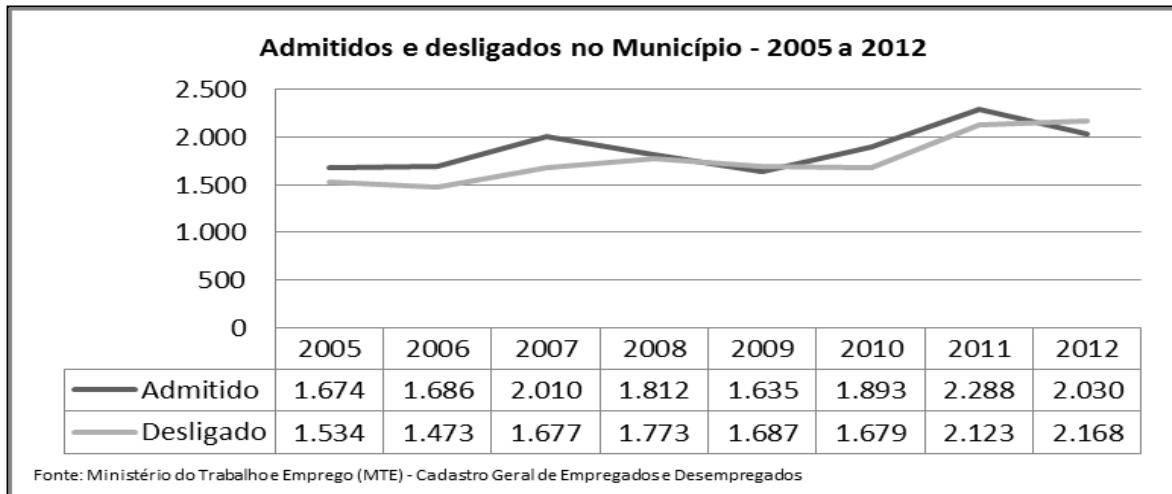


Das pessoas ocupadas, 11,6% não tinham rendimentos e 62,2% ganhavam até um salário mínimo por mês.

O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 954,18. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 1.089,21 e entre as mulheres de R\$ 811,10, apontando uma diferença de 34,29% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por seis anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 914. No último ano, as admissões registraram 2.030 contratações, contra 2.168 demissões.

Gráfico 93 – Admitidos e desligados no município – 2005 a 2012



O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 5.885 postos, 59,7% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 39,4% no mesmo período.

Gráfico 94 – Participação dos setores e vínculos empregatícios.

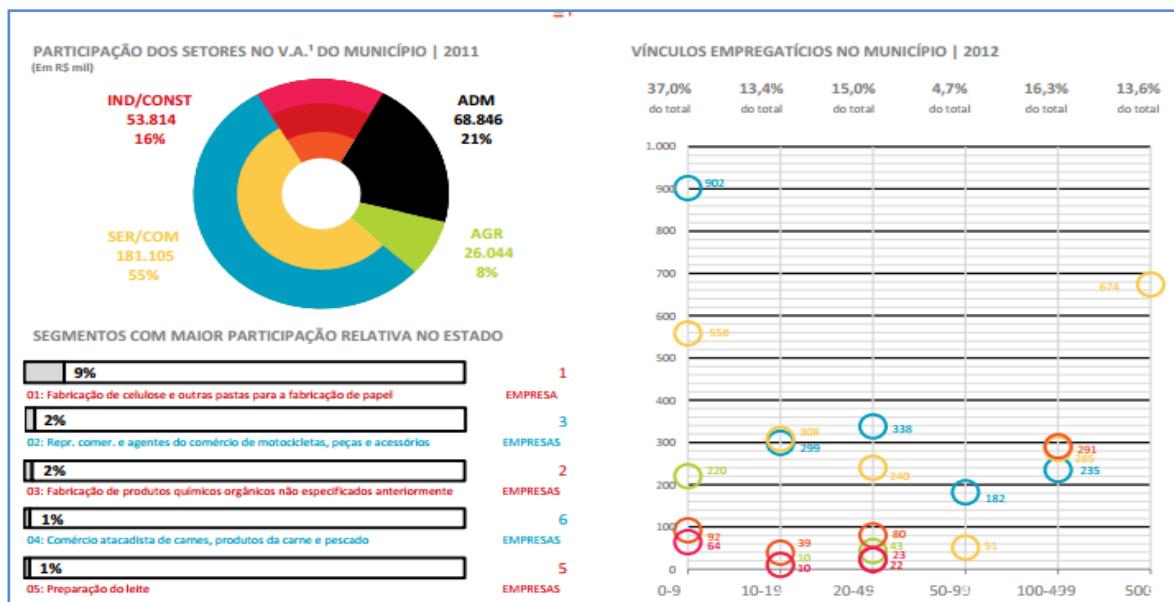
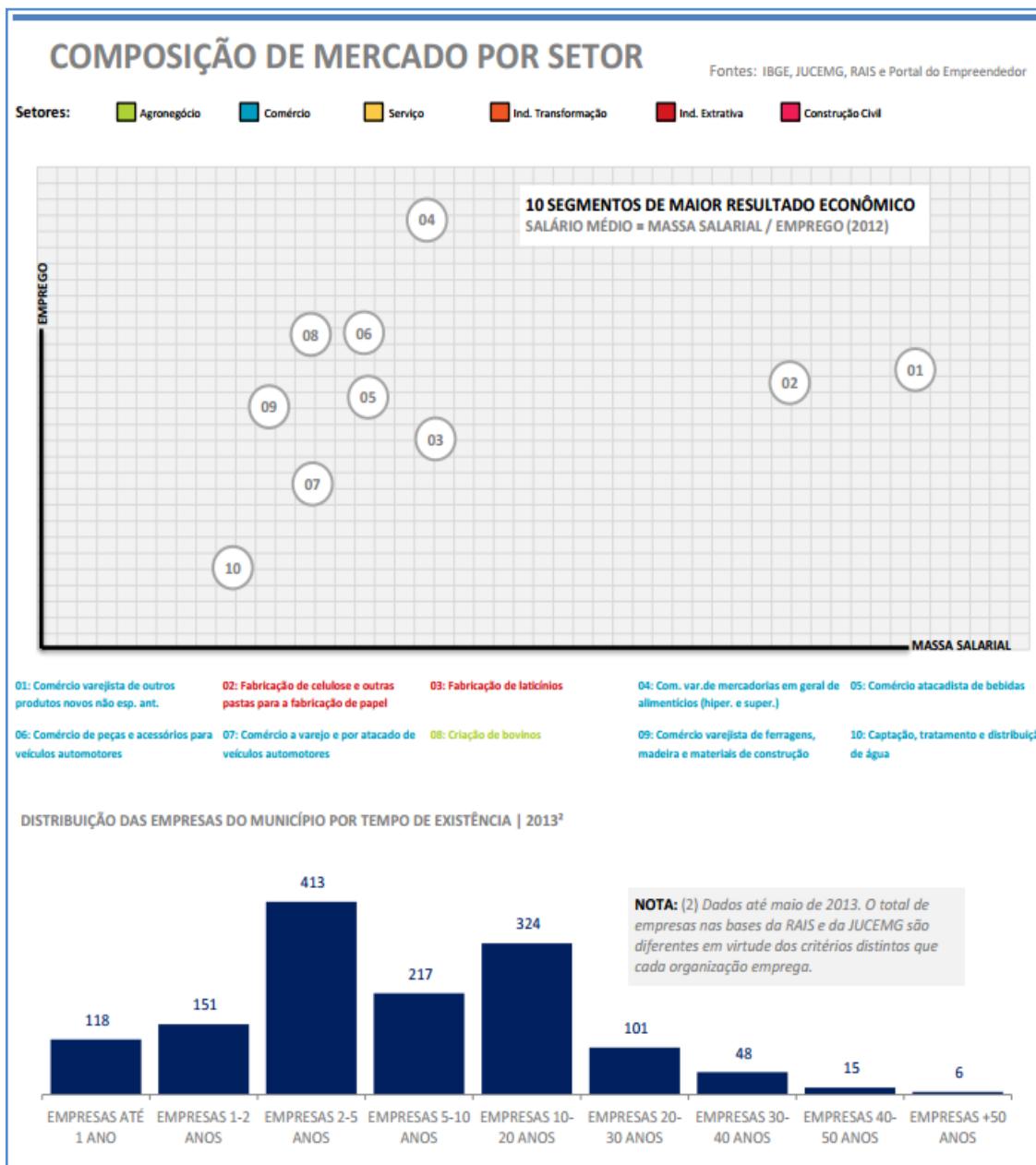


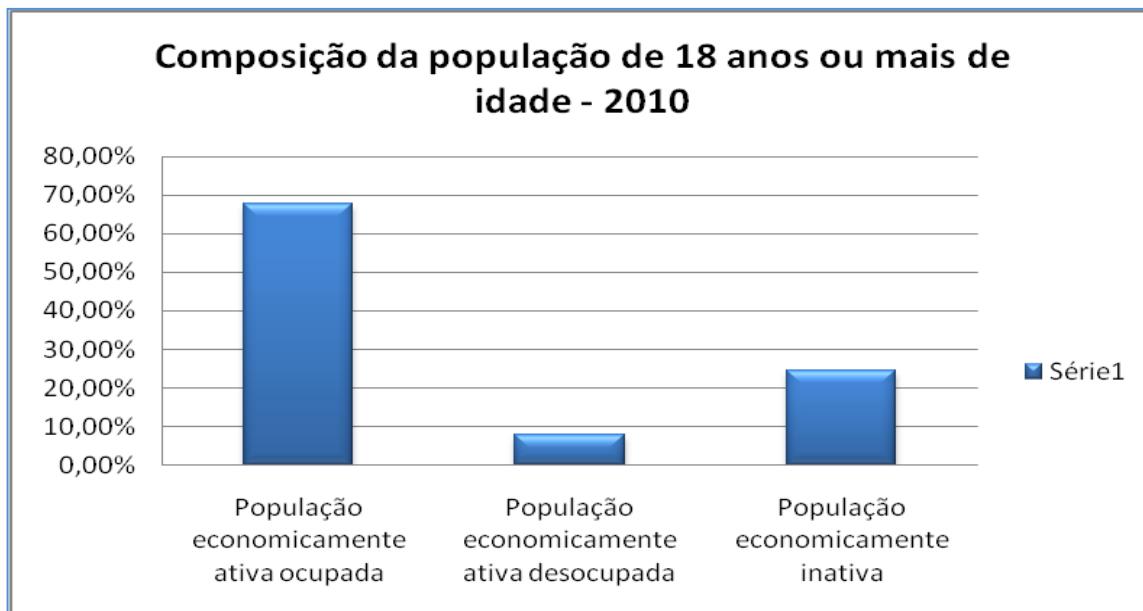
Gráfico 95 – Composição do mercado de trabalho



Para saber mais acerca da temática mercado de trabalho do seu município, consulte o aplicativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>

9.5.1.6. TRABALHO

Gráfico 96 – Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010.



Entre 2000 e 2010, a **taxa de atividade** da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 62,20% em 2000 para 67,57% em 2010. Ao mesmo tempo, sua **taxa de desocupação** (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 10,75% em 2000 para 7,92% em 2010.

Tabela 201 - Ocupação da população de 18 anos ou mais - Guanhães - MG

	2000	2010
Taxa de atividade	62,20	67,57
Taxa de desocupação	10,75	7,92
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	46,81	50,03
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo	31,46	46,80
% dos ocupados com médio completo	21,22	33,04
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1s.m.	64,39	32,82
% dos ocupados com rendimento de até 2s.m.	83,67	80,30
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo	95,31	94,46

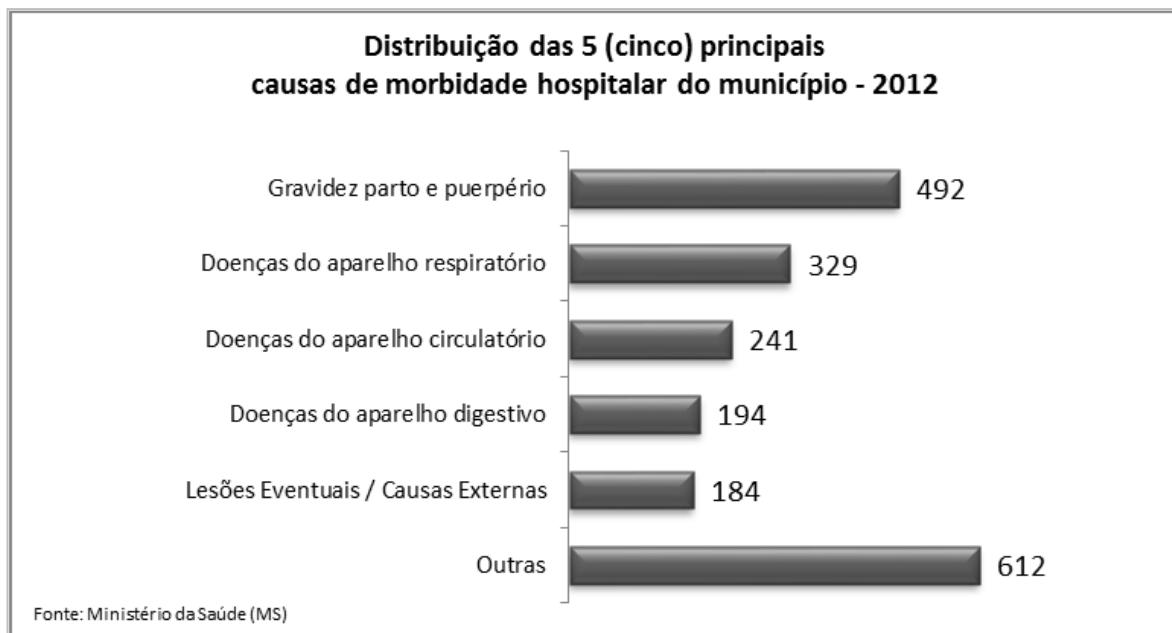
Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 21,98% trabalhavam no setor agropecuário, 0,55% na indústria extrativa, 5,52% na indústria de transformação, 9,34% no setor de construção, 0,86% nos setores de utilidade pública, 18,14% no comércio e 38,00% no setor de serviços.

9.5.1.7. SAÚDE

Os dados do Ministério da Saúde são importantes para diagnosticar a situação da área no seu município. No tocante à mortalidade infantil, o número de óbitos infantis foi de 03 crianças, ao passo que no Estado o número de óbitos infantis foi de 3.354 crianças e a taxa de mortalidade infantil foi de 12,97 crianças a cada mil nascimentos.

No que concerne à morbidade hospitalar, as 05 (cinco) principais causas de internação são as listadas no gráfico abaixo:

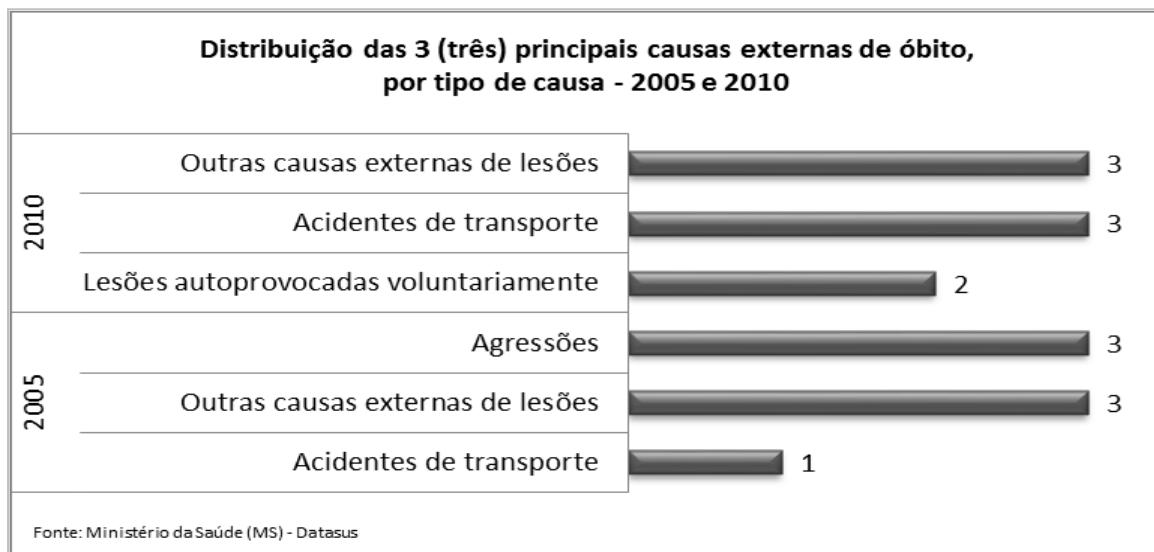
Gráfico 97 – Distribuição das 5 principais causas de morbidade hospitalar no município 2012



Além da morbidade hospitalar, é importante, também, assinalar as principais causas externas de óbito relatadas pelo município. De acordo com o Censo Demográfico 2010, o total da população de 15 a 29 anos era de 8.480 indivíduos, sendo que 20 faleceram em função de eventos e/ou causas externas.

Quando analisamos de maneira mais detida essas informações, notamos que as causas de morte variam por município. No município, as 03 (três) principais causas externas de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são, de acordo com dados do Ministério da Saúde, as que seguem no gráfico abaixo, tomando por base os anos de 2005 e 2010:

Gráfico 98 – Distribuição das 3 principais causas externas de óbito, por tipo de causa – 2005 e 2010.



Por fim, é importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na **área rural** do seu município, a coleta de lixo atendia 94,5% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 71,1% dos domicílios particulares permanentes e 16,5% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. No caso da **área urbana**, o gráfico abaixo fornece a distribuição desses serviços para os domicílios particulares permanentes:

Gráfico 99 – Percentual de domicílio.

Gráfico 100 – Estabelecimento de saúde.

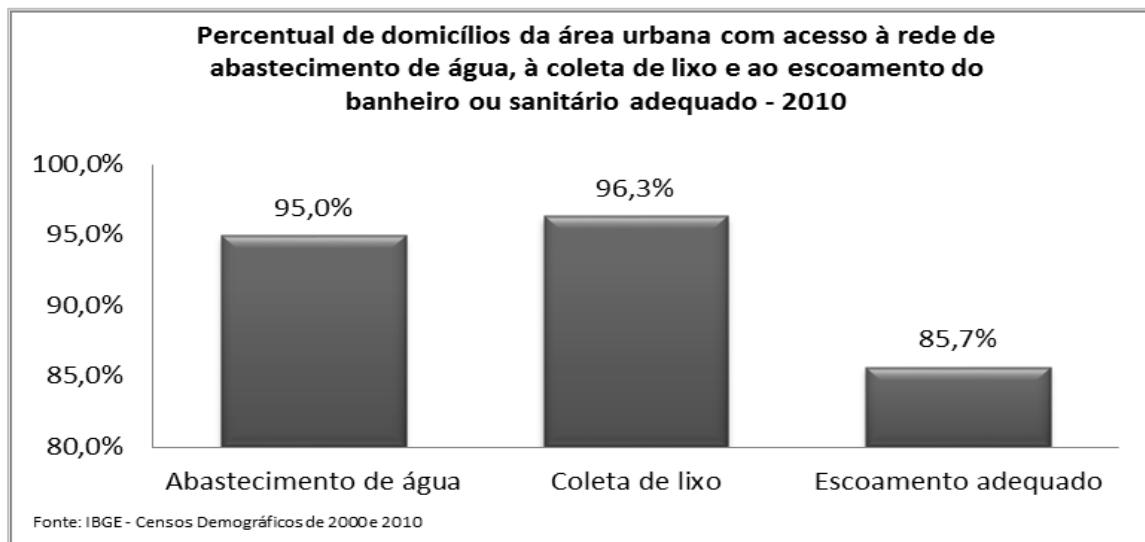
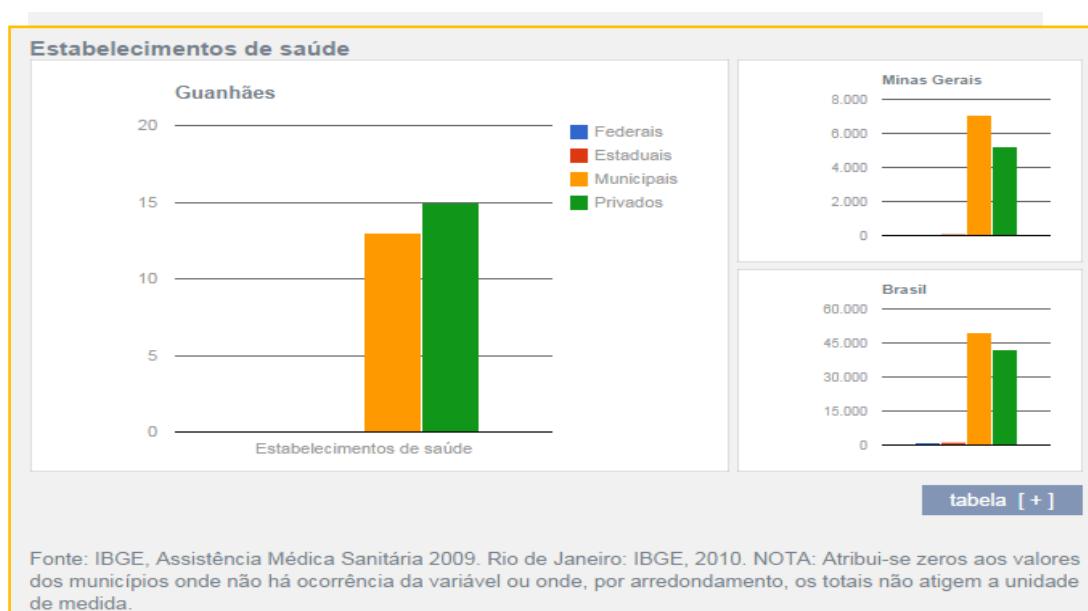


Gráfico 101 – Morbidade hospitalar



Fontes: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2012. NOTA 1: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável. NOTA 2: Atribui-se a expressão dado não informado às variáveis onde os valores dos municípios não foram informados.

Para saber mais acerca da temática saúde do seu município, consulte o website do Ministério da Saúde:

<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/index.cfm>

9.5.1.8. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPACIDADE TÉCNICA RECURSOS HUMANOS

A Administração Municipal conta com 1.033 servidores, entre os quais 63,6% são estatutários. Entre 2009 e 2010 o município não realizou concurso público.

Gráfico 102 - Total dos servidores municipais - 2011

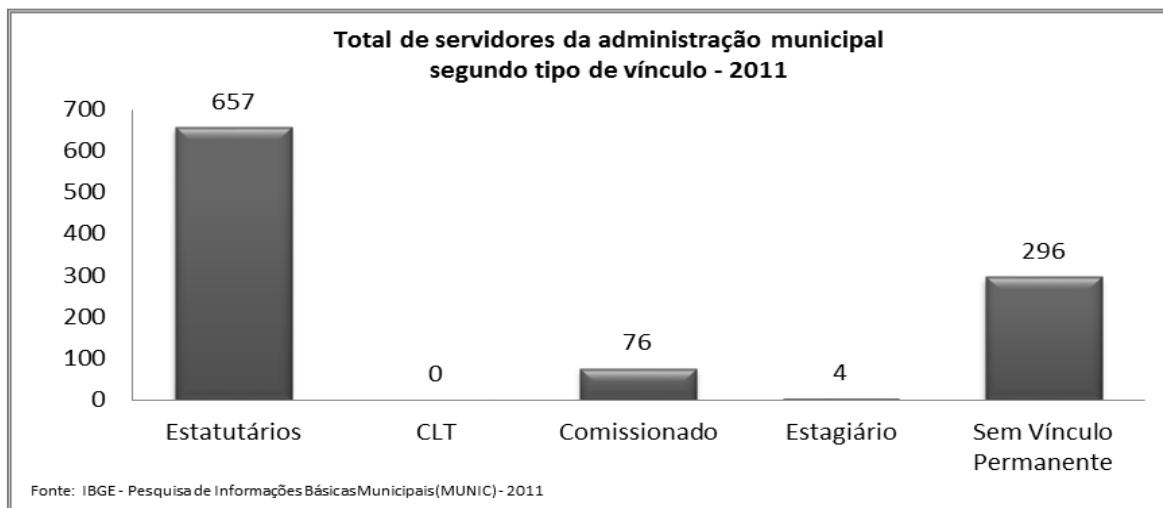


Tabela 202 - Total de funcionários ativos da administração direta (1)

Total de funcionários ativos da administração direta (1)	1033
Total de funcionários ativos da administração direta - Sem instrução (2)	6
Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino fundamental (3)	462
Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino médio	230
Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino superior	258
Total de funcionários ativos da administração direta - Pós-graduação	77
Total de funcionários ativos da administração direta - Estatutários (1)	57
Total de funcionários ativos da administração direta - Sem instrução (2)	6

Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino fundamental (3)	73
Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino médio	23
Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino superior	181
Total de funcionários ativos da administração direta - Pós-graduação	74
Total de funcionários ativos da administração direta - CLT (1)	0
Total de funcionários ativos da administração direta - Sem instrução (2)	0
Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino fundamental (3)	0
Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino médio	0
Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino superior	0
Total de funcionários ativos da administração direta - Pós-graduação	0
Total de funcionários ativos da administração direta - Somente comissionados (1)	76
Total de funcionários ativos da administração direta - Sem instrução (2)	0
Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino fundamental (3)	9
Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino médio	37
Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino superior	19
Total de funcionários ativos da administração direta - Pós-graduação	1
Total de funcionários ativos da administração direta - Estagiários (1)	4
Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino fundamental	0
Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino médio	4
Total de funcionários ativos da administração direta - Sem vínculo permanente (1)	296
Total de funcionários ativos da administração direta - Sem instrução (2)	0
Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino fundamental (3)	170
Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino médio	66
Total de funcionários ativos da administração direta - Ensino superior	58
Total de funcionários ativos da administração direta - Pós-graduação	2

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais –2011

Tabela 203 - Administração indireta - existência

Administração indireta - existência	Sim
Total de funcionários ativos da administração indireta (1)	56
Total de funcionários ativos da administração indireta - Sem instrução (2)	1
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino fundamental (3)	27
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino médio	19
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino superior	6
Total de funcionários ativos da administração indireta - Pós-graduação	3
Total de funcionários ativos da administração indireta - Estatutários (1)	50
Total de funcionários ativos da administração indireta - Sem instrução (2)	1
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino fundamental (3)	26
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino médio	17
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino superior	3
Total de funcionários ativos da administração indireta - Pós-graduação	3
Total de funcionários ativos da administração indireta - CLT (1)	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - Sem instrução (2)	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino fundamental (3)	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino médio	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino superior	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - Pós-graduação	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - Somente comissionados (1)	1
Total de funcionários ativos da administração indireta - Sem instrução (2)	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino fundamental (3)	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino médio	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino superior	1
Total de funcionários ativos da administração indireta - Pós-graduação	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - Estagiários (1)	1
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino fundamental	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino médio	1

Total de funcionários ativos da administração indireta - Sem vínculo permanente (1)	4
Total de funcionários ativos da administração indireta - Sem instrução (2)	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino fundamental (3)	1
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino médio	1
Total de funcionários ativos da administração indireta - Ensino superior	2
Total de funcionários ativos da administração indireta - Pós-graduação	0

Para saber mais acerca da temática recursos humanos do seu município, consulte a pesquisa MUNIC no website do IBGE:<http://www.ibge.gov.br/home/>

10. FINANÇAS

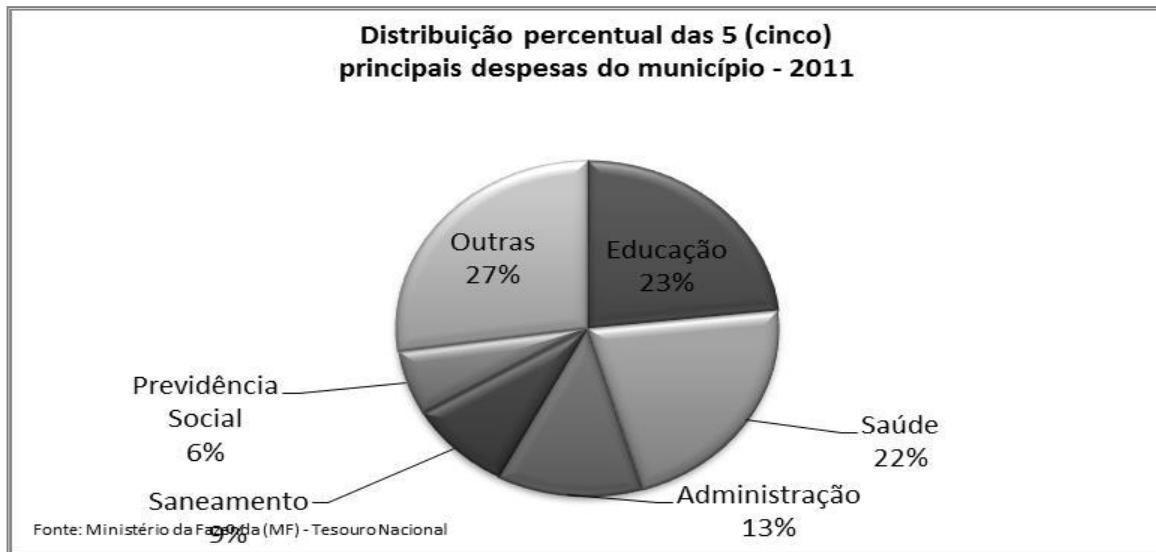
10.1. FINANÇAS PÚBLICAS

A receita orçamentária do município passou de R\$ 21,8 milhões em 2005 para R\$ 33,9 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 55,5% no período ou 11,67% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 36,63% em 2005 para 26,99% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 24,48% para 23,71%.

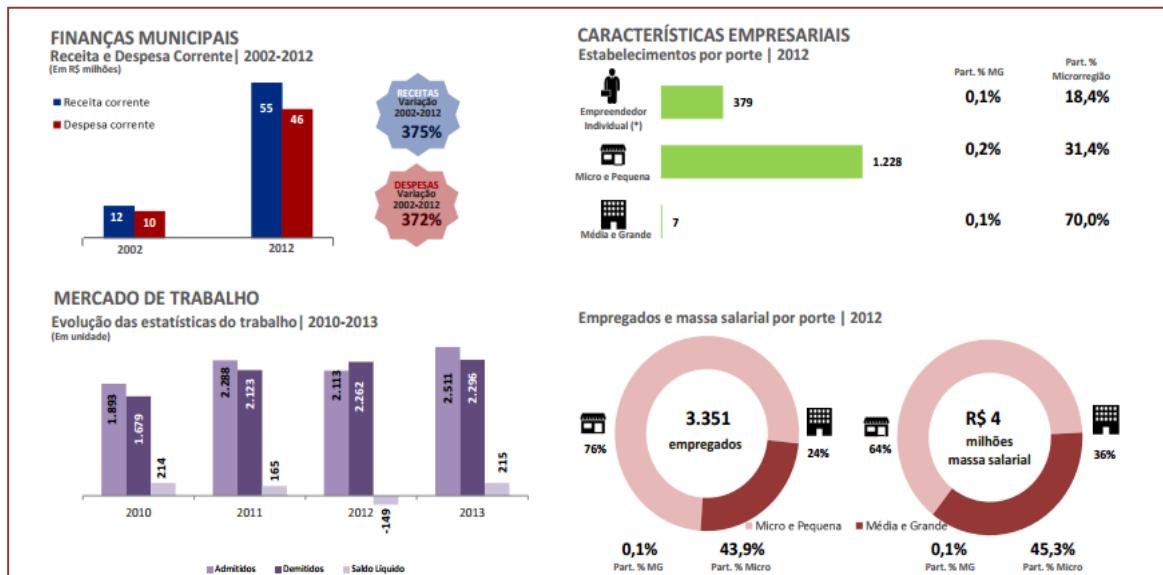
A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no município, passando de 30,18% da receita orçamentária em 2005 para 30,28% em 2011. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 23,76% em 2011.

Gráfico 103 – Despesas do Município - 2011



As despesas com saúde, educação, administração, saneamento e previdência social foram responsáveis por 79,83% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 3,51% do orçamento total, valor esse superior à média de todos os municípios do estado, de 3,20%.

Gráfico 104 – Finanças municipais.



Fonte: SEBRAE

Gráfico 105 – Despesas e Receitas orçamentárias.

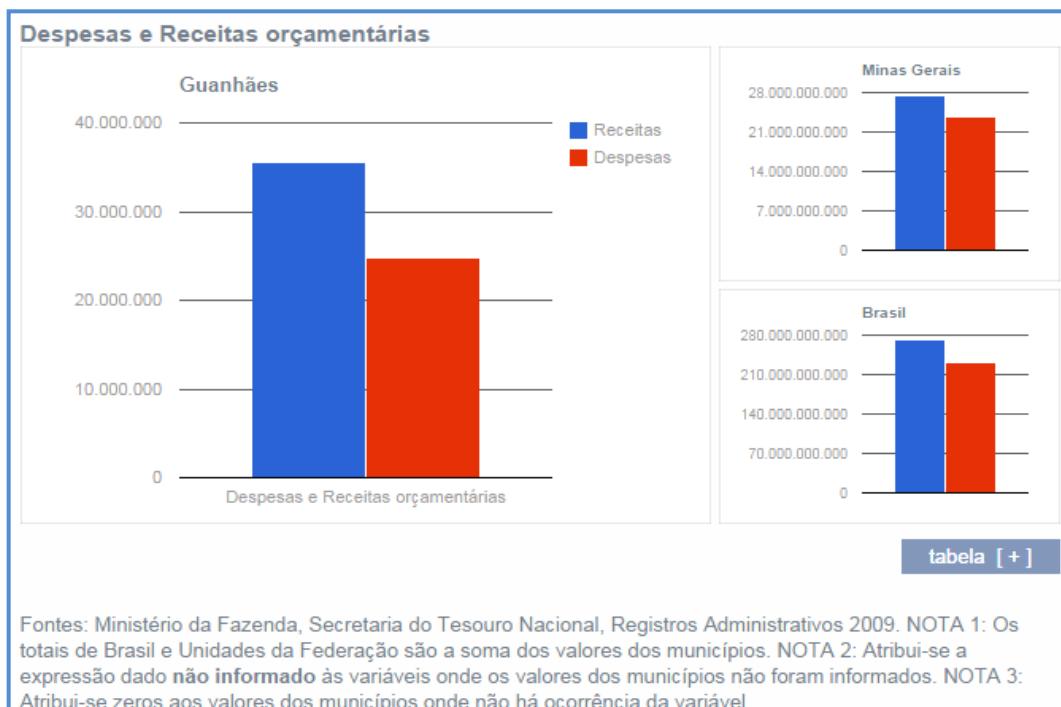
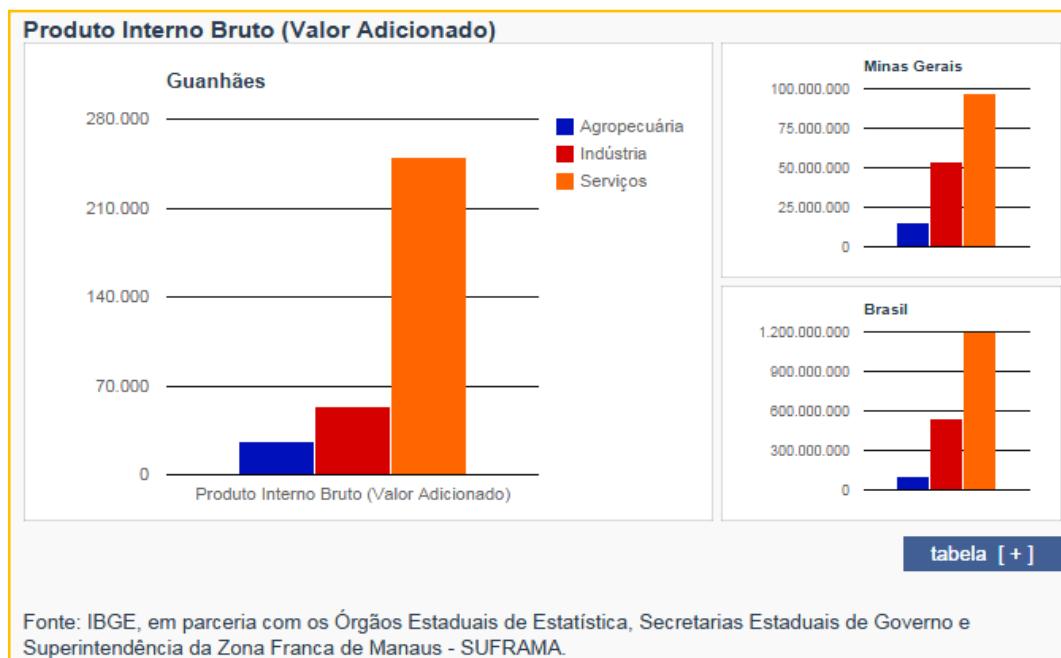


Gráfico 106 - PIB



Para saber mais acerca da temática finanças públicas do seu município, consulte o aplicativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>

10.1.2. EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

10.1.3. CRIANÇAS E JOVENS

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação.

No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 93,84%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 89,24%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 55,77%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 36,36%.

Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 59,64 pontos percentuais, 64,95 pontos percentuais, 50,95 pontos percentuais e 29,92 pontos percentuais.

Gráfico 107 – Fluxo Escolar

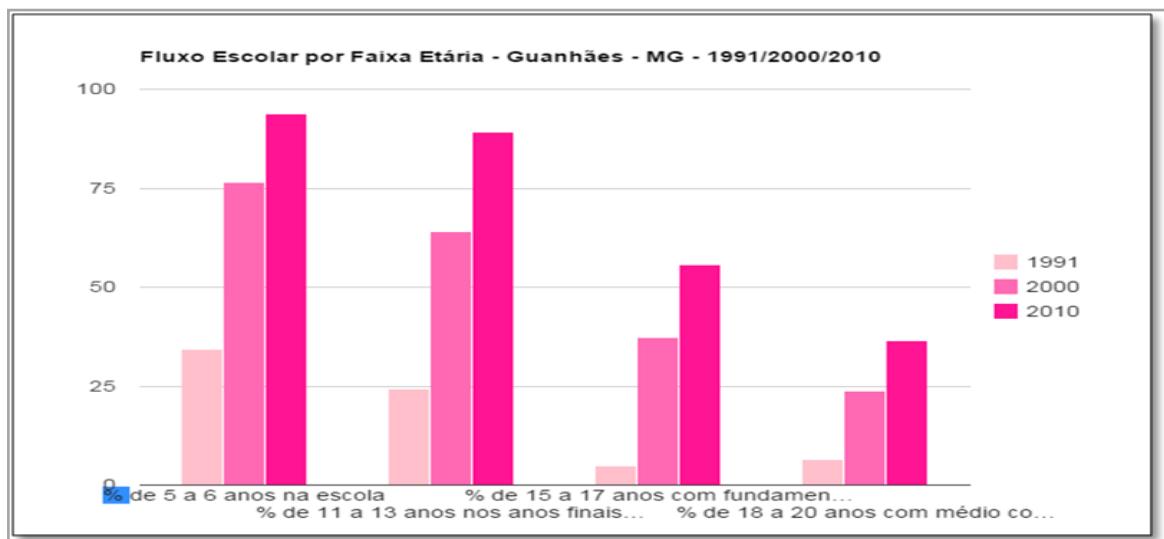
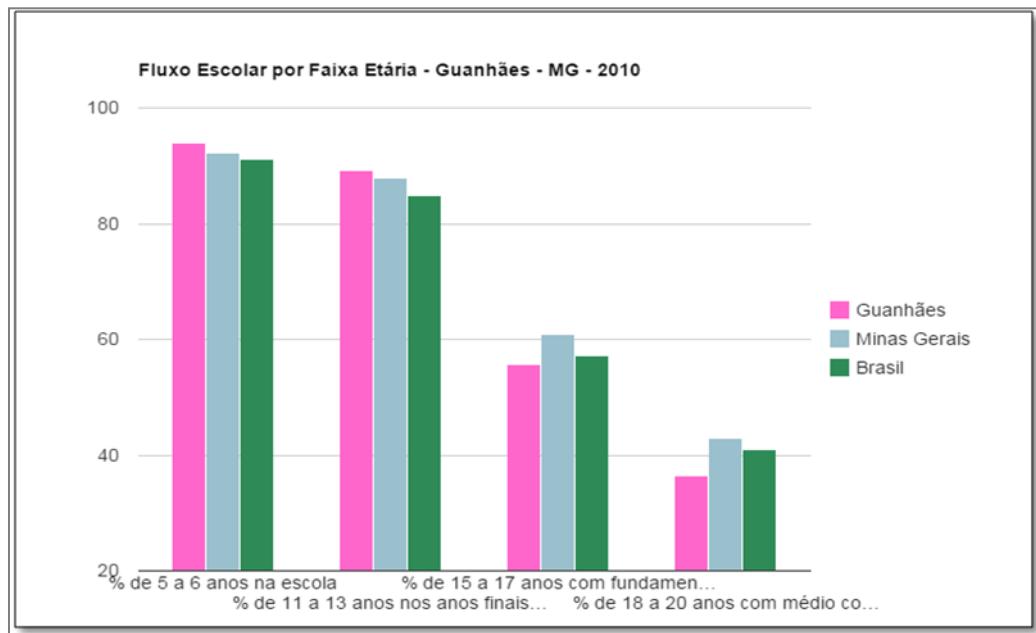
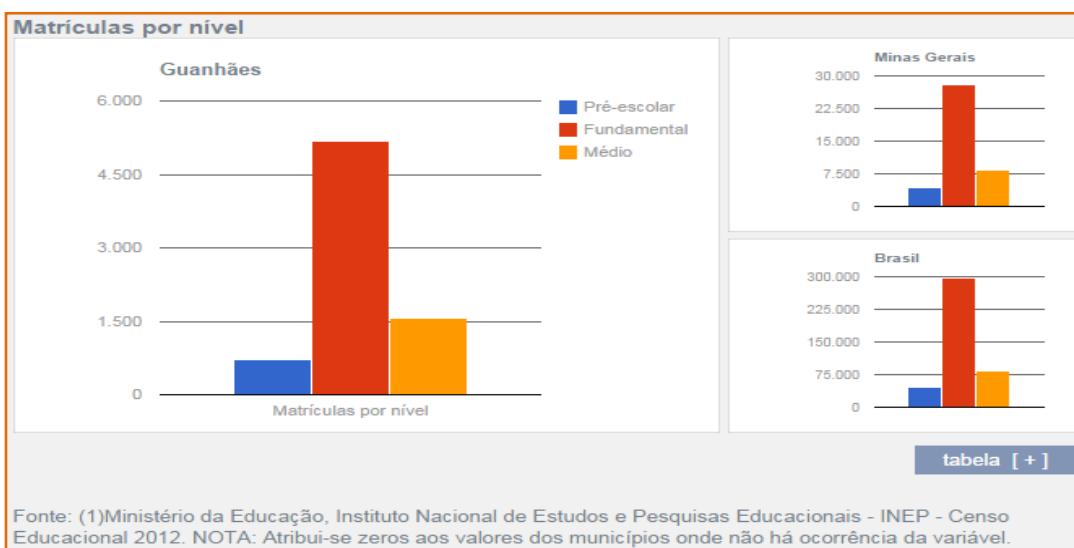


Gráfico 108 - Fluxo escolar



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

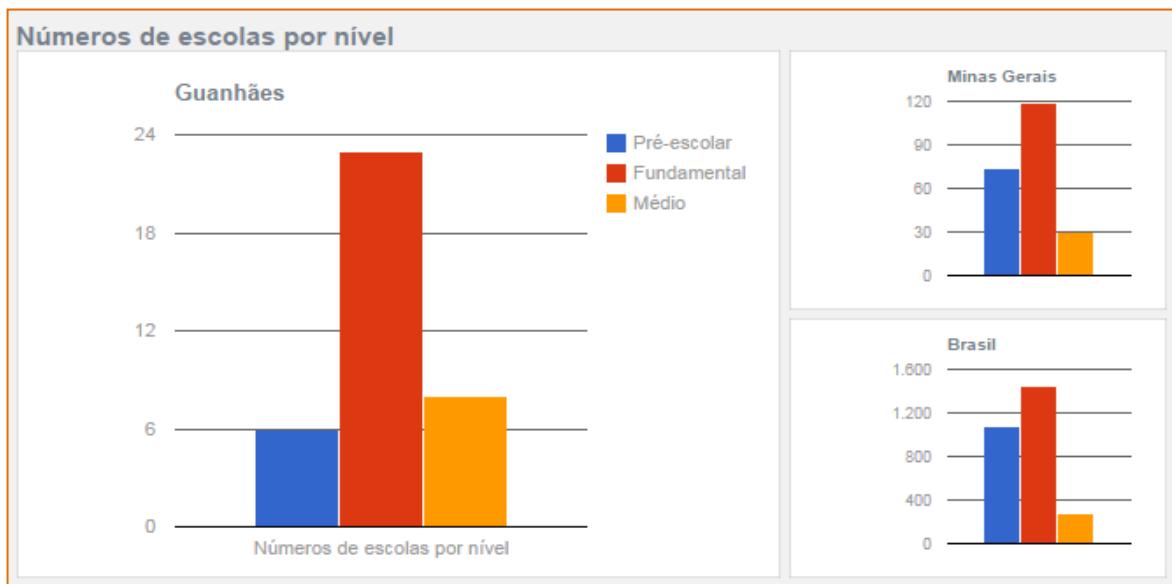
Gráfico 109 – Matrícula por nível



Em 2010, 79,86% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 80,98% e, em 1991, 70,68%.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 13,52% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 3,95% e, em 1991, 0,83%.

Gráfico 110 – Número de escolas por nível



10.2. EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 9,01 anos para 8,86 anos, no município, enquanto na UF passou de 9,16 anos para 9,38 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 6,95 anos, no município, e de 8,36 anos, na UF.

Tabela 29 – Taxa de escolarização.

Tabela 2. Taxa de Escolarização Líquida no Município de Guanhães	
Fundamental (7 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)
78,63	47,75
FONTE:1) IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010.	

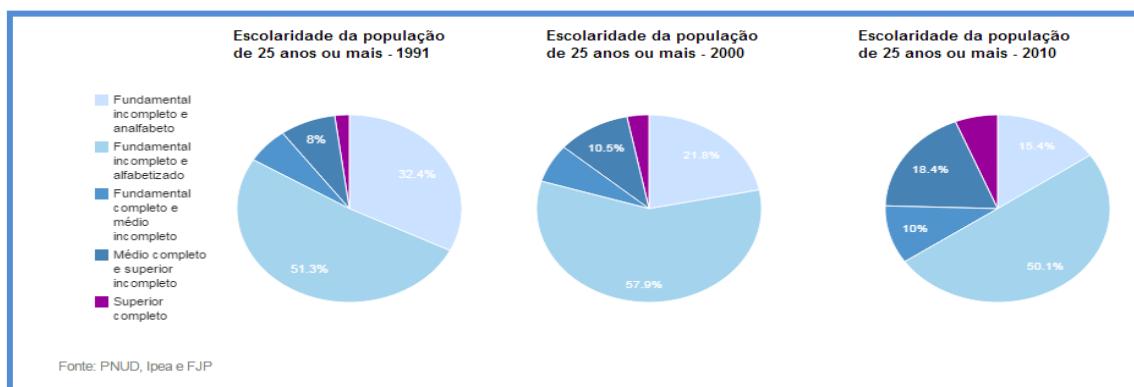
10.3. POPULAÇÃO ADULTA

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo.

Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 25,40% para 40,41%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF.

Em 1991, os percentuais eram de 16,82% no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 15,36% eram analfabetos, 34,56% tinham o ensino fundamental completo, 24,53% possuíam o ensino médio completo e 6,13%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Gráfico 111 - Escolaridade



11. CONSIDERAÇÕES FINAL

O PDME do Município de Guanhães, constitui um documento base que elenca dados que interferem e subsidiam as decisões do município para o planejamento da educação para os próximos dez anos. A partir da realidade vivenciada e, em consonância com o Plano Nacional de Educação aprovado através da Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014, o Município de Guanhães em parceria com a SME, definem metas através da elaboração do **PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, buscando soluções e estabelecendo estratégias para que, juntos possam manter e ampliar a qualidade da educação ofertada.

O Plano Decenal Municipal de Educação de Guanhães é como uma bússola a nos orientar em direção ao futuro, que se constrói com pensamentos, atitudes, valores, crenças, sentimentos e fazeres cotidianos de cada um, de cada escola, comunidade, bairro, organização, empresa, entre outros. É no entanto suscetível a mudanças, novos contornos: orientações, definições, planejamentos, visto que, se trata do melhor que se pode fazer no tempo presente (2015) e que sintetiza os anseios da maioria da sociedade.

O presente documento é fruto da consulta à muitas e variadas vertentes. A primeira delas foram os estudos procedidos por diversos seguimentos, incluindo a SME, em articulação com as instituições de ensino que respondem pela qualidade técnica da proposta de avanços educacionais.

O plano Decenal Municipal de Educação de Guanhães é portanto um grande passo na direção de uma educação mais inclusiva e democrática. Possui elementos de grande magnitude, apontando diretrizes legais que facilitarão a apropriação de dispositivos e referencias para minimizar a distância cultural, social e a relação do saber com a vida, tão necessários na Educação Formativa.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES LEGAIS

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/constitui%C3%A7ap34.htm. Acesso em 15/04/2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil de 1998. Brasília. Senado Federal: Imprensa Oficial, 2011. (atualizada)

BRASIL, Plano Nacional de Educação. Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014
Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Congresso Nacional. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

Congresso Nacional. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm> Acesso em 15/04/2015.

Congresso Nacional. Projeto de Lei 8.035. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011 – 2020. – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:
<http://ibge.gov.br> 185

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: MEC – Ministério da Educação. Disponível em:
<http://ide.mec.gov.br/>

Plano Municipal de Educação.
Informação e documentos. Unaí, MG 2006/2015